DIVERSOS

2007



Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

AVISO À POPULAÇÃO

Conforme dispõe o artigo 50 da Lei Orgânica do Município de Holambra, combinado com o parágrafo 3º, do artigo 31 da Constituição Federal, levamos ao conhecimento de qualquer munícipe, que as Contas da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra com o Parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (Processo TC-2016/026/04), relativas ao exercício financeiro de 2004, encontram-se a disposição na Câmara Municipal, pelo prazo de sessenta (60) dias para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da Lei.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 12 de dezembro de 2007.

VEREADOR WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente da Câmara Municipal

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
Universidade do Legislativo Brasileiro

Ofício nº 011/2007 – ILB/UNILEGIS

Brasília, 19 de outubro de 2007.

Senhor Presidente,

O Senado Federal, por meio da Universidade do Legislativo – UNILEGIS e do Instituto do Legislativo Brasileiro - ILB, com apoio das Escolas do Legislativo de todas as unidades da federação, firmou parceria com a Universidade do Sul de Santa Catarina - UnisulVirtual, para a oferta inédita do primeiro curso de Graduação Tecnológica em Administração Legislativa, na modalidade a distância, para servidores do poder legislativo federal, estadual e municipal, e demais profissionais interessados em ampliar conhecimentos nesta área.

O curso, promovido pela UnisulVirtual, teve início em janeiro do corrente ano, com cerca de 400 (quatrocentos) alunos. Dispõe de metodologia flexível e utiliza a internet com suporte de materiais impressos. Os alunos escolhem locais e horários de estudo e interagem com os colegas e professores, quando tiram dúvidas e recebem correções de atividades de aprendizagem. Ao final de cada conjunto de disciplinas os alunos participam de uma etapa presencial de avaliação com aplicação de prova escrita.

Como as inscrições para novas turmas estarão sendo abertas a partir de agora, gostaríamos de contar com a colaboração de Vossa Excelência no sentido de divulgar o referido Curso nessa instituição. Para isso, estamos encaminhando cartaz e folder contendo informações detalhadas.

Antecipamos os nossos agradecimentos pela inestimável colaboração prestada e nos colocamos ao inteiro dispor nos telefones 3311-5201 e 3311-5202 para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

VANIA MAIONE ALVES NINA
Vice-Reitoria Acadêmica da UNILEGIS

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Deputado
Donisete Braga

Gabinete do Deputado Donisete Braga,
em 24 de outubro de 2007

Ofício DPB nº 176/2007

Prezado (a) Senhor (a)

A Assembléia Legislativa de São Paulo recebeu, em agosto passado, o Projeto de Lei Complementar nº 48/2007, de autoria do Executivo, que transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE) em Agência Reguladora de Serviços de Saneamento e Energia.

Para nós, o projeto confronta a autonomia dos Municípios na gestão do saneamento. Por isso, a bancada do PT, apresentou um substitutivo na perspectiva de aperfeiçoá-lo.

Entendemos que são grandes os desafios no enfrentamento dos problemas relacionados aos serviços de saneamento ambiental, ou seja, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e lixo, independente de quem opera esses serviços, se os municípios ou a Sabesp.

Nesse sentido, é fundamental que os prefeitos e vereadores reforcem a participação nos destinos do saneamento, tanto no processo de hierarquização das prioridades de obras quanto no planejamento e definição de tarifas.

E para subsidiar o debate, produzimos o material que ora encaminhamos, colocando-nos à disposição para contribuir no que for preciso.

Atenciosamente

Donisete Braga
Deputado Estadual

Rui Falcão
Deputado Estadual

Controle social

Projeto do governo - Não amplia o controle social sobre a prestação dos serviços de saneamento básico. Admite apenas participação mínima, como consultas e audiências públicas. Além disso, retrocede ao transformar o Conselho Deliberativo da Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE) em Conselho de Orientação na ARSESP.

Projeto do PT - Garante o controle social dos serviços e tarifas por parte dos municípios e da sociedade. Mantém o Conselho Deliberativo, adota modelo gerencial descentralizado e garante a participação da sociedade no planejamento e controle dos serviços e obras.

Tarifas

Projeto do governo - Propõe que as tarifas continuem sendo fixadas, revisadas e reajustadas por decreto, sem ouvir os consumidores, sejam eles residenciais, industriais ou comerciais.

Projeto do PT – Permite maior transparência na definição tarifária, sem colocar em risco a saúde econômica e financeira dos operadores dos serviços. Reforça a tarifa social para a população carente e não abre mão do controle da sociedade sobre os preços a serem cobrados dos usuários.

Direitos e deveres

Projeto do governo - Não define os direitos e deveres das empresas prestadoras de serviços nem dos usuários.

Projeto do PT - Define claramente os direitos e deveres das empresas prestadoras de serviços e dos usuários, de forma a facilitar o controle social e a melhoria da qualidade dos preços e serviços.

Desrespeito à Constituição Federal

Projeto do governo - É inconstitucional. Fere o artigo 1° (cláusula pétrea), que trata do pacto federativo, e o artigo 30, que trata da titularidade municipal sobre os serviços de saneamento. Se o projeto for transformado em lei, poderá ser anulado pela Justiça. Isso acontece porque, pelo projeto do Governo, alguns municípios serão obrigados a entregar, para a Agência que o Estado quer criar, a regulação e fiscalização dos seus serviços.

Projeto do PT - Não fere o pacto federativo, ou seja, trata de forma igual todos os municípios do Estado de São Paulo e não os divide entre aqueles que têm e aqueles que não têm titularidade sobre a prestação dos serviços de saneamento.



Diferenças entre a proposta do governo do Estado e do PT

Agência Reguladora

Projeto do governo - Transforma a Comissão de Serviços Públicos de Energia (CSPE) em Agência Reguladora de Energia e Saneamento do Estado de São Paulo (Arsesp) com 300 cargos. Avança sobre a titularidade dos municípios. Não prevê o controle social sobre os serviços de saneamento básico. Mistura setores diferentes, como saneamento e gás. E acaba com a Política Estadual de Saneamento (Lei 7.750/92).

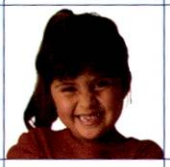
Projeto do PT - Cria a Agência Reguladora de Saneamento mais enxuta e mantém a Comissão de Energia. Estabelece diretrizes para regulamentar os serviços de saneamento. Garante o controle social e a titularidade dos municípios. Prevê direitos e deveres dos usuários e prestadores de serviços. Não mistura saneamento com gás. Mantém a Lei que criou a Política Estadual de Saneamento.

Titularidade sobre os serviços

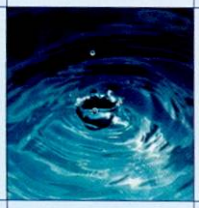
Projeto do governo - Avança sobre a titularidade dos municípios, tirando-lhes a autonomia sobre os serviços de saneamento, e mira as regiões metropolitanas. Isto porque da receita líquida de R$ 5 bilhões obtida pela Sabesp em 2006, 72% saem dos 39 municípios da Região Metropolitana da Capital.

Projeto do PT - Defende que a titularidade poderá ser exercida de forma conjunta pelos entes federados (União, Estados e Municípios), conforme a Lei Federal n.°.11.107, de 6 de abril de 2005 (Lei de Consórcios). Afirma também que a titularidade não poderá, em qualquer hipótese, ser exercida de forma exclusiva pelo Estado ou pela União.









O cidadão, o município e o saneamento no Estado de São Paulo

Em janeiro de 2007, o presidente Lula publicou a Lei Federal nº. 11.455, que define as novas exigências para o saneamento básico (água, esgoto, lixo e drenagem) no Brasil, como a universalização do acesso aos serviços, maior transparência na definição de tarifas e possibilidade de participação social.
Com isso, estados e municípios terão que criar agências para fiscalizar e regular os serviços de saneamento. Caberá às agências propor tarifas que garantam o equilíbrio econômico das empresas e a capacidade de pagamento dos usuários, garantir a qualidade dos serviços e fiscalizar o cumprimento das obras planejadas, entre outras tarefas.

Para adaptar o Estado de São Paulo à nova Lei Federal, o governador enviou à Assembléia Legislativa o Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 48. O Projeto não foi discutido com a sociedade. Chegou à Assembléia em regime d urgência, o que impede o debate democrático sobre um tema de vital importância para a saúde dos paulistas. Afinal, apenas 35% do esgoto são tratados no Estado de São Paulo.

Os deputados do PT não aceitam que o Projeto seja imposto dessa forma. É a repetição da prática do fato consumado, em que a Assembléia Legislativa é mais uma vez atropelada pelo autoritário jeito tucano de governar. Sem debate, sem transparência, sem controle social e sem Legislativo. Por não concordar com esse método e, principalmente, com o conteúdo da proposta, a bancada do PT apresentou um Projeto de Lei substitutivo.

Está nas mãos dos deputados estaduais decidirem o que é melhor para o povo de São Paulo.

Rui Falcão
Deputado Estadual

Donisete Braga
Deputado Estadual

PT
RUI FALCÃO
Deputado Estadual

Curso de Graduação a Distância em

ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

O Senado Federal, por meio da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), criaram para você uma oportunidade ideal e inovadora para ingressar na universidade: o curso de graduação em Administração Legislativa.

O curso, orientado para a melhoria da performance e da qualidade de gestão e dos serviços prestados pelos Legislativos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, é oferecido em todo o Brasil pela **UnisulVirtual**, unidade de educação a distância da Unisul, com apoio institucional da Unilegis e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em cooperação com as Escolas do Legislativo.

O foco do curso é transmitir ao aluno um conjunto de conhecimentos e domínios sobre ferramentas que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades em liderança, planejamento, trabalho em equipe, inovação e organização, habilitando-o para aplicar tecnologias e métodos específicos no aprimoramento das práticas profissionais.

O curso visa o aprimoramento das práticas profissionais relacionadas às atividades da **Administração Legislativa,** e tem como finalidade capacitar servidores das Casas Legislativas para o exercício pleno e integral de suas atividades.

DIPLOMA RECONHECIDO MEC

Conquiste o seu diploma estudando em qualquer lugar do Brasil, com a Universidade que é referência em educação a distância.

Senado Federal e Unisul: uma parceri

Público-Alvo

- Servidores do Poder Legislativo nas esferas Federal, Estadual e Municipal.
- Demais servidores públicos e cidadãos interessados na aquisição de conhecimentos relativos à Administração Legislativa.

Requisitos de Ingresso

- Diploma de Conclusão do Ensino Médio.
- Acesso a computador conectado à internet.

Diploma de Graduação

O concluinte com aproveitamento, ao final de 2 anos de estudo, receberá o diploma de Graduação Tecnológica em Administração Legislativa.

Diploma reconhecido pelo MEC

A Unisul está credenciada pelo Ministério da Educação para ofertar cursos superiores a distância, conforme portarias MEC nºs 1.067/2003 e 2.146/2004. Os diplomas têm validade em todo o Brasil.

Projeto 2 + 2

Após concluírem este curso, os egressos podem validar todas as disciplinas e solicitar matrícula no curso de bacharelado em Administração da UnisulVirtual. Com mais 2 anos de estudo, é possível obter um diploma de bacharel em Administração.

Mensalidade no semestre
2008A – R$ 339,20*

* Valor médio variável de acordo com o número de créditos cursados em cada semestre letivo. Mensalidade com reajuste no final de cada ano, conforme os índices autorizados pelo governo.

Inscrições abertas: www.virtual.unisul.br



a para colocar você na universidade.

Disciplinas do Curso

- Ciência Política
- Língua Portuguesa e Redação Oficial
- Instituições de Direito Público e Privado
- História do Parlamento
- Direitos Humanos e Cidadania
- Tópicos de Matemática Elementar I
- Gestão da Informação
- História do Pensamento Administrativo
- Sociologia
- Administração Pública Gerencial
- Gestão Estratégica I
- Psicologia nas Organizações
- Informática Aplicada à Administração Pública
- Liderança e Desenvolvimento de Equipes
- Conflito, Negociação e Processo Decisório
- Gestão de Materiais e Logística
- Informatização da Administração Pública
- Gestão por Resultados
- Teoria Geral do Processo Legislativo
- Metodologia para o Estudo de Caso
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Fundamentos Econômicos
- Finanças Públicas
- Orçamento Público
- Técnica Legislativa
- Estudo de Caso em Administração Legislativa

UNISUL



UnisulVirtual. O ensino a distância que funciona.

Na **UnisulVirtual** os alunos têm flexibilidade total para escolher os locais e os horários para estudar. As disciplinas são oferecidas em módulos. E a qualquer hora do dia, via internet, o aluno pode acessar um Espaço Virtual de Aprendizagem. Nele, vai encontrar ferramentas para realizar atividades, avaliações, interações com colegas, professor tutor e monitores.

Para cumprir as exigências do MEC, ao final da disciplina o aluno realiza uma avaliação presencial que acontece bimestralmente, aos sábados, em datas que são informadas no início de cada semestre. O aluno é quem escolhe o local para realizar a avaliação. E a UnisulVirtual possui locais credenciados para as provas em todas as capitais do Brasil, e em mais 25 cidades. Veja no site da Unisul a cidade mais próxima de você.

Para acompanhar o curso, as notas das disciplinas, efetuar novas matrículas e imprimir boletos de pagamento, o aluno conta com o Sistema Acadêmico Minha Unisul, com acesso pela internet.

Vantagens da UnisulVirtual

- Diploma reconhecido pelo MEC.
- Ingresso sem vestibular.
- Professores doutores, mestres e especialistas.
- Monitoria por telefone e internet.
- Livros didáticos específicos para cada disciplina entregues no endereço do aluno.
- Diploma de graduação a partir de 2 anos.



IMPRESSO

Curso de Graduação a Distância em

ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

O Senado Federal, por meio da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), criaram para você uma oportunidade ideal e inovadora para ingressar na universidade: o curso de graduação em Administração Legislativa.

O curso, orientado para a melhoria da performance e da qualidade de gestão e dos serviços prestados pelos Legislativos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, é oferecido em todo o Brasil pela **UnisulVirtual**, unidade de educação a distância da Unisul, com apoio institucional da Unilegis e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em cooperação com as Escolas do Legislativo.

O foco do curso é transmitir ao aluno um conjunto de conhecimentos e domínios sobre ferramentas que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades em liderança, planejamento, trabalho em equipe, inovação e organização, habilitando-o para aplicar tecnologias e métodos específicos no aprimoramento das práticas profissionais.

O curso visa o aprimoramento das práticas profissionais relacionadas às atividades da **Administração Legislativa,** e tem como finalidade capacitar servidores das Casas Legislativas para o exercício pleno e integral de suas atividades.

DIPLOMA RECONHECIDO MEC

Conquiste o seu diploma estudando em qualquer lugar do Brasil, com a Universidade que é referência em educação a distância.

a para colocar você na universidade.

Disciplinas do Curso

- Ciência Política
- Língua Portuguesa e Redação Oficial
- Instituições de Direito Público e Privado
- História do Parlamento
- Direitos Humanos e Cidadania
- Tópicos de Matemática Elementar I
- Gestão da Informação
- História do Pensamento Administrativo
- Sociologia
- Administração Pública Gerencial
- Gestão Estratégica I
- Psicologia nas Organizações
- Informática Aplicada à Administração Pública
- Liderança e Desenvolvimento de Equipes
- Conflito, Negociação e Processo Decisório
- Gestão de Materiais e Logística
- Informatização da Administração Pública
- Gestão por Resultados
- Teoria Geral do Processo Legislativo
- Metodologia para o Estudo de Caso
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Fundamentos Econômicos
- Finanças Públicas
- Orçamento Público
- Técnica Legislativa
- Estudo de Caso em Administração Legislativa

UNISUL



Senado Federal e Unisul: uma parceri

Público-Alvo

- Servidores do Poder Legislativo nas esferas Federal, Estadual e Municipal.
- Demais servidores públicos e cidadãos interessados na aquisição de conhecimentos relativos à Administração Legislativa.

Requisitos de Ingresso

- Diploma de Conclusão do Ensino Médio.
- Acesso a computador conectado à internet.

Diploma de Graduação

O concluinte com aproveitamento, ao final de 2 anos de estudo, receberá o diploma de Graduação Tecnológica em Administração Legislativa.

Diploma reconhecido pelo MEC

A Unisul está credenciada pelo Ministério da Educação para ofertar cursos superiores a distância, conforme portarias MEC nºs 1.067/2003 e 2.146/2004. Os diplomas têm validade em todo o Brasil.

Projeto 2 + 2

Após concluírem este curso, os egressos podem validar todas as disciplinas e solicitar matrícula no curso de bacharelado em Administração da UnisulVirtual. Com mais 2 anos de estudo, é possível obter um diploma de bacharel em Administração.

Mensalidade no semestre
2008A – R$ 339,20*

* Valor médio variável de acordo com o número de créditos cursados em cada semestre letivo. Mensalidade com reajuste no final de cada ano, conforme os índices autorizados pelo governo.

Inscrições abertas: www.virtual.unisul.br



Curso de Graduação a Distância em

ADMINISTRAÇÃO LEGISLATIVA

O Senado Federal, por meio da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), e a Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), criaram para você uma oportunidade ideal e inovadora para ingressar na universidade: o curso de graduação em Administração Legislativa.

O curso, orientado para a melhoria da performance e da qualidade de gestão e dos serviços prestados pelos Legislativos nas esferas Federal, Estadual e Municipal, é oferecido em todo o Brasil pela **UnisulVirtual**, unidade de educação a distância da Unisul, com apoio institucional da Unilegis e do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), em cooperação com as Escolas do Legislativo.

O foco do curso é transmitir ao aluno um conjunto de conhecimentos e domínios sobre ferramentas que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades em liderança, planejamento, trabalho em equipe, inovação e organização, habilitando-o para aplicar tecnologias e métodos específicos no aprimoramento das práticas profissionais.

O curso visa o aprimoramento das práticas profissionais relacionadas às atividades da **Administração Legislativa,** e tem como finalidade capacitar servidores das Casas Legislativas para o exercício pleno e integral de suas atividades.

DIPLOMA RECONHECIDO MEC

Conquiste o seu diploma estudando em qualquer lugar do Brasil, com a Universidade que é referência em educação a distância.

Senado Federal e Unisul: uma parceri

Público-Alvo

- Servidores do Poder Legislativo nas esferas Federal, Estadual e Municipal.
- Demais servidores públicos e cidadãos interessados na aquisição de conhecimentos relativos à Administração Legislativa.

Requisitos de Ingresso

- Diploma de Conclusão do Ensino Médio.
- Acesso a computador conectado à internet.

Diploma de Graduação

O concluinte com aproveitamento, ao final de 2 anos de estudo, receberá o diploma de Graduação Tecnológica em Administração Legislativa.

Diploma reconhecido pelo MEC

A Unisul está credenciada pelo Ministério da Educação para ofertar cursos superiores a distância, conforme portarias MEC nºs 1.067/2003 e 2.146/2004. Os diplomas têm validade em todo o Brasil.

Projeto 2 + 2

Após concluírem este curso, os egressos podem validar todas as disciplinas e solicitar matrícula no curso de bacharelado em Administração da UnisulVirtual. Com mais 2 anos de estudo, é possível obter um diploma de bacharel em Administração.

Mensalidade no semestre
2008A – R$ 339,20*

* Valor médio variável de acordo com o número de créditos cursados em cada semestre letivo. Mensalidade com reajuste no final de cada ano, conforme os índices autorizados pelo governo.

Inscrições abertas: www.virtual.unisul.br



a para colocar você na universidade.

Disciplinas do Curso

- Ciência Política
- Língua Portuguesa e Redação Oficial
- Instituições de Direito Público e Privado
- História do Parlamento
- Direitos Humanos e Cidadania
- Tópicos de Matemática Elementar I
- Gestão da Informação
- História do Pensamento Administrativo
- Sociologia
- Administração Pública Gerencial
- Gestão Estratégica I
- Psicologia nas Organizações
- Informática Aplicada à Administração Pública
- Liderança e Desenvolvimento de Equipes
- Conflito, Negociação e Processo Decisório
- Gestão de Materiais e Logística
- Informatização da Administração Pública
- Gestão por Resultados
- Teoria Geral do Processo Legislativo
- Metodologia para o Estudo de Caso
- Direito Constitucional
- Direito Administrativo
- Fundamentos Econômicos
- Finanças Públicas
- Orçamento Público
- Técnica Legislativa
- Estudo de Caso em Administração Legislativa

UNISUL



FÓRUM

PNLL Vivaleitura 2006/2008

Regulamento

1. objetivos do concurso
- Despertar a criação literária nos estudantes da Educação Básica do município de Itatiba
- incentivar a pesquisa sobre (o tema)

2. dos participantes

3. do Tema

4. tipologia textual
o trabalho poderá ser apresentado através de ~~poesias~~, ~~redação~~, desenhos ~~textos~~

5. do formato do trabalho
- manuscrito / digitado ...

6. da ~~inscrição~~ realização

7. da avaliação
comissão examinadora

8. do resultado 10. disposições gerais

9. da premiação

9/11

2. Participantes:

- Ed. Inf até 2ª série - desenhos
- 3ºs e 4ºs - poesias.
- 5º e 6º - poesias /
- 7º e 8º - soneto

EM - soneto - Ibirarema/SP.

3) Tema → ~~emancipação política~~ administrativa

Itatiba: 16º ~~aniversário~~ aniversário de Itatiba
~~história~~ de Emancipação

4) tipologia textual -

5) forma do trabalho
a) desenho A3 c/ margens ??
b) - poesia →
c) - sonetos →

FÓRUM

PNLL Vivaleitura 2006/2008

6 - ~~Realização~~ → da realização
a/s 8 a 19/10

7 - da avaliação
a comissão examinadora se reuni no período de
22 a 26/10 -

8 - publ. resultado
jornal do dia 9/11

9 - da premiação -
sessão solene no dia .../__
local / horário
medalhas
livros
viagem ao Palácio dos Bandeirantes

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

TEL. (19) 820-1625
TELEFAX. (19) 820-1487

CGC 67.172.312/0001-53

RESOLUÇÃO N.º 089/2000

INSTITUI A GALERIA DOS DOCUMENTOS HISTÓRICOS NA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprovou, e eu, seu Presidente promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Fica instituída nas dependências da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, a Galeria dos Documentos Históricos, onde serão colocados documentos histórico-culturais, relacionados com fatos notáveis ocorridos em geral na vida da humanidade e em especial na vida do povo brasileiro.

Artigo 2º - Os documentos histórico-culturais serão colocados na galeria em solenidade presidida pela Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Artigo 3º - As despesas com a execução da presente Resolução, correrão pelas dotações próprias dos orçamentos vigentes.

Artigo 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 11 de maio de 2000.

VEREADOR VALTER COSTELLA
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Autoria dos Senhores Vereadores: Valter Costella, José Benedito de Souza, Donizete Carvalho da Silva e Marcel D.Souza Campos.

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Rua Rota dos Imigrantes, 425
Estado de São Paulo

TEL. (19) 820-1625
TELEFAX. (19) 820-1487

CGC 67.172.312/0001-53

RESOLUÇÃO N.º 092, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2000

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA CÂMARA MIRIM.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aprovou e eu, seu Presidente, promulgo a seguinte Resolução:

Artigo 1º - O Poder Legislativo Municipal fará realizar anualmente até uma ou duas sessões legislativas de vereador mirim, com participação nas escolas públicas e particulares de Holambra, especialmente das séries 5ª à 7ª séries do 1º grau, sendo que cada escola fará a eleição, no mês de fevereiro, para escolha de um vereador mirim de cada uma das séries.

Parágrafo Único – A Câmara Municipal deverá fixar as datas das sessões, especialmente nos meses de outubro e dezembro, promovendo os meios necessários para a realização do evento.

Artigo 2º - Para fins do disposto no artigo 1º serão eleitos nove vereadores, e mais nove suplentes, que terão cada um deles, um vereador titular como seu padrinho, respeitando sempre a ordem do Plenário, afim de auxilia-lo no encaminhamento de suas proposituras no exercício do mandato.

Artigo 3º - O mandato do vereador mirim será de 2 anos durante o qual, manterá contato com seu padrinho, trazendo até eles as suas sugestões, as do seu bairro e da sua escola, para que sejam tomadas as providências necessárias.

Artigo 4º - Cada Vereador poderá apresentar, junto a seu padrinho, até, no máximo, três das seguintes proposituras:

I- requerimentos;
II- pedidos de informações;
III- indicações.

Artigo 5º - As sessões serão realizadas com a presença dos padrinhos de cada vereador mirim, obrigatoriamente na de posse e facultada nas demais, sendo as duas primeiras como parte das comemorações da semana da criança ou do aniversário da cidade.

Artigo 6° - Os temas a serem discutidos na sessão e os métodos, serão estabelecidas de comum acordo entre a presidência da Câmara e a direção das escolas participantes, devendo objetivar:

I- o aprendizado do aluno em relação o município;
II- o conhecimento das atribuições dos Poderes constituídos, especialmente os locais;
III- o desenvolvimento e aprimoramento das práticas democráticas.

Artigo 7° - A Câmara Municipal, a título de incentivo, poderá diplomar e premiar os participantes do evento, desde que tenham objetivos didáticos - pedagógicos.

Artigo 8° - As despesas decorrentes da presente Resolução correrão por conta das dotações próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 9° - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 07 de dezembro de 2000.

VEREADOR VALTER COSTELLA
Presidente

Autoria do Senhor Vereador: Valter Costella

Publicado por afixação, no quadro de editais da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, na data supra.

ANDRÉIA PEREIRA DOS SANTOS
Chefe de Expediente e Secretaria

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

LEI Nº 042/93

Dispõe sobre Concurso Público e estabelece seu regulamento para a criação da Letra e Música do Hino do Município de Holambra.

O **PREFEITO** do Município de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei : -

Artigo 1º - Ficam abertas a partir da publicação desta Lei, as inscrições para o concurso para a criação da letra e música do Hino do Município de Holambra.

Artigo 2º - Poderão participar do concurso, compositores de todo o território nacional.

Artigo 3º - As inscrições deverão ser feitas na Secretaria da Câmara Municipal, sito a Rua Rota dos Imigrantes, S/Nº, em Holambra, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 18:00 horas, de segunda a sexta-feira e as informações serão dadas no mesmo local e horário.

Artigo 4º - No ato da inscrição, o autor ou autores, compositor ou compositores, deverão entregar a Letra e a Música no original, constando identificação com número do R.G. e C.P.F., endereço completo e telefone, assim como assinatura ou assinaturas, e gravação em fita cassete.

Parágrafo Único - Uma mesma pessoa poderá apresentar Letra e Música de sua autoria.

Artigo 6º - Somente poderão ser inscritas letras e músicas inéditas, considerando-se como inéditas aquelas que não tenham sido editadas por nenhum processo gráfico ou não tenha sido gravada por nenhum processo fonográfico.

Artigo 7º - A letra deverá consubstanciar aspéctos históricos, políticos, econômicos e culturais do Município de Holambra.

Artigo 8º - Todos os participantes receberão certificados de participação.

LEI Nº 043/93

Dispõe sobre Concurso Público e estabelece seu regulamento para a criação da Bandeira do Município de Holambra.

O **PREFEITO** do Município de Holambra, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei : -

Artigo 1º - Ficam abertas, à partir da publicação desta Lei, as inscrições do Concurso para a criação da Bandeira do Município de Holambra.

Artigo 2º - As inscrições deverão ser feitas na Secretaria da Câmara Municipal de Holambra, à Rua Rota dos Imigrantes s/nº, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira e as informações serão dadas no mesmo local e horário.

Artigo 3º - O prazo para inscrições se encerram no dia 24 de julho de 1993.

Artigo 4º - Na inscrição, o autor deverá entregar seu projeto de criação, no original, constando sua identificação, o número do R.G. e do C.P.F., endereço completo e telefone, assim como sua assinatura.

Parágrafo Único - No caso de o autor ser menor de idade e não portar os documentos exigidos, a inscrição poderá ser feita mediante a apresentação de cópia da Certidão de Nascimento, acompanhada de formulário próprio constando os dados do Pai ou Responsável, anexando cópia.

Artigo 5º - Sómente poderão ser inscritos trabalhos inéditos, sendo eliminado qualquer projeto que leve a semelhança ou associação com símbolos já existentes.

Artigo 6º - O projeto de criação da Bandeira do Município de Holambra deverá ser apresentado em papel para desenho, de tamanho 215 x 315 mm.

OFICIO ESPECIAL

Americana, 25 de outubro de 2007.

Excelentíssimo Senhor:

Servimo-nos do presente para convidar Vossa Excelência e todos os vereadores dessa Casa de Leis, a participarem do ***Curso de Oratória para Parlamentares,*** que será realizado pela ***INTERLEGIS***, nesta Câmara Municipal de Americana, nos dias 12(segunda feira) e 13(terça feira) de novembro de 2007, das 9 hs às 17 hs.

Trata-se de uma grande oportunidade para o desenvolvimento de técnicas e aprimoramento de apresentações, visando especificamente as atividades parlamentares, o que com certeza enriquecerá em muito a experiência dos senhores vereadores.

Esclarecemos que faz-se necessária a inscrição e confirmação de presença até o dia 31(quarta feira) de outubro, através do telefone: (19) 3472.9758.
Na oportunidade, apresentamos a nossa estima e consideração.

Atenciosamente,

MARCO ANTONIO ALVES JORGE – KIM
PRESIDENTE

EXCELENTÍSSIMO SENHOR
WILSON BARBOSA
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
HOLAMBRA / SP

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 11 de outubro de 2007

Ofício CGCRRM nº 1496/07
TC-1517/026/05

Senhor Presidente,

Comunico que a Colenda Segunda Câmara desta Casa, em sessão de 21 de agosto de 2007, à oportunidade do julgamento do processo em epígrafe, que trata das contas desse Legislativo referentes ao exercício de 2005, emitiu o v. Acórdão, cuja cópia, acompanhada de extrato da r. Decisão respectiva e de fls. 79/83, faz parte integrante do presente ofício, para ciência da recomendação proposta.

Apresento a Vossa Excelência protestos de estima e consideração.

FULVIO JULIÃO BIAZZI
Conselheiro-Presidente
Segunda Câmara

PROTOCOLO
Nº de Ordem 290/2007
Fls. Nº 058 Livro Nº 009
Data 23/10/07 Hora 14:30
Secretaria

Excelentíssimo Senhor
WILSON BARBOSA
Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP
ssrs-1

Conselheiro Robson Marinho
Segunda Câmara
Sessão: **21/8/2007**

118 TC-001517/026/05 - CONTAS ANUAIS
Câmara Municipal: Estância Turística de Holambra.
Exercício: 2005.
Presidente(s) da Câmara: Iran Daier Brunhani.
Acompanha(m): TC-001517/126/05 e TC-001517/326/05.
Auditada por: UR-3 - DSF-II.
Auditoria atual: UR-3 - DSF-II.

	Despesas:
Totais do Legislativo (até 8%):	4,99%
Folha de pagamento (até 70%):	39,62%
Pessoal (até 6%):	1,65%

Relatório

Cuidam os autos das contas prestadas pela Mesa da **Câmara Municipal de Holambra**, relativas ao exercício de **2005**, que foram auditadas pela equipe técnica da Unidade Regional de Campinas.

As falhas anotadas no relatório de auditoria de fls. 12/39 e as correspondentes justificativas apresentadas pelo interessado às fls. 50/56, acompanhadas da documentação de fls. 57/64, são as seguintes:

Das Despesas - a) gastos incompatíveis com as finalidades da edilidade referentes à impressão de folhetos da campanha de doação de órgãos e à aquisição de um aparelho Palm Zire e de 100 bandeirinhas de mesa; b) adiantamentos relativos às despesas dos agentes políticos com viagens, estadia e deslocamento à Brasília, à margem das finalidades da Câmara; c) reembolso de despesas sem prévio empenho, sem previsão na peça orçamentária e com justificativas genéricas; d) dispêndio com impressão, editoração e entrega de Jornal da Câmara Municipal com matérias que estão a caracterizar promoção pessoal.

Defesa: - alega que: a) a impressão de folhetos da campanha de doação de órgãos teve cunho essencialmente social e o Legislativo não poderia se omitir; o Palm Zire, é um aparelho que traz agilidade aos trabalhos legislativos; as bandeirinhas são apostas nas mesas de cada parlamentar e em todas as dependências da Câmara, bem como são entregues às autoridades que ali comparecem, como manifestação de patriotismo, que também está ligado ao interesse social; b)

os vereadores devem lutar por recursos para o município, reivindicando junto aos deputados federais e senadores melhorias para todos os setores da municipalidade; c) as despesas com reembolso realizadas por vereadores, funcionários e assessores em função e a serviço da municipalidade não podem ser por eles suportadas, além de não terem trazido qualquer prejuízo ao erário; d) em hipótese alguma houve promoção pessoal de qualquer dos vereadores, até porque o jornal é a maneira mais efetiva de aproximar a população dos membros do Legislativo e de divulgar todas as suas atividades.

Licitações - contratação de advogado mediante prévio certame licitatório, na modalidade convite, que deveria ser processada através de concurso público.

Defesa - esclarece que, embora o STF tenha se pronunciado sobre a inexigibilidade de licitação para a contratação de advogados, o contrato em comento foi precedido de certame licitatório, na modalidade convite. Não obstante, informa que em 2007 será criado cargo para essa função.

Cargos em Comissão - contratação de pessoal para o exercício de cargo em comissão, com atribuições próprias de servidores efetivos.

Defesa - diz que a admissão de pessoal foi julgada regular no TC-3050/003/06.

Encargos Sociais - falta de recolhimento: ao INSS das contribuições relativas à parte patronal e aos agentes políticos de janeiro a junho de 2005, e ao FGTS, de encargo incidente sobre a remuneração do servidor admitido em cargo em comissão.

Defesa - informa que, não obstante a existência de ação judicial ainda em tramitação tratando dessa questão, a partir de julho de 2005 as contribuições passaram a ser recolhidas, em atendimento à orientação deste Tribunal.

Declaração de Bens - falta de demonstrativo da entrega pelos agentes políticos de tal declaração.

Defesa - declara ter sido regularizada tal falha.

Atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal - ajustes no cômputo dos gastos com pessoal.

Defesa - mesmo com os ajustes efetuados pela auditoria,

Da análise do processo, constata-se que a Câmara Municipal de Holambra cumpriu o limite estabelecido pelo artigo 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 101/00, pois destinou 1,65% da receita corrente líquida do município às despesas com pessoal e reflexos.

O gasto total do Legislativo, mantendo-se dentro das metas estabelecidas pelo artigo 29-A, "caput", da Constituição Federal, correspondeu a 4,99% da receita efetivamente arrecadada pelo município em 2004, abaixo, portanto, do limite de 8%.

Respeitou, também, o limite imposto pelo § 1º do já citado artigo, eis que o dispêndio com a folha de pagamento limitou-se a 39,62% da receita realizada.

Os repasses de duodécimos foram mais do que suficientes para cobertura das despesas do Legislativo, tanto que houve devolução de numerário ao Executivo.

Os subsídios foram pagos de conformidade com o ato fixatório e dentro dos limites legais.

Os resultados econômico e patrimonial são positivos.

Os pagamentos se efetivaram de conformidade com a ordem cronológica das exigibilidades.

Quanto à revisão geral anual dos subsídios dos agentes políticos, nada há a objetar, até porque essa revisão abrangeu a remuneração dos servidores públicos do Executivo e do Legislativo e os subsídios dos agentes políticos desses dois Poderes, na mesma data e sem distinção de índices.

A respeito da publicação do Jornal da Câmara Municipal de Holambra, verifico que, além de regulamentada pela Resolução nº 85/00, as despesas a ela concernentes envolvem a editoração eletrônica, a impressão e a entrega desse informativo, ao custo médio mensal de R$863,83, valor, que, a meu ver, não afronta o princípio da razoabilidade.

Demais disso, como bem salientou a d. SDG, a pluralidade de pessoas citadas nas publicações efetuadas não induz necessariamente à promoção pessoal, além de ser o meio utilizado para divulgação dos atos oficiais, das leis

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A C Ó R D Ã O

TC-001517/026/05 - Contas anuais.
Câmara Municipal: Estância Turística de Holambra.
Presidente da Câmara: Iran Daier Brunhani.
Assunto: Prestação de contas da administração financeira, orçamentária e patrimonial de órgão municipal.
Sob apreciação: Contas relativas ao exercício de 2005.
Acompanham: TC-001517/126/05 e TC-001517/326/05.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Pelo voto dos Conselheiros Robson Marinho, Relator, Fulvio Julião Biazzi, Presidente, e Renato Martins Costa, a e. 2ª Câmara, em sessão de 21 de agosto de 2007, decidiu julgar regulares as contas da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, exercício de 2005, exceção feita aos atos porventura pendentes de apreciação por este Tribunal, com recomendações ao atual Presidente da Câmara, à margem do julgamento e mediante ofício, e determinação para que se confirme as medidas saneadoras anunciadas.

Publique-se.

São Paulo, 04 de setembro de 2007.

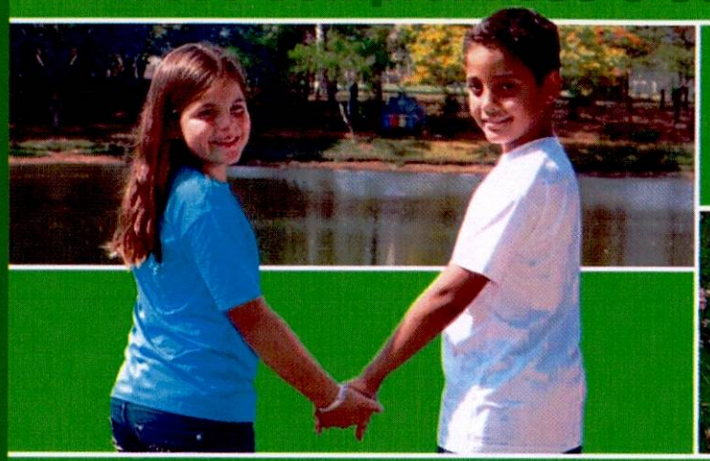
FULVIO JULIÃO BIAZZI - Presidente

ROBSON MARINHO - Relator

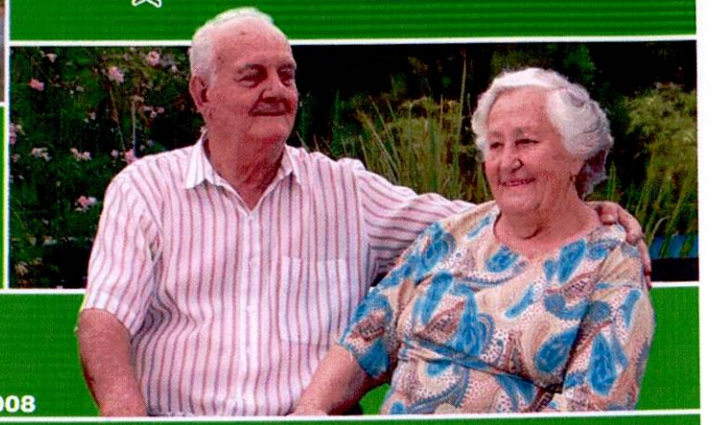
etk/

PUBLICADO NO D.O.E.
DE 11/09/2007
CGCRRM

Nosso compromisso é com o seu bem-estar



Prefeitura Municipal
da Estância Turística
de Holambra



I.P.T.U.

e Taxas de Serviços Urbanos 2008

Pague seu IPTU em dia e garanta mais qualidade de vida para sua família

Trabalhos premiados no concurso de poesias e desenhos promovido em comemoração ao 16º aniversário de Holambra. Outubro/2007.

Cidade de Cores

entrada da cidade bem le al.
oi construdo um lindo portal.
todos ue ali passam.
lores no local.

ma cidade de cores.
Cheia de ente boa e lores.
st ncia turstica.
e passeio e sabores.

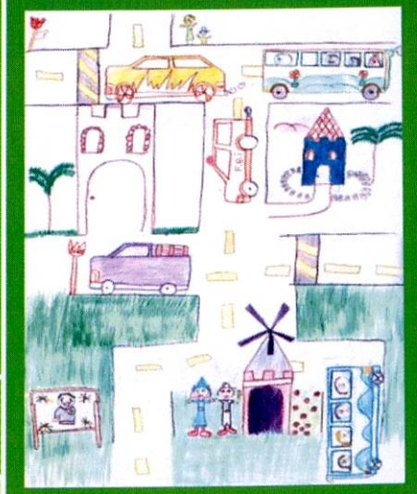
Holambra tem muita con uista.
ma linda cidade em vista.
Com a uda de todos.
Tornou se turstica.

mancipada há 16 anos.
uando eu ainda não e istia.
escobri esse paraso.
ui constru minha moradia.
arabns Holambra

Jhony Henrique dos Santos - 3ª Série
EMEB Recanto das Palmeiras



Paola Fogaça Carvalho - 1ª Série
EMEB Jardim das Primaveras



Regilson Pimentel da Silva - 2ª Série B
EMEB Recanto das Palmeiras

Realização:

PREFEITURA
Cidadania e Trabalho

Câmara Municipal
da Estância Turística
de Holambra

Nosso compromisso é com o seu bem-estar



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra



I.P.T.U.

e Taxas de Serviços Urbanos 2008

Pague seu IPTU em dia e garanta mais qualidade de vida para sua família

Trabalhos premiados no concurso de poesias e desenhos promovido em comemoração ao 16º aniversário de Holambra. Outubro/2007.

Cidade de Cores

entrada da cidade bem le al.
oi construdo um lindo portal.
todos ue ali passam.
lores no local.

ma cidade de cores.
Cheia de ente boa e lores.
st ncia turstica.
e passeio e sabores.

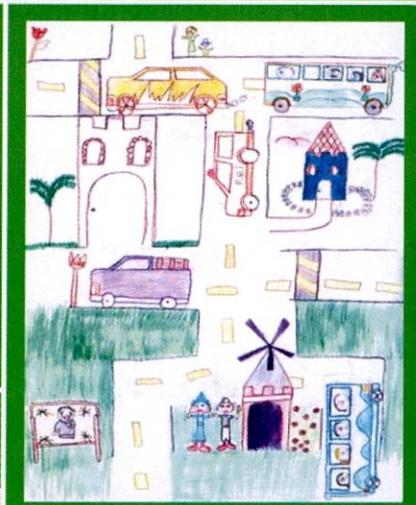
Holambra tem muita con uista.
ma linda cidade em vista.
Com a uda de todos.
Tornou se turstica.

mancipada há 16 anos.
uando eu ainda não e istia.
escobri esse paraso.
ui constru minha moradia.
arabns Holambra

Jhony Henrique dos Santos - 3ª Série
EMEB Recanto das Palmeiras



Paola Fogaça Carvalho - 1ª Série
EMEB Jardim das Primaveras



Regilson Pimentel da Silva - 2ª Série B
EMEB Recanto das Palmeiras

Realização:

Estância Turística de Holambra
PREFEITURA
Cidadania e Trabalho

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Nosso compromisso é com o seu bem-estar



Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra



I.P.T.U.

e Taxas de Serviços Urbanos 2008

Pague seu IPTU em dia e garanta mais qualidade de vida para sua família

Trabalhos premiados no concurso de poesias e desenhos promovido em comemoração ao 16º aniversário de Holambra. Outubro/2007.

Cidade de Cores

entrada da cidade bem le al.
oi construdo um lindo portal.
todos ue ali passam.
lores no local.

ma cidade de cores.
Cheia de ente boa e lores.
st ncia turstica.
e passeio e sabores.

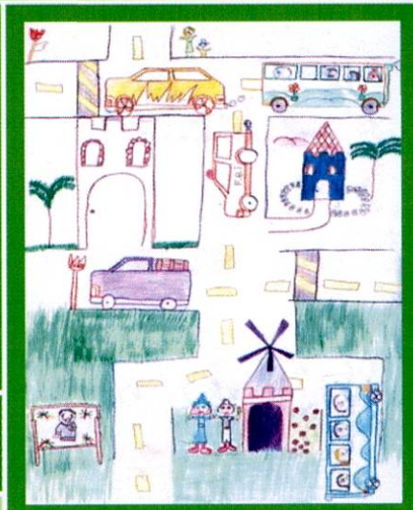
Holambra tem muita con uista.
ma linda cidade em vista.
Com a uda de todos.
Tornou se turstica.

mancipada há 16 anos.
uando eu ainda não e istia.
escobri esse paraso.
ui constru minha moradia.
arabns Holambra

Jhony Henrique dos Santos - 3ª Série
EMEB Recanto das Palmeiras



Paola Fogaça Carvalho - 1ª Série
EMEB Jardim das Primaveras



Regilson Pimentel da Silva - 2ª Série B
EMEB Recanto das Palmeiras

Realização:

Prefeitura Municipal de Holambra
PREFEITURA
Cidadania e Trabalho

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Nosso compromisso é com o seu bem-estar



Prefeitura Municipal
da Estância Turística
de Holambra



I.P.T.U.

e Taxas de Serviços Urbanos 2008

Pague seu IPTU em dia e garanta mais qualidade de vida para sua família

Trabalhos pr emiados no concurso de poesias e desenhos pr omovido em comemoração ao 16º aniversário de Holambra. Outubro/2007.

Cidade de Cor es

entrada da cidade bem le al.
oi construdo um lindo portal.
todos ue ali passam.
lores no local.

ma cidade de cores.
Cheia de ente boa e lores.
st ncia turstica.
e passeio e sabores.

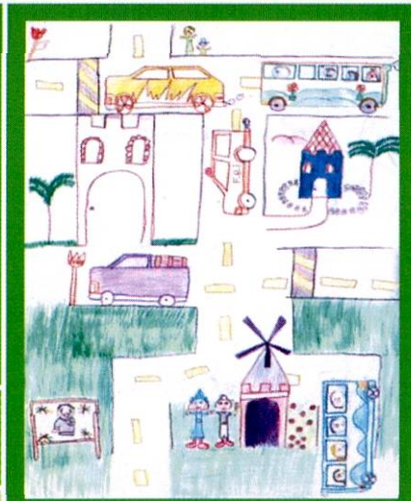
Holambra tem muita con uista.
ma linda cidade em vista.
Com a uda de todos.
Tornou se turstica.

mancipada há 16 anos.
uando eu ainda não e istia.
escobri esse paraso.
ui constru minha moradia.
arabns Holambra

Jhony Henrique dos Santos - 3ª Série
EMEB Recanto das Palmeiras



Paola Fogaça Carvalho - 1ª Série
EMEB Jardim das Primaveras



Regilson Pimentel da Silva - 2ª Série B
EMEB Recanto das Palmeiras

Realização:

PREFEITURA
Cidadania e Trabalho

Câmara Municipal
da Estância Turística
de Holambra

CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA

Gabinete do Presidente

Telefone PABX 3301-0600 - DDD (016) - FAX 3301-0630
Avenida José Bonifácio, 176 - Centro
14801-150 - ARARAQUARA - SP
www.camara-arq.sp.gov.br
E-mail: legislativo@camara-arq.sp.gov.br

Of. **1753**/07. Araraquara, 23 de novembro de 2007.

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador WILSON BARBOSA
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra
Rua Antonio Damásio Filipini, 188 – Sala 5 - Centro

13825-000 - HOLAMBRA/SP

Pelo presente, acusamos e agradecemos o recebimento do atencioso ofício nº 103/2007 - GP, de Vossa Excelência, endereçado a esta Presidência, convidando para o Encontro Nacional de Consórcios Intermunicipais de Saúde no Estado de São Paulo, que ocorrerá nos dia 06 e 07 de dezembro de 2007, conforme programação.

Prevalecemo-nos do ensejo para apresentar-lhe os protestos de nossa elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

EDNA SANDRA MARTINS
Presidenta

LF

Holambra, SP- Novembro/2007

Da comissão dos G.C.M.S de Holambra ;Oficio de Solicitação 01/2007

Aos senhores vereadores desta U.R.B;

Por meio deste documento solicitamos aos senhores vereadores melhorias e pedimos esclarecimentos sobre fatos desagradáveis e absurdos que vem acontecendo em nossa corporação, e é de extrema importância a elucidação urgente de tais fatos.

I- *Não sabemos se é de conhecimento dos senhores, mas já havíamos solicitado junto à casa um aumento de salário, por meio de um plano de carreira, aumento do salário base uma vez que o setor da segurança pública não é relacionado com os demais setores, não obtivemos resposta ao nosso pedido.*

II- *Estamos sabendo por meios políticos que o comandante da guardas e os chefes de equipe tiveram aumento salarial na mudança de referências.*

III- *É de conhecimento dos senhores que os chefes de equipe tem recebido 60 (sessenta) horas extras, sendo; 30 (trinta) horas extras a 100% e 30 (trinta) oras extras a 50%, sendo a justificativa destas estar cobrindo férias de outros chefes, pois os mesmos trabalham em uma escala de 24 (vinte e quatro) horas de trabalho por 48 (quarenta e oito) horas de descanso, mas esses horários não são trabalhados, pois os chefes de equipe entram em serviço as 08:00h e por volta das 23:00h horas se recolhem e dormem até as 06:00, posteriormente ainda folgam mais 48 horas com direito a sessenta horas extras.*

IV- *Quando não há chefes de férias os quatro chefes se revesam, trabalham em uma escala de 24 X 72, ou seja; trabalham 24 horas e folgam 72, mas na realidade o que acontece é que trabalham das 08:00h até as 23:00h depois dormem das 23:00h até as 06:00h e posteriormente ainda tem 72 horas de descanso, com um salário muito superior ao do guarda "comum".*

V- *Os chefes de equipe podem fazer troca de serviço com o outro chefe e trabalhar 48 horas seguidas, o guarda "comum" não pode trocar com outro guarda e trabalhar 24 horas seguidas.*

VI- *Os chefes de equipe podem usar o banheiro à vontade o guarda "comum" tem que pedir autorização.*

VII- *Os chefes de equipe têm direito a sair de licença prêmio o guarda "comum" não tem direito*

VIII- *Os chefes de equipe podem se estressar e usar de palavras de baixo calão para ofender outro chefe, o guarda "comum" não pode se estressar e se falar algum tipo de palavra de baixo calão é punido rigorosamente.*

IX- *Os chefes de equipe mandam os guarda "comum" fazerem boletins de ocorrência, sem orientá-los, e fazem comentários com os demais afins de humilhá-los perante todos, tendo em vista que os chefes de equipe são*

completamente despreparados para tal função, uma vez que o mérito é dos guardas "comuns" que fazem seu trabalho com extrema responsabilidade.

X- *Os guardas são obrigados a fazer ordem unida, marchar de 2 a 4 horas seguidas e quando não marchamos direito somos repreendidos na frente de todos com brincadeiras sarcásticas e de mau gosto.*

XI- *Os chefes de equipe deixam de atender solicitações de munícipes e sempre mandam outra viatura.Por diversas vezes foi solicitado pelo delegado titular do nosso município, Dr. Marcelo, aos chefes de equipem que sempre que avistarem veículos de fora em atitude suspeita era pra se fazer à abordagem e averiguação, uma forma preventiva e eficaz de se trazer tranqüilidade ao nosso município. Mas não é o que vem acontecendo, dois dos quatro chefes de equipe, não fazem isso, quando somos motoristas dos mesmos não abordam e não nos deixa abordar para se fazer a averiguação, fato que será citado com mais clareza a seguir.*

XII- *Nosso comandante não marca reuniões com os guardas "comuns", fugindo dos problemas internos relacionado a nossa corporação, marca sim, ordem unida e reunião apenas com os chefes de equipe.*

XIII- *Os guardas municipais necessitam de treinamento, pois a maioria dos guardas não teve nenhuma instrução sobre elaboração de B.O., abordagem de veículos e suspeito onde constantemente nos deparamos com tal situação.*

XIV- *O comandante da guarda só se reúne com os chefes de equipe a fim de mudar a escala dos guardas afim de prejudicá-los, e se houver reclamações por parte do guarda é colocado em local e horário diferenciado com o intuito de prejudicá-lo.*

XV- *Solicitamos junto aos senhores melhorias de salário, a exclusão do cargo chefe de equipe, um comandante com conhecimento na área de segurança pública, cursos de aperfeiçoamento, coletes balísticos, melhores viaturas*

XVI- *Nossa cidade, por se tratar de uma estância turística, ressalta os olhos da criminalidade onde cada vez mais os índices de roubos furtos, ocorrências de periculosidade estão aumentando, então porquê não preparar melhor e reforçar nosso setor? cidade violenta não atrai turista, 90% das ocorrências em nosso município é a guarda municipal que atende, com extrema responsabilidade e muito amor, ao contrário de muitos amamos o que fazemos e nosso dever além do patrimônio público é servir e proteger.*

Chefe de equipe Francatto

Este usa do patrimônio público (viaturas) para fins particulares, onde por vários períodos de tempo trata de assuntos pessoais no banco do Brasil, funilaria (antigo barracão da floramar estrada da borda da mata), onde o mesmo presta serviço como funileiro, e até em sua própria residência onde permanece por longos períodos de tempo, relatamos ainda que o citado não atende solicitações de munícipes e ainda prejudica de alguma forma os que atende a seu comando.
Desfaz equipes que trazem resultados positivos para o nosso município uma vez que não querem ser interrompidos em seu horário de descanso.
É de seu costume perseguir e prejudicar os guardas "comuns" desta corporação.

Em operações realizadas pelo delegado titular deste município, a fim de apreender mercadorias de origem duvidosa e ilícitas tais como CDS, DVDS, foi presenciado por alguns guardas desta corporação a prática do furto por parte do Senhor Francatto dentro da delegacia desta cidade, crime previsto no artigo 155 do código penal, tais guardas que presenciaram o fato temem pela retaliação que possa acontecer, pois já foram até ameaçados pelo citado, é de costume caluniar, difamar além de meios absurdos para prejudicar os guardas civis municipais.
No ano de 2006, mais precisamente na festa expoflora, o GCM nascimento foi flagrado vendendo convites cortesia a mando do Senhor Francato, convites que eram pra ser distribuídos aos integrantes da guarda municipal desta U.R.B. afim de trazerem seus familiares para prestigiar nossa festa.

Chefe de equipe Jesus:

Braço direito do Senhor Francatto, o apóia em tudo o que faz, tem as mesmas características citadas acima, não atende ocorrências, não faz abordagens e é completamente e psicologicamente despreparada para exercer tal função, mesma a do guarda "comum".GCMS desta corporação por diversas vezes flagraram o Senhor Jesus em Artur nogueira, trajeto para sua residência consumindo bebida alcoólica fardado em um bar.

Nossa cidade, por se tratar de uma estância turística, ressalta os olhos da criminalidade onde cada vez mais os índices de roubos furtos, ocorrências de periculosidade estão aumentando, então porquê não preparar melhor e reforçar nosso setor? Cidade violenta não atrai turista, 90% das ocorrências em nosso município é a guarda municipal que atende, com extrema responsabilidade e muito amor, ao contrário de muitos, amamos o que fazemos e nosso dever além do patrimônio público é servir e proteger.

Solicitamos junto aos senhores, providências urgentes com relação o que aqui foi denunciado...

Aguardamos as providências e contamos com o apoio de todos...

Subscreve-se aqui...

GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS DA ESTÂNCIA TURISTICA DE HOLAMBRA

SELO

A/C
Srº Vereador: Wilson Barbosa
Câmara Municipal da Estancia
Turística de Holambra.
Rua: Damasio Filipini s/ nº Centro

1 3 8 2 5 - 0 0 0

RPC

Remetente Estância Turística de Holambra.
Guardas Civil Municipais

Endereço Solidagos nº 48 Bairro: Imprada das Flores.

13825-000

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Estância Turistica de Holambra, 30 de outubro de 2007.

À

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Nesta

Conforme o solicitado encaminhamos os nomes das pessoas que trabalham na construção do Moinho, informações estas passadas pelo Sr. Tony Hulshof:

1. Carlos Olegário de Almeida
2. Edval Pereira da Silva
3. Izaias Lessa
4. Orlando Batista Aragão
5. Sebastião Ribeiro Filho
6. Valdenito Rodrigues Apariz
7. Ailto José Batista
8. Antonio Pereira Neto
9. Braz Pereira dos Santos
10. Celso de Jesus Onofre/Jan van Mierlo
11. João Rodrigues Rocha

PROTOCOLO
Nº de Ordem 309/2007
Fls. Nº 019 Livro Nº 009
Data 31/10/07 Hora 10:00
Secretaria

12 Luis Henrique Maldonado Lopes

13. Luiz Passini

14. Odilson Lobato Santos

15. Paulo Eduardo Ambrósio

16. Alcides de Oliveira Gonçalves

17. Ivan Luis da Silva

18. Cássio Rogério de Proença

19. Fidelcino Gonçalves

20. Antonio Gonçalves Pereira

21. José Mauricio Gomes

22. Milton Franco de Moraes

23. Rogério Adriano de Lima

24. José Torquato Raimundo

25. Cláudio Eduardo Souza Moraes

Comissão:

1. Leo Rietjens – Presidente
2. Jan Heijdra – Arquiteto
3. Jan Eltink – Museo
4. Tony Hulshof - Mestre de Obras
5. Irene Eltink – Chefe Depto. Obras
6. José Luiz Duzzi – Diretor de Obras.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Sendo o que tínhamos para o momento, antecipamos nossos agradecimentos e na oportunidade reiteramos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Rosmeire Ap. Filipini
Recursos Humanos
RG: 10.184.618

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE

Assunto: Convite para participar da Sessão Itinerante.

Prezado (a) Senhor (a),

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, tem a honra de convidar Vossa Senhoria e família, para participarem da Sessão Itinerante, a qual será realizada aos 20 de novembro de 2007, ás 19 horas na Escola EMEB Parque dos Ipês.

Sua presença muito nos honrará.

Atenciosamente.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE

Assunto: Convite para participar da Sessão Itinerante.

Prezado (a) Senhor (a),

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, tem a honra de convidar Vossa Senhoria e família, para participarem da Sessão Itinerante, a qual será realizada aos 20 de novembro de 2007, ás 19 horas na Escola EMEB Parque dos Ipês.

Sua presença muito nos honrará.

Atenciosamente.

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

OFÍCIO ESPECIAL Nº 214/07

Holambra, 12 de Novembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual,

Os Vereadores que esta subscrevem vêem, solicitar a intercessão de Vossa Excelência, no sentido de nos ajudar a conquistar para o "Posto de Saúde" de nossa querida cidade o seguinte equipamento abaixo mencionado com o respectivo valor, uma vez que este equipamento em muito contribuirá para o bom atendimento de nossos munícipes no setor da saúde, pois o nosso perímetro rural fica um tanto quanto distante do nosso Posto de Saúde e isto irá nos ajudar a dar melhores condições de transporte desses munícipes / pacientes até a chegada em nosso Posto de Saúde, que fica no centro de nossa cidade.

Apresente solicitação em nosso entendimento se faz justa e necessária e pretendemos receber deste conceituado Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de Vossa Excelência uma "AMBULÂNCIA" para o Posto de Saúde", que hoje deve estar na ordem de aproximadamente R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), sendo que com isto poderemos proporcionar um melhor e mais justo atendimento aos munícipes / pacientes, o presente pleito se faz justo e necessário e muito contribuirá para o setor de saúde de nossa cidade.

Certos de podermos contar com a sua costumeira atenção, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente

VEREADORES:

WILSON BARBOSA
Presidente

GERSON PEDRO DE PINA
Vice-Presidente

JOSÉ MARCOS DE SOUZA
Primeiro Secretário

PEDRO WANDERLEI GALLI
Segundo Secretário

ASTÉRIO PINTO FILHO

ANTONIO MARCOS FERNANDES

NAIARA REGITANO HENDRIKX

Excelentíssimo Senhor,
JOSÉ ANTONIO BARROS MUNHOZ (BARROS MUNHOZ)
MD. DEPUTADO ESTADUAL e LIDER DA BANCADA DO - PSDB
São Paulo – SP.

Andreia - Camara Holambra

De: "Agência Start" <agencia_start@yahoo.com.br>
Para: <andreia@camaraholambra.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 27 de setembro de 2007 15:58
Assunto: Orcamento - Apresentacao

Oi Andréia.
Seguinte, vamos as valores:
Para fazer esse trabalho, cobro R$ 160,00.
Se tiver tudo ok.. tenho que só discutir alguns pontos do roteiro que fiquei na duvida.
Mas por enquanto e isso..

Abraço!

--

Maik Fantin --
Agência Start - Publicidade e Propaganda
Tel: (19) 3877-4942 / 9126-2680 / 8155-6854
E-mail: **atendimento@agenciastart.com**
MSN: **maikfantin@yahoo.com.br**
VOIP Discount: **maik.fantin**
SKYPE: **maikfantin**

Consultoria Empresarial Ltda

Câmara Municipal de Holambra.

At, Sra. Andréia.

Ref. Proposta para Prestação de Serviços de Cerimonial.

Prezados Senhores:

Atendendo a consulta de V.Sas, formalizamos a proposta em pauta, para prestação de serviços com a qualidade AREA Consultoria de Eventos, para abrilhantar e dar ênfase a cerimônia especial de homenagem, com entrega de título de honra para cidadão do Município de Holambra, conforme organização e determinações de V.Sas.
Data: a ser definida.
Local: Câmara Municipal de Holambra
Horário: 19:00horas
Público alvo: Autoridades e Munícipes da Região
Número estimado de participantes: 200 pessoas
Valor: R$ 1.490,00 (hum mil quatrocentos e noventa reais)
Forma de Pagamento: Na apresentação da Nota Fiscal.
Validade da Proposta: até 30 de Outubro de 2007.

***Curriculun Vitae* Mestre de Cerimônias:**

FÁBIO VIDAL RAMOS
Nome artístico: VIDAL RAMOS - Advogado e Jornalista. Ator com registro no Ministério do Trabalho.
Comendador da Ordem Internacional dos Jornalistas de Bruxelas.
É PROFESSOR de ORATÓRIA, Cerimonial e Eventos há mais de 20 anos.
Dirigiu eventos para o Exército Brasileiro (Escola Preparatória de Cadetes e Palácio do Planalto, e diverso eventos sociais, Empresariais e Políticos para Câmaras Municipais e Prefeituras.
Tem atuado como Mestre Cerimônias, escritor e criador de discursos para Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Campinas.

Camara Muncipal de Holambra

De: "Romeu Santini" <romeusantini@campinas.sp.gov.br>
Para: <camaraholambra@camaraholambra.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 25 de outubro de 2007 17:27
Assunto: Entrega de Título

Encaminhar, por favor à Sra. Ilda Thereza Martini.

Querida e Amada Ilda.

Infelizmente, um imprevisto imprede-me de estar abraçando-a na noite de hoje, quando a encantadora cidade de Holambra a acolhe como filha.

Parabéns pela homenagem, tão logo possa irei abraça-la pessoalmente.

Beijos
a você, ás filhas, genro e netos.

Romeu Santini

Ofício Especial

Estância Turística de Holambra, 03 de outubro de 2007

Assunto: *Solicita doação de fogos de artifício.*

Senhor Tarcísio Cleto Chiavegatto,

Na qualidade de Membro da Comunidade Nossa Senhora Aparecida, pertencente aos bairros: Morada das Flores, Jardim Flamboyant, Parque dos Ipês, Jardim Holanda, entre outros, deste Município, solicito a Sua Senhoria a doação de fogos de artifício para comemoração ao dia de Nossa Senhora Aparecida (12/10/2007).

Por oportuno, agradecemos ***a doação feita no ano passado,*** *lembrando que:*

"Aquele que, somando boas ações, vive dias alegres, terá prosperidade ilimitada."

Valho-me do momento para reiterar distinta consideração.

Atenciosamente,

IRAN DAIER BRUNHANI

A Sua Senhoria o Senhor,
TARCISIO CLETO CHIAVEGATO
Jaguariúna – SP



" Políticos Católicos: Testemunhas de Cristo na promoção do bem comum " ***(Doc. Aparecida)***

São Paulo, 03 de setembro de 2007.

Ilmo (a) Sr. (a)
Presidente(a) da Câmara Municipal.

Queremos manifestar a nossa alegria em convidar V. Sª. para participar do **III Encontro Estadual de Vereadoras e Vereadores Católicos**. Trata-se de um evento organizado pela Comissão de Fé e Política do Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB – Regional Sul 1 – São Paulo, em conjunto com a CNBB – Regional Sul 1, através da Comissão Episcopal para o Laicato.

Dentre os objetivos e as finalidades do CNLB, está a de viabilizar uma articulação entre os cristãos leigos e leigas que atuam na vida política do país nos seus diferentes âmbitos. Articulação que possibilite troca de experiências; reflexão sobre a nossa vocação laical no campo da política; momentos de espiritualidade e encaminhamentos que se fizerem necessários para a construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

DESENVOLVIMENTO DO DIA:
Parte da Manhã:

- Mística;
- Abertura dos trabalhos e a apresentação da **Carta de Princípios;**
- **Conferência "Política e Igreja – reflexões sobre a missão do político católico na atual conjuntura"** *(Doc. Aparecida)*
- Plenário

Na parte da Tarde:

- Apresentação do Filme: **"De Medellín à Aparecida";**
- Conferência **"Mandato Popular como instrumento de consolidação da Democracia Direta, Representativa e Participativa";**
- Mesa Redonda**: "A Reforma Política e as Eleições 2008";**

Após a Mesa Redonda

- Intervenções e encaminhamentos.
- Comunicados.
- Encerramento.

CONTAREMOS COM PRESENÇA:

D. Odilo Pedro Scherer - Arcebispo de São Paulo
D. Luiz Antônio Guedes - Bispo de Bauru e Presidente da Comissão para o Laicato do Regional Sul da CNBB.
D. Pedro Luiz Stringhini - Bispo da Região Belém da Arquidiocese de São Paulo
D. Tome Ferreira Silva - Bispo da Região Ipiranga da Arquidiocese de São Paulo

Rua Conde D'Eu, 155 – CEP 16400-227 – Lins- SP - E-mail: agaguiar@terra.com.br

TERMO DE RESPONSABILIDADE

GABRIEL CAMARGO ROLIM, brasileiro, portador do RG. 23.112.849-6, CPF: 272. 727.078-01, residente e domiciliado na Rua José Pinto de Almeida, nº. 184, Sala 1, Município de Piracicaba – SP.

DECLARA-SE, para os devidos fins, responsável pela guarda, conservação e devolução das seguintes pastas de documentos da Câmara:

- LEIS ORDINÀRIAS 2007 (586 a 611);
- LEIS COMPLEMENTARES 2007 (180 a 185);
- RESOLUÇÕES 2007 (119 a 124) e
- DECRETO LEGISLATIVO 2007 (042).

O total de 04 pastas contendo documentos do ano 2007, nesta data, para realização dos serviços de digitalização de imagens dos referidos documentos.

DECLARA-SE, outrossim, responsável por qualquer evento que se dê causa a dano, inutilizarão total ou parcial, extravio e desaparecimento das pastas retiradas.

Estância Turística de Holambra, aos 31 de agosto de 2007.

GABRIEL CAMARGO ROLIM
RG. 23.112.849-6
Declarante

TERMO DE RESPONSABILIDADE

GABRIEL CAMARGO ROLIM, brasileiro, portador do RG. 23.112.849-6, CPF: 272. 727.078-01, residente e domiciliado na Rua José Pinto de Almeida, nº. 184, Sala 1, Município de Piracicaba – SP.

DECLARA-SE, para os devidos fins, responsável pela guarda, conservação e devolução das seguintes pastas de documentos da Câmara:

- LEIS ORDINÀRIAS 2007 (586 a 611);
- LEIS COMPLEMENTARES 2007 (180 a 185);
- RESOLUÇÕES 2007 (119 a 124) e
- DECRETO LEGISLATIVO 2007 (042).

O total de 04 pastas contendo documentos do ano 2007, nesta data, para realização dos serviços de digitalização de imagens dos referidos documentos.

DECLARA-SE, outrossim, responsável por qualquer evento que se dê causa a dano, inutilizarão total ou parcial, extravio e desaparecimento das pastas retiradas.

Estância Turística de Holambra, aos 31 de agosto de 2007.

GABRIEL CAMARGO ROLIM
RG. 23.112.849-6
Declarante

"Cooperar é um ato de Cultura"

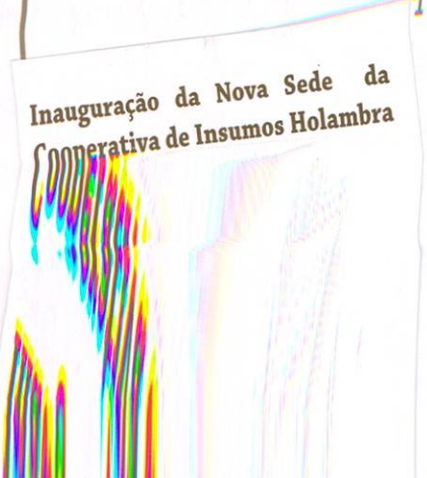
Convidamos Vossa Senhoria para Inauguração da
Nova Sede da Cooperativa Agropecuária de Insumos Holambra,
a se realizar no dia 13 de setembro (Quinta-Feira), na Rodovia
SP 107, Km 30,5 (Ao lado do Garden Center Cidade
das Flores), com a seguinte programação:

16:00h Visitação dás Instalações da Nova Sede
17:00h Inauguração Oficial
17:30h Palestra, Coquetel

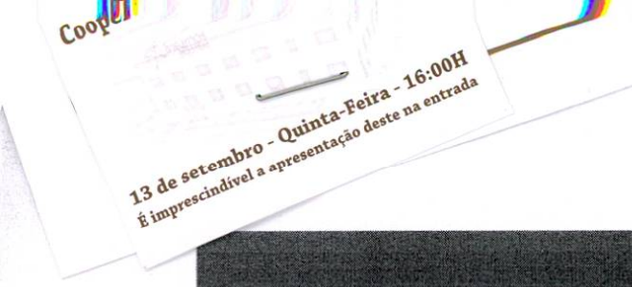
Traje: "Social Esporte"

Contamos com sua participação neste importante momento,
que será para nós motivo de grande satisfação.

Johannes Maria Van Oene - Presidente



Insumos
Holambra



GOVBR

CPQ01007

Campinas, 08 de Março de 2007

A
CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA
HOLAMBRA – SP

At.: Sra. Andréia – Depto. Administrativo / Sr. Wilson Barbosa - Presidente

ESTIMATIVA DE PREÇOS

Apresentamos nossa estimativa dos Direitos de Licença de Uso (temporária) para atualização e suporte técnico, conforme descritos abaixo, para realização do processo de informatização da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

1. VALOR LOCAÇÃO:

Sistemas	Título	Implantação/ Treinamento	Locação Mensal
CP / IA / RF / ST	Contabilidade Pública	780,00	151,00
PL – LOA PPA LDO	Planejamento e Orçamento	1.950,00	377,50
GP Cetil	Gestão e Pessoal	780,00	151,00
LG Cetil	Legislativo	780,00	151,00
TL Cetil	Textos Legais	780,00	151,00

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1. Treinamento Básico – refere-se a transferência de conhecimentos relativos a utilização do Software instalado. É indispensável que os usuários recebam estes conhecimentos e sejam conhecedores das técnicas necessárias para a operação dos equipamentos, bem como do Sistema Operacional.

1.2. Atualização

- Atualização corretiva, que visa corrigir erros e defeitos de funcionamento do *Software*;
- Atualização visando adequações do *Software* para atender as mudanças inerentes a legislação. Desde que não necessite de desenvolvimento de novos relatórios / telas, funções e rotinas, ou ainda alterações na estrutura do *Software*.
- Manutenção evolutiva, que visa garantir a atualização do *Software*, mediante aperfeiçoamento das funções existentes ou adequação às novas tecnologias, obedecendo aos critérios da metodologia de desenvolvimento CETIL.

Câmaras da RMC

Município	Alugado	Próprio
Americana	X	
Artur Nogueira		X
Campinas		X
Cosmópolis		X
Engenheiro Coelho		X
Hortolândia		X
Indaiatuba		X
Itatiba		Prefeitura
Jaguariúna		X
Monte Mor		X
Nova Odessa	X	
Paulínia		X
Pedreira		X
Santa Bárbara D'Oeste		X
Santo Antônio de Posse		X
Sumaré		Prefeitura
Valinhos		X
Vinhedo		X

PLANO DIRETOR

4 CMD
2 CAMAR
2 PMMUNICIPAL
} PASSIVEL TAXV.

P. POSSESSÃO LEGAL LEGISLATIVO

RESTRITIVA

PROJETO DE LEI Nº 031/07
de 27 de abril de 2007

Dispõe sobre a proibição de colocação de painéis indicativos ou publicitários, bem como veiculação de anúncios por meio de "*outdoors*", "*banners*", faixas, ou qualquer outra forma de comunicação visual, na Alameda Lucas Nogueira Garcez, no trecho compreendido entre os números 4746 a 7650, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE ATIBAIA, aprova e o **PREFEITO MUNICIPAL**, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 69, inciso VI da Lei Orgânica do Município, sanciona, promulga e manda publicar a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica proibida, na Alameda Lucas Nogueira Garcez, no trecho compreendido entre os números 4746 a 7650, a colocação de painéis indicativos ou publicitários, bem como veiculação de anúncios por meio de *"outdoors", "banners"*, faixas, ou qualquer outra forma de comunicação visual, nos imóveis públicos e privados, edificados ou não.

Art. 2º. A inobservância das disposições desta lei sujeitará os infratores, nos termos de seu artigo 5º às seguintes penalidades:

I – multa;

III – remoção do anúncio.

Art. 3º. Na aplicação da primeira multa, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, os responsáveis serão intimados a remover o painel indicativo ou publicitário, observados os seguintes prazos:

I - 05 (cinco) dias, no caso de não oferecer risco iminente;

II - 24 (vinte e quatro) horas, no caso de apresentar risco iminente.

Art. 4º. Na hipótese do infrator não proceder à regularização ou remoção do anúncio ou indicação, instalado irregularmente, a Municipalidade adotará as medidas para sua retirada, ainda que esteja instalado em imóvel privado, cobrando os respectivos custos de seus responsáveis, independentemente da aplicação das multas e demais sanções cabíveis.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal poderá ainda interditar e providenciar a remoção imediata do anúncio, ainda que esteja instalado em imóvel privado, em caso de risco iminente de segurança ou da reincidência na prática de infração, cobrando os custos de seus responsáveis, não respondendo por quaisquer danos causados ao anúncio quando de sua remoção.

Art. 5º. Para efeitos desta lei, são solidariamente responsáveis pelo anúncio o proprietário ou o possuidor do imóvel onde o anúncio estiver instalado, bem como, se for o caso, a empresa cuja publicidade estiver sendo veiculada e, ainda, a empresa instaladora.

Parágrafo único. A empresa instaladora é também solidariamente responsável pelos aspectos técnicos e de segurança de instalação do anúncio, bem como de sua remoção.

Art. 6º. As multas serão aplicadas da seguinte forma:

I - primeira multa no valor equivalente a 500 (quinhentos) UVRM;

II - persistindo a infração, após a aplicação da primeira multa, será aplicada multa correspondente ao dobro da primeira, reaplicada a cada 15 (quinze) dias a partir da lavratura da anterior, até a efetiva regularização ou a remoção do anúncio, sem prejuízo do ressarcimento, pelos responsáveis, dos custos relativos à retirada do anúncio, "*outdoor*" , "*banners*", faixa, ou painel irregular pela Prefeitura.

III - no caso do anúncio, "*outdoor*" "*banner*", faixa, ou painel irregular apresentar risco iminente, a segunda multa, bem como as reaplicações subseqüentes, ocorrerão a cada 24 (vinte e quatro) horas a partir da lavratura da multa anterior até a efetiva remoção.

Art. 7º. As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas por verbas próprias, consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 8º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALÃO NOBRE "PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES", em 27 de abril de 2007.

PAULO FERNANDO SERRANO CATTA PRETA
Vereador

JUSTIFICATIVA

Constituem objetivos da ordenação da paisagem do Município de Atibaia, o atendimento ao interesse público em consonância com os direitos fundamentais da pessoa humana e as necessidades de conforto ambiental, com a melhoria da qualidade de vida urbana, assegurando, dentre outros, os seguintes:

I - o bem-estar estético, cultural e ambiental da população;

II - a valorização do ambiente natural e construído;

III - a preservação e a visualização dos elementos naturais tomados em seu conjunto e em suas peculiaridades ambientais nativas;

IV - a priorização da sinalização de interesse público com vistas a não confundir motoristas na condução de veículos e garantir a livre e segura locomoção de pedestres;

V - o combate à poluição visual bem como à degradação ambiental;

A proliferação descontrolada por todo o País dos mais diversos meios da chamada publicidade exterior, nomeadamente quadros, painéis, tabuletas, anúncios, focos luminosos, cartazes ou inscrições, tem produzido uma gravíssima degradação da paisagem, com sérios prejuízos para todos, situação esta agravada quando tais publicidades exteriores encontram-se a margem de estradas e locais que exijam dos motoristas e pedestres atenção maior.

Essa degradação atinge, de forma manifesta e intolerável, um importante valor ambiental que ao Estado incumbe proteger, adotando medidas que permitam evitar ou inverter a presente situação.

A Alameda Lucas Nogueira Garcez, no trecho recentemente asfaltado constitui-se em local com resquícios de mata atlântica a qual o transforma em trecho de inestimável valor, tanto pelas matas dentre as quais serpenteia a antiga estrada de rodagem, também pelo ar puro que lá existe.

Tais característicos colocam o local como um dos mais belos trechos rodoviários urbanos existentes em nosso município, ressaltando-se que a beleza se deve exclusivamente à mata existente às margens da rodovia asfaltada.

Por outro lado, se a beleza natural acima decantada é uma realidade, não menos real é o perigo que apresenta a estrada, pois por ser bastante estreita e com movimento de carros acentuado, a atenção ao dirigir deve ser redobrada.

Sendo assim, a colocação de painéis publicitários ou indicações de propagandas de qualquer natureza, além de virem a causar a malfadada poluição visual, trará ainda riscos à segurança dos usuários pela possibilidade de causar distração aos mesmos.

O objetivo, portanto, do presente projeto de lei é o de, além de preservar o magnífico e tranqüilizante visual existente, ainda, o de evitar que, a poluição visual, com anúncios e outras formas publicitárias venham a distrair os motoristas possibilitando a ocorrência de acidentes.

Observo que também houve a preocupação, no projeto, de cominar sanções àqueles que desrespeitarem os preceitos da lei, cuidando, ainda, para que o Município seja ressarcido por eventuais despesas que venha a ter em razão de atos irregulares praticados por infratores.

Isto posto, aguardando um parecer favorável das Comissões Temáticas e o voto favorável dos nobres colegas pela aprovação do referido Projeto de Lei, entendo que assim, estaremos dando um grande avanço no sentido de trazer benefícios ao nosso município.

SALÃO NOBRE "PRESIDENTE TANCREDO DE ALMEIDA NEVES", em 27 de abril de 2007.

PAULO FERNANDO SERRANO CATTA PRETA

Vereador

Turismo Holambra

Sua viagem para a Cidade das Flores começa aqui!

Tabela de Preços para Anúncios

Halff Banner (página principal) – R$ 300,00
com desconto e período mínimo de 06 meses - **R$ 250,00/mês**
+ inserção do anuncio em todas as seções do site – **R$ 300,00/mês**

Full Banner rotativo (página principal/duas empresas por espaço**)** – R$ 500,00
com desconto e período mínimo de 06 meses – **R$ 350,00**
+ inserção do anúncio em todas as seções do site – **R$ 420,00**

Banner Módulo simples (página principal) **– R$ 250,00**
com desconto e período mínimo de 06 meses – **R$ 200,00**
+ inserção do anuncio (modulo simples) em todas as seções do site – **R$ 250,00**

* **Importante:** Todos os anúncios (independente do formato) são veiculados na página principal do site e dão direito a um anúncio (módulo simples) na respectiva seção de atuação do estabelecimento.

Anúncios exclusivamente internos

Módulo simples (apenas na seção de atuação do estabelecimento) – R$ 150,00/mês Com desconto e período mínimo de 06 meses – R$ 120,00

Imobiliárias

Espaço dinâmico na seção Oportunidades Imobiliárias – R$ 200,00/mês
Com desconto e período mínimo de 06 meses – R$ 150,00

Na seção imobiliária o anunciante terá um espaço exclusivo para divulgar as ofertas de imóveis e terrenos para o público-alvo do site, que é formado por turistas e interessados em investir na estância turística.

Cada imobiliária receberá uma senha exclusiva que permitirá atualização constante de suas ofertas, com espaço para quatro fotos e texto de apresentação do imóvel. O procedimento de atualização é bastante fácil e dinâmico, garantindo ao estabelecimento imobiliário visibilidade e resultados extremamente positivos.

Atenciosamente

Aluízio Carvalho de Santana
Jornalista Profissional – MTb 23.352/SP

CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

MESA DIRETORA
Wilson Barbosa (PP) Presidente 1997 a 2000 - 2005 a 2008
Gerson Pedro de Pina (PP) Vice-Presidente 2001 a 2004 - 2005 a 2008
José Marcos de Souza (PFL) 1º secretário 1997 a 2000 - 2001 a 2004 - 2005 a 2008
Pedro Wanderlei Galli (PSDB) 2º Secretário 2001 a 2004 - 2005 a 2008
DEMAIS VEREADORES
Iran Daier Brunhani (PTP) 1993 a 1996 - 2005 a 2008
Astério Pinto Filho (PFL) 2005 a 2008
Naiara Regitano Hendrikx (PSC) 2005 a 2008
Nicolau João Bakker (PT) 2001 a 2004 - 2005 a 2008
Antonio Marcos Fernandes (Sem Partido) 2005 a 2008

Endereço: Rua Antonio Damásio Filipini, 188 sala – Centro
CEP: 13825 - 000

PRODIGITAL
INDÚSTRIA DE RELÓGIOS

À
Câmara Municipal de Vereadores
Exmo. Senhor Presidente

Encaminhamos em anexo o catálogo do **Cronômetro Regressivo Digital com Display Remoto**, que será de grande valia para V. Exa, controlar o tempo dos discursos em plenário.

Super Promoção até 30/março/2007

Valor R$ 1.996,00 = 2x R$ 998,00
(Pagamentos 30/60 dias)

A vista R$ 1.896,00 = com 10% de desconto
(Pagamento 7 dias, boleto bancário)

Frete grátis, em 48 horas, via sedex.

Atenção, ao ligar mencionar código N.º 1250

Televendas (41) 3015-5959 ou
www.prodigital.com.br

Referências de algumas empresas que tem nossos Cronômetros no Brasil

Estado do Amazonas – AM	**Cidade**
Câmara Municipal de Itacoatiara	Itacoatiara
Estado da Bahia – BA	**Cidade**
Câmara Mun. de Gov. Mangabeira	Governador Mangabeira
Estado do Ceará – CE	**Cidade**
Nuteral	Fortaleza
Estado do Distrito Federal – DF	**Cidade**
Rexam	Brasília
STF – Supremo Tribunal Federal	Brasília
Federação de Tiro com Arco	Taguatinga
Estado do Espírito Santo – ES	**Cidade**
Tv Gazeta Rádio e Televisão	Itacoatiara
Estado do Goiás – GO	**Cidade**
Academia Corpo & Cia	Goiânia
Athletics Academia de Esportes	Goiânia
Getúlio Lima Jr.	Goiânia
Kinesys Condicionamento e Dança	Goiânia
Sportika Fitness Center	Goiânia
Estado de Minas Gerais – MG	**Cidade**
Câmara Municipal de Arinos	Arinos
TRE – Tribunal Regional Eleitoral	Belo Horizonte
Câmara Municipal de Congonhas	Congonhas
Câmara Mun. de Dores do Indaia	Dores do Indaia
Clube Atlético Itabirano	Itabira
Intercast	Itauna
UFLA – Univ. Federal de Lavras	Lavras
Câmara Municipal de Machado	Machado
Câmara Municipal de Muzambinho	Muzambinho



Cronômetro Regressivo Digital

Utilizado para controlar tempos de apresentações em palestras, discursos, salas de reuniões e convenções, câmaras de deputados e vereadores, igrejas, teatros, hotéis e auditórios em geral.

Também muito útil em indústrias, nas linhas de montagem para controle de ciclos de produção, ou em outras aplicações...

PRODIGITAL®

Indústria de Relógios

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Excelentíssimo Senhor Presidente
VEREADOR WILSON BARBOSA
Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

REQUERIMENTO DE RETIRADA DO PROJETO DE LEI Nº 013/2007

Com base no Artigo 189, alínea b, parágrafo 1º do Regimento desta Casa de Leis, venho através deste SOLICITAR a retirada do Projeto de Lei nº. 013/2007 que "DISPÕE SOBRE A ELIMINAÇÃO GRADATIVA DE QUEIMA DA PALHA DE CANA-DE-AÇÚCAR DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA ".

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 30 de março de 2007.

NAIARA REGITANO HENDRIKX
Vereadora

Conforme artigo 189, parágrafo 2º do Regimento Interno determino arquivamento. do Projeto do Projeto de Lei nº. 013/2007.

WILSON BARBOSA
Vereador/Presidente

Campinas, 29 de janeiro de 2007

Ilustríssimo Senhor Wilson Barbosa
M. D. Presidente da Câmara Municipal da
Estância Turística de Holambra

É com grande satisfação que apresento a Vossa Senhoria, em especial, e a toda população da Estância Turística de Holambra, a mais nova ferramenta que auxiliará no incremento do turismo, segmento mais promissor e vocação natural da Cidade das Flores.

Acessando o endereço eletrônico www.turismoholambra.com.br, o usuário da rede mundial de computadores terá um amplo panorama sobre as vantagens de vir a conhecer o que há de melhor no município, onde eventos, lugares e pessoas interessantes o receberão de braços abertos.

Conseqüentemente, além dos serviços, órgãos públicos e demais atrativos existentes, estarão em destaque segmentos que interessam diretamente ao público visitante, ou seja, hotéis, bares, restaurantes, meios de transporte, lazer, informações sobre como chegar, onde comprar flores, plantas e souvenires, o que usufruir durante a estadia em Holambra, e um pouco de sua história.

A partir de agora, assim como as mais importantes cidades turísticas brasileiras, a Cidade das Flores têm, também , um site exclusivo sobre o turismo local, o que representam um importante reforço para melhoria e aperfeiçoamento da atividade turística desenvolvida na cidade.

Com apenas 15 anos de emancipação política e administrativa, Holambra se destaca entre os municípios da RMC (Região Metropolitana de Campinas) e se tornou, também, referência no cenário nacional. Portanto, o objetivo de nosso site é atuar como um atrativo a mais, fazendo com que novos visitantes e agentes de viagens incluam a Cidade das Flores em seus roteiros, tarefa que executamos com prazer, contando com as parcerias de autoridades e empreendedores como Vossa Senhoria.

Aproveito o ensejo para desejar-lhe sucesso como homem público e empresário, colocando-me à disposição para eventuais esclarecimentos complementares.

Atenciosamente

Aluízio Carvalho de Santana
Jornalista – MTb 23.352/SP
Responsável pelo Site

Ofício Nº 133/2007
Gabinete da Presidência

Hortolândia, 1º de agosto de 2007

Ao Excelentíssimo Senhor
Vereador Wilson Barbosa
Presidente da Câmara Municipal de Holambra

Senhor Presidente

Pelo presente, comunicamos e convocamos V.Exa. para o nosso próximo encontro de Presidentes de Câmaras Municipais da Região Metropolitana de Campinas, a realizar-se na cidade de Pedreira, no dia 10 de agosto de 2007, sexta-feira com início às 16:00 horas, na sede do legislativo, à Rua Prof. João Alvarenga, 75 – Centro. À partir das 15:30 horas já estaremos recepcionando os colegas com um café, para o cadastramento prévio.

A pauta dos trabalhos consistirá em :

1. Discussão e votação da Ata da reunião de Valinhos, de 13 de maio de 2007.
2. Exposição pelo sr. Marcelo Viaro Berloffa, sobre **"A LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA – Reflexos no ISSQN e nas compras governamentais"**. (O tema é atual e foi sugerido pelo colega Flávio Avezum, de Pedreira, considerando que cada município deverá adaptar-se às novas regras.)
3. **Considerações iniciais sobre a legislação eleitoral em vigor**, pela Dra. Neuza Dorigon.
4. Palavra livre aos Presidentes.
5. Definição da próxima reunião, local e tema. Encerramento.

Sugerimos ainda que cada Presidente estenda o convite aos demais vereadores da sua Câmara, para participarem da nossa reunião. Também aos assessores da área de tributação e arrecadação do seu município, em razão do assunto.

Contando com a sua participação para a valorização do nosso Parlamento Metropolitano, aproveitamos do ensejo para apresentar-lhe nossos protestos da mais alta estima e consideração.

Atenciosamente

GEORGE JULIEN BURLANDY
Presidente

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.



Prezado senhor;

É sabido que o S.T.F julgou inconstitucional a obrigatoriedade do recolhimento previdenciário aos agentes políticos.

Salientamos, o absurdo que acontecia com colegas parlamentares que eram aposentados e mesmo assim, eram obrigados a recolher para a previdência.

Destarte, cabe aos Edis ingressarem com as competentes ações, objetivando a restituição dos valores recolhidos indevidamente.

Finalmente acabou o sofrimento, visto que, além do S.T.F julgar a ADIN favorável, ou seja, reconhecendo a inconstitucionalidade, também ordena restituir os valores corrigidos.

Assim sendo, solicito de V.Exa , o nome e endereço completo dos Edis que estavam com mandatos no período de 1997 a 2004, podendo enviar pelo correio .

Sem mais, atenciosamente.

JOSE PEREIRA –ADV°
OAB/SP 131 256

JAIR BENTO CARNEIRO
Ex-Vereador de Nova Odessa-SP

PROTOCOLO
Nº de Ordem 055/2002
Fls. Nº 003 Livro Nº 009
Data 05/02/02 Hora 15:30
Secretaria

Rua 1º de Janeiro, n.º 134 – Centro – Nova Odessa/SP – CEP: 13.460-000
Fone/Fax: (19) 3476-5716 - E-mail: adv.jp@itelefonica .com.br

EXMO.SR.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

Prezado senhor;

É sabido que o S.T.F julgou inconstitucional a obrigatoriedade do recolhimento previdenciário aos agentes políticos.

Assim sendo, informamos a V.Exa que como advogado e vereador na época, acompanhamos de perto a tramitação da referida ação.

Salientamos, o absurdo que acontecia com colegas parlamentares que eram aposentados e mesmo assim, eram obrigados a recolher para a previdência.

Destarte, cabe aos Edis ingressarem com as competentes ações, objetivando a restituição dos valores recolhidos indevidamente.

Finalmente acabou o sofrimento, visto que, além do S.T.F julgar a ADIN favorável, ou seja, reconhecendo a inconstitucionalidade, também ordena restituir os valores corrigidos.

Sem mais, atenciosamente.

JOSE PEREIRA –ADV°
OAB/SP 131 256

Rua 1º de Janeiro, n.º 134 – Centro – Nova Odessa/SP – CEP: 13.460-000
Fone/Fax: (19) 3476-5716 - E-mail: adv.jp@itelefonica .com.br

CONTRIBUIÇÃO

Ex-vereadores buscam a restituição

Eles estão levantando informações de como pedir a devolução das contribuições feitas à Previdência

Aline Macário – Região



JOSÉ PEREIRA: está fazendo pesquisa sobre como obter a devolução

Ex-vereadores da região se mobilizam para buscar informações sobre a restituição dos valores com que contribuíram com a Previdência Social, durante o período entre 1997 e 2004, em que a lei que instituiu o recolhimento foi considerada inconstitucional. O TodoDia publicou, há duas semanas, que as Câmaras da Região correm o risco de não conseguirem receber a restituição dos valores recolhidos relativos à parte patronal porque ainda não entraram com pedidos junto ao órgão. De acordo com o Ministério da Previdência, os ex-vereadores também têm direito a solicitar o ressarcimento. O ex-vereador de Nova Odessa José Pereira disse que tem percorrido cidades da região e tem sido questionado sobre os procedimentos a serem adotados. Ele realiza uma pesquisa a respeito do assunto e já solicitou um levantamento sobre os valores recolhidos enquanto atuava na Câmara.

O STF (Supremo Tribunal Federal) julgou procedente uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pela Procuradoria Jurídica do município de Tibagi (PR), em outubro de 2003. A justificativa do Supremo foi de que a lei 9.506 era ordinária e não complementar à Constituição, que seria a exigência para a criação de uma nova contribuição para a categoria. Além disso, o texto da lei citava a obrigatoriedade da contribuição sobre a folha de salários dos empregados. Tendo em vista que os vereadores não recebem salários, mas subsídios mensais, a contribuição deles era considerada inconstitucional.

A decisão do STF resultou um ato declaratório da Receita Federal, publicado em outubro do ano passado, para explicar que não são devidas as contribuições decorrentes dos valores pagos no período.

Atualmente, o recolhimento de INSS para ocupantes de cargos eletivos já é previsto na Constituição através da Emenda nº 20, sendo considerada a partir de 19 de setembro de 2004.

A emenda estabeleceu que o recolhimento deve ser feito sobre a folha de salários e outras formas de vencimento, mesmo sem vínculo empregatício, como é o caso dos agentes políticos , Vereadores e Prefeitos .

DIA 23 - SEGUNDA-FEIRA - PROGRAMAÇÃO GERAL

14h00	- Início do Credenciamento e entrega de material
19h00	- Sessão Solene de Abertura presidida por autoridades do Estado de São Paulo - Vice-Governador **ALBERTO GOLDMAN** e Presidente do Tribunal de Contas, Dr. **ANTONIO ROQUE CITADINI**
21h00	- Abertura da Exposição Paralela de Produtos, Serviços e Tecnologias e coquetel de boas vindas e visita aos estandes.

Horário	Dia 24 - 3ª feira	Horário	Dia 25 - 4ª feira	Horário	Dia 26 - 5ª feira	Horário	Dia 27 - 6ª feira
9h00	PLENÁRIA	9h00	PLENÁRIA	9h00	PLENÁRIA	9h00	PLENÁRIA
10h00	GESTÃO PÚBLICA	10h00	VEREADORES	10h00	MEIO AMBIENTE E CURSO DE CAPACITAÇÃO	10h00	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
11h30	IBGE	11h30	PATROCINADOR	11h30	PATROCINADOR	11h30	PATROCINADOR
INTERVALO - ALMOÇO							
14h00	PINGA -FOGO	14h00	PINGA-FOGO	14h00	PINGA -FOGO	14h00	PINGA -FOGO
15h00	HABITAÇÃO	15h00	SAÚDE	15h00	AGRICULTURA	15h00	TRIBUTÁRIO (SUPER SIMPLES)
16h00	SEGURANÇA	16h00	EDUCAÇÃO (FUNDEB)	16h00	RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	16h00	REFORMA POLÍTICA
17h30	PATROCINADOR	17h30	PATROCINADOR	17h30	PATROCINADOR	17h30	PATROCINADOR
18h00	*Momento Cultural* LUCIA HIPÓLITO	18h00	*Momento Cultural* CARLOS A. SARDEMBERG	18h00	*Momento Cultural* JUCA KFOURI	18h00	*Momento Cultural* FERNANDO MORAIS

DIA 28 - SÁBADO - 11H00 - Sessão Solene de Encerramento presidida pelo Excelentíssimo Senhor **JOSÉ SERRA**, Governador do Estado de São Paulo.

DIA 24 - TERÇA-FEIRA - PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

9h00	- Sessão Solene de Abertura, presidida pelas Senhoras **Dra. ANDREA SIQUEIRA CAMPOS MONTI,** Coordenadora da Programação Especial e **Dra. HELOISA HELENA NUNES ISMAEL,** Primeira Dama e Presidente do Fundo Social de Campos do Jordão, Convidada especial Senhora **DEUSENI GOLDMAN,** que falará sobre a "Revitalização do Parque da Água Branca", Sede do FUSSESP. - Apresentação da Turma da Mônica, enfocando o "Meio Ambiente"

Horário	Dia 25 - 4ª feira	Horário	Dia 26 - 5ª feira	Horário	Dia 27 - 6ª feira
9h às 10h	**"CONSTRUÇÃO DE VIDA: DA CONCEPÇÃO À ADOLESCÊNCIA"** Palestrante:	**9h às 10h**	Dinâmica de Grupo: **"REALIDADE DAS ESPOSAS DE POLÍTICOS E SEU COTIDIANO"** Coordenação: **Vereadora Maria Terezinha de Jesus Pedrosa,** Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista	**9h00**	**"O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMO FATOR DO EQUILÍBRIO SOCIAL"** Palestrante: **Dr. Rogério Amato,** Secretário de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social
10h às 11h	**"GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA"** Palestrante: **Dra. Albertina Duarte,** Médica Ginecologista e Coordenadora da Saúde do Adolescente da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo	**10h às 12h30**	*Momento Cultural* **"O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE"** Palestrante: **Rosely Sayão,** Psicologa	**11h às 12h30**	Sessão Solene de Encerramento, presidida pela **Sra. Mônica Serra,** Presidenta do FUSSESP e Primeira Dama do Estado de São Paulo.
11h às 12h30	**PROJETO "VALE SONHAR"** - Palestrante: **Sra Regina Alice Nakao Ferreira da Silva,** Diretora da Divisão de Ensino - Registro				

*** Atendendo as necessidades de compatibilidade de agenda, estas grades poderão sofrer alterações de dias e horários.**

INSCRIÇÕES

Nome _____

_____

Nome p/ crachá _____

Cargo _____

Entidade _____

Endereço _____

CEP _____ - _____ Fone _____ - _____ Fax _____ - _____

Município _____

Home page _____

E-mail _____

INFORMAÇÕES

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS

Av.: São Luíz, 99 - 13º andar - Centro - São Paulo

Fone(11) 2165-9999- Fax.2165-9983

E-mail: apaulista@apaulista.org.br - www.apaulista.org.br

HOSPEDAGEM

CAPE EVENTOS - Letícia

Site: www.capeeventos.com.br

E-mail: reservas@capeeventos.com.br

Fone: (13) 3219-8270 ou (13) 8121-1144

Convite

A **ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS**, tem o prazer de convidar todos os Prefeitos(as), Vice-Prefeitos(as), Vereadores(as) e Gestores Públicos Municipais e Estaduais a participar do maior evento municipalista do nosso estado, oportunidade única para debatermos as legislações, encaminharmos reivindicações, trocar experiências que envolvem o dia-a-dia dos municípios, além de conhecer a Exposição Paralela que apresenta soluções para uma boa gestão dos municípios.

Participe!

Marcos Monti
Presidente da APM

João Paulo Ismael
Prefeito Municipal de Campos do Jordão

Ricardo Malaquias Pereira
Presidente da Câmara de Campos do Jordão



ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MUNICÍPIOS
Av.: São Luiz, 99 - 13º andar - Centro - São Paulo - SP
Fone.: (11) 2165-9999 - E-mail: apaulista@apaulista.org.br
www.apaulista.org.br

Central de Informações 11-21259966

Campos do Jordão Jardim do Brasil

CAMPOS DO JORDÃO CONVENTION CENTER

51 CONGRESSO ESTADUAL DE MUNICÍPIOS

23 a 28 de abril 2007
Convention Center
Av. Macedo Soares, 499
Capivari - Campos do Jordão - SP

"Desenvolvimento Sustentável dos Municípios"

0205101 0904 2007 R$ 00,90 MF02420 BRASIL CORREIOS

Promoção

Patrocínio

Nossa Caixa · Mercosul · Telefônica · Banco do Brasil · CPFL Energia · Petrobras · Eletrobras · Bradesco

Apoio

Governo do Estado de São Paulo

oficina municipal®
escola de cidadania e gestão local

Curso de

Gestão da Educação Municipal

Apresentação, Informações e Instruções para Inscrição

Apresentação: com duração de três dias (total de 18 horas/aula com Certificado) este Curso abordará os principais aspectos da Gestão da Educação Municipal do ponto de vista legal, administrativo e pedagógico; fazendo referência ao FUNDEB e ao Ensino de 9 anos. O programa será ministrado por professores especializados e será dirigido a profissionais que atuam no Poder Público Municipal, em especial, a Dirigentes da Educação, integrantes de Equipes de Dirigentes, bem como, a profissionais e estudantes de Pedagogia, Psicologia, Ciências Humanas e Gestão Pública.

Datas: 20, 21 e 22 de março de 2007 (terça, quarta e quinta-feira).

Horário: 09h30 às 12h30 e das 14h00 às 17h00.

Local: Oficina Municipal, Rua Padre Garcia Velho 73 cj. 61, Pinheiros, São Paulo, SP

Professores: ***José Norberto Callegari Lopes***, Secretário da Educação de Ribeirão Preto e Coordenador do Programa de Gestão da Educação da UNIFRAN.
Alicia Rodrigues Freijó, ex-Diretora de Escola Municipal e Professora da UNIFRAN.

Informações: Oficina Municipal, tel. (11) 3032 4330, horário comercial.

Investimento: R$ 500 por pessoa; R$ 400 por pessoa no caso de 2 ou mais inscrições pela mesma instituição (inscrição por pessoa jurídica); R$ 300 para docente/estudante (c/comprovante e somente válido para inscrição de pessoa física).

Inscrições: as inscrições deverão ser feitas até o dia 16 de março, das 9h00 às 18h00. No caso de empenho, mencionar: Oficina Municipal - CNPJ: 05.159.170/0001-37.

Instruções: Enviar por fax a ficha de inscrição do verso ou acessar www.oficinamunicipal.org.br e clicar em:

1) "Eventos";

2) Curso "Gestão da Educação Municipal";

3) Fazer *download* da Ficha de Inscrição localizada abaixo do Programa;

4) Preenchê-la colocando a opção de pagamento e enviar por e-mail para inscricao@oficinamunicipal.org.br ou por fax no (11) 3032 1327.

Nº de vagas: serão aceitas as 60 primeiras inscrições sendo considerada a data da inscrição / pagamento ou do empenho. **Favor consultar-nos sobre a existência de vagas antes de fazer sua inscrição**. As inscrições recebidas por fax ou e-mail após o preenchimento das vagas (60) não serão aceitas mas devolvidas ao aluno. O curso terá lugar com o mínimo de 15 inscritos. Iniciado o curso, caso o aluno desista não haverá reembolso e não será possível a troca por outro curso da Oficina Municipal.

ATENÇÃO: Ficha de Inscrição no verso

FICHA DE INSCRIÇÃO

Curso de Gestão da Educação Municipal

São Paulo - 20, 21 e 22 de março de 2007

Favor preencher todos os campos em letra legível

Nome: Cargo:

Instituição:

Endereço: Compl.

Bairro: CEP:

Município: UF:

Telefone: Celular:

E-mail:

Investimento (assinalar conforme o caso)

☐ R$ 500 - para uma inscrição;

☐ R$ 400 - por pessoa no caso de 2 (duas) ou mais inscrições pela mesma instituição (pessoa jurídica);

☐ R$ 300 - para docentes e estudantes (necessário anexar comprovante, opção válida somente para inscrição de pessoa física);

Opções de pagamento

☐ Boleto Bancário – será enviado para o e-mail cadastrado acima

☐ Cheque Nominal

☐ Depósito em Conta Corrente

DADOS DE CONTAS CORRENTES:
Titular da Conta: Oficina Municipal
CNPJ: 05.159.170/0001-37
Opção 1: Banco ITAÚ – Agência: 0350 C/C: 65448-9
Opção 2: Bradesco – Agência: 3103-8 C/C: 7743-7

☐ Para emissão de nota **PESSOA JURÍDICA**

Razão Social:

CNPJ: I.E.:

End. Com.: Compl.

Cidade: UF: CEP:

☐ Para emissão de nota **PESSOA FÍSICA**

CPF:

Obs.: Esta Ficha de Inscrição deverá ser enviada por FAX para (11) 3032 1327 ou para o e-mail **inscricao@oficinamunicipal.org.br**, a Nota Fiscal será entregue no dia do curso.

oficina municipal®
escola de cidadania e gestão local

Exma. Sra.
Naiara Regitano Hendriksc
Vereadora
Câmara Municipal de Holambra
Rua Antônio Damásio Filipini, 188
13825-000 - Holambra - SP

São Paulo, 15 de fevereiro de 2007

Ref.: *Curso sobre Gestão da Educação Municipal*

Excelentíssima Senhora Vereadora,

A Oficina Municipal, uma ONG (OSCIP) parceira da Fundação Konrad Adenauer, irá promover nos dias **20, 21 e 22 de março de 2007**, um Curso sobre ***Gestão da Educação Municipal.***

O curso está voltado aos profissionais que atuam no Poder Público Municipal, em especial, a Dirigentes da Educação, integrantes de Equipes de Dirigentes, bem como, a profissionais da educação e estudantes universitários.

As aulas serão ministradas em São Paulo, na sede da Oficina Municipal à Rua Pe. Garcia Velho, 73 – Cj. 61/64, Pinheiros (referências: Livraria Fnac, Av. Pedroso de Moraes e Largo de Pinheiros). O horário do curso será das 09h30 às 17h00 perfazendo um total de 18 horas-aula com Certificado emitido pela Oficina Municipal.

A apresentação do Curso bem como as instruções para inscrição e pagamento estão contidas no Anexo. No verso do mesmo segue a Ficha de Inscrição que pode ser reproduzida para mais interessados.

A Oficina Municipal terá grande prazer em acolher Vª Excelência e os profissionais de sua equipe nesta promoção em favor da responsabilidade e da qualidade na Gestão Pública Municipal na área da Educação.

Cordiais saudações,

Dr. José Mario Brasiliense Carneiro
Diretor

Anexo: Apresentação e Ficha de Inscrição do Curso

Rua Padre Garcia Velho, 73 cj. 61/64 Pinheiros CEP 05421-030 São Paulo SP Brasil Tel: 55 11 3032-4330 Fax: 55 11 3032-1327 info@oficinamunicipal.org.br www.oficinamunicipal.org.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Gabinete Deputado ***Celso Giglio***

São Paulo, 17 de Abril de 2007.

Excelentíssimo Senhor
WILSON BARBOSA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Holambra

Ao cumprimentá-lo cordialmente, reforçamos o convite para o 51° Congresso Estadual de Municípios, que ocorrerá nos dias 23 a 28 de abril na cidade de Campos do Jordão.

Na oportunidade, no dia 27 de abril – sexta-feira, às 16 horas, ao coordenar o **Painel "Reforma Política"**, com a participação do **Deputado Arlindo Chináglia** Presidente da Câmara dos Deputados, **Deputado Vaz de Lima**, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e dos Deputados Federais Ronaldo Caiado e Rubens Otoni, faremos o lançamento da **Frente Parlamentar Municipalista** da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, objeto de propositura de minha autoria, e que teve a adesão de mais de 80% dos Deputados.

Solicito a especial gentileza de estender este convite a todos os seus pares nessa Casa, com a certeza de que as presenças naquele evento serão da maior importância para fortalecimento do movimento municipalista.

Aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Colocando meu gabinete a sua disposição e da população de sua cidade.

CELSO GIGLIO
Deputado Estadual

Palácio 9 de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Salas: 1014/1015 - 1° andar
CEP 04097-970 - Ibirapuera - SP
Fone/fax: (11) 3884-1606 / 3886-6559 / 3886-6594
www.al.sp.gov.br

Escritório:
Rua Castelo Branco, 328 - Centro
CEP 06016-020 - Osasco - SP
Fone/fax: (11) 3681-8020 / 3682-6858
www.celsogiglio.com.br / e-mail.celsogiglio@terra.com.br

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete Deputado ***Celso Giglio***

4307157 3213646 1804 06808439 2007 13812283 SANTO ANTONIO OSASCO - SP R$ 00,90 MF01663 BRASIL CORREIOS

Excelentíssimo Senhor
WILSON BARBOSA
DD. Presidente da Câmara Municipal
Av. Rota dos Imigrantes, 425
13825-000 - Holambra - SP

1024 00

Palácio 9 de Julho - Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - Salas: 1014/1015 - 1º andar - CEP 04097-900 - Ibirapuera - SP

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Campinas, 13 de abril de 2007.

Ofício n°.99/07

Referente: Pré-Conferência da Defensoria Pública de São Paulo
Regionais de CAMPINAS E JUNDIAÍ
Definição do Plano Anual de Atuação

EXMO. PRESISDENTE:

Vimos pela presente convidá-lo para participar da Pré-Conferência da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, ocasião em que tiraremos diretrizes para formulação do Plano Anual de Atuação da Instituição.

O Evento ocorrerá no dia 5 de maio de 2007, no PLENÁRIO da CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS partir da 8h30min.

A **Defensoria Pública de São Paulo** é instituição jurídica que tem por finalidade promover a tutela integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extrajudicial das pessoas que não tem condições de custear honorários de advogado.

São de sua atribuição, dentre outras: a) prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias; b) informar, conscientizar e motivar a população carente, sobre seus direitos; c) representar em juízo os necessitados, seja tutela individual ou coletiva; d) acompanhar propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa; e) promover mediação e conciliação extrajudicial de pessoas em conflito; f) promover a tutela dos direitos humanos em qualquer grau de jurisdição; g) promover a tutela individual ou coletiva dos direitos do consumidor, da criança e adolescente, do idoso, das pessoas com necessidades especiais e das minorias submetidas a tratamento discriminatório; h) promover a tutela do meio ambiente; entre outros.

No plano de atuação debateremos as questões acima e a melhor forma de executá-las. Pretendemos fazer isso garantindo a ampla participação popular, ou seja, em parceria com os usuários e os representantes da sociedade civil organizada, em especial representantes de todos os conselhos estaduais, municipais e comunitários, de entidades, organizações não-governamentais, movimentos populares e parlamentares.

Além de tirarmos diretrizes para fixação do plano de atuação da Defensoria, a Pré-Conferência Regional servirá para refletirmos sobre a realidade social de nossa região e, será uma etapa da Conferência Estadual que ocorrerá nos dias 01 e 02 do mês junho de 2007, na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Ainda, a Pré-Conferência elegerá delegados (as) para participarem da Conferência Estadual, portanto, gostaríamos de poder contar com sua presença e colaboração.

Na oportunidade, renovamos os nossos protestos de estima e consideração.

Elpídio Francisco Ferraz Neto
Defensor Público
sexta-feira, 13 de abril de 2007
14:26:31

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Holambra
RUA ANTÔNIO DAMÁSIO FILIPINI, 188, SL. 05
HOLAMBRA - SP
CEP 13 825 - 000

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

Holambra, 22 de julho de 2005

Exmo. Senhor
IRAN DAIER BRUNHANI
Presidente da Câmara Municipal

Requerimento

Eu, vereador Astério Pinto Filho, RG 18.456.892, solicito cópia do Estatuto do Funcionário Público da Estância Turística de Holambra.

Vr. Astério Pinto Filho

TERMO DE RESPONSABILIDADE

MARCOS GRANVILE ALVES, brasileiro, casado, portador do RG. 18.659.64, CPF: 141.176.038-76, empresário, residente e domiciliado na cidade de Orlândia – SP, na rua 5, nº 547, na qualidade de Gerente Comercial e Produção da Empresa Asthar Informática Ltda., situada na rua 1, nº 255, salas 02 e a5. Orlândia – SP.

DECLARA-SE, para os devidos fins, responsável pela guarda, conservação e devolução dos livros de registro de Leis Ordinárias de 2005, nº 510 a 542, Leis Complementares de 2005, nº 156 a 162, Resoluções de 2005, nº 110 a 115 e Atas de 2005, todas, para realização dos serviços de digitalização de imagens dos referidos documentos.

DECLARA-SE, outrossim, responsável por qualquer evento que se dê causa a dano, inutilização total ou parcial, extravio e desaparecimento dos livros retirados.

Estância Turística de Holambra, 06 de janeiro de 2006.

MARCOS GRANVILE ALVES
Declarante

De: Renato Mancinelli
Para: @mx.uol.com.br
Data: 11/04/2007 03:17
Assunto: IMPORTANTÍSSIMO - Nossas vidas estão em jogo

Mensagem

Serviço de Utilidade Pública

Prezados formadores de opinião.
Estou recomendando que assistam ao documentário sob o título **Uma Verdade Inconveniente**, narrado pelo mais famoso porta-voz do aquecimento global e de suas conseqüências catastróficas para o mundo, o ex Vice-Presidente dos EUA Al Gore. Já está disponível nas locadoras; e até o final do mês (abril/2007) estará a venda por R$ 39,90 nas lojas especializadas.
Acredito de que por mais informado que você se julgue, ainda será grandemente surpreendido; e descobrirá que a situação atual do aquecimento global já se encontra muito mais grave do que pode imaginar e caminhando velozmente para uma catástrofe (final?). Esse documentário foi premiado recentemente com o Oscar.
Aqui em Artur Nogueira, o DVD pode ser alugado na Dinamic DVD - Rua Laura Ribeiro 353 (essa Rua fica a altura do nº 600 da Av. Fernando Arens) Não sei se outras locadoras já o possuem. Após assistir à apresentação não se esqueça de assistir à narração dos técnicos que trabalharam na montagem do filme, pois também é de extrema importância e também lhe impressionará sobremaneira.
Adicionei ao presente e-mail dois anexos: um contendo a apresentação "Metáfora Ambiental" a qual acabei de receber - impressionante e verdadeira; e também uns mapas que indicam velocidades de ventos a serem considerados para dimensionamento em engenharia conforme determinado pela ABNT, dados esses que receio que em breve possam ser considerados totalmente duvidosos, pois poderíamos estar sujeitos a velocidades de vento muito superiores considerando-se o aquecimento global (não sei se estou exagerando na previsão).
De qualquer maneira, qualquer pessoa por mais simples ou poderosa que seja tem a obrigação de colaborar para ajudar a reverter a barbaridade a qual estamos sujeitando o nosso planeta; embora talvez a situação já seja tão grave que já não admita mais retorno: o planeta terra para se defender nos expulsará dele? - será que estou exagerando? Veremos.
Não se esqueça que até o momento os poderosos criminosos ambientais vinham tapando a boca dos cientistas e através da imprensa vinham nos enganado descaradamente, especial os EUA; atitude que daqui para frente não conseguirão mais manter.
Faça uma reflexão sobre suas atitudes e sobre sua conduta de vida, no aspecto comportamental e espiritual; é inadiável.
Renato

TERMO DE RESPONSABILIDADE

SEBASTIÃO TARCISO MANSO, brasileiro, portador do RG. 8.972.063-5, CPF: 037.516.568-77, residente e domiciliado na Avenida dez, nº. 1.432, município de Orlândia – SP.

DECLARA-SE, para os devidos fins, responsável pela guarda, conservação e devolução do seguinte livro de registro:

- LEIS ORDINÀRIAS 2005

O total de 1 Livro contendo documentos do ano 2005, nesta data, para realização dos serviços de digitalização de imagens dos referidos documentos.

DECLARA-SE, outrossim, responsável por qualquer evento que se dê causa a dano, inutilizarão total ou parcial, extravio e desaparecimento dos livros retirados.

Estância Turística de Holambra, aos 15 de fevereiro de 2007.

SEBASTIÃO TARCISO MANSO
Declarante

Recebemos

Holambra, ... de ..... de .....

.....

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Estado de São Paulo
www.camaracampinas.sp.gov.br

13 de março de 2007

A Câmara Municipal de Campinas juntamente com os representantes da classe do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, convida para participar e proporcionar total apoio às reivindicações das entidades – APAMPESP, APASE, APEOESP, CPP e UDEMO; para assim, unidos num mesmo propósito, conseguirmos ações mais justas aos nossos professores.

O evento será realizado no dia 22 de março de 2007, às 9h00, no Plenário deste Legislativo, Situado na Av. Engenheiro Roberto Mange, 66 – Ponte Preta (Prédio da Câmara Municipal).

Certos de contar com a sua presença, apresentamos protestos de estima e consideração.

Aurélio Cláudio
Presidente

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Ofício Especial/06-GPM Holambra, 25 de Agosto de 2.006.

A(o) Ilmo(a). Sr(a).
WILSON BARBOSA
VEREADOR DA CAMARA MUNICIPAL
Holambra - SP

Prezado Senhor,

Pelo presente, e em conformidade à Recomendação do Ministério Público Federal/ Procuradoria da República em Campinas, informamos Vossa Senhoria de todos os recursos financeiros federais recebidos por esta Prefeitura no mês de Julho de 2006, conforme consta das certidões inclusas emitidas pelo Depto de Contabilidade Municipal.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO
Nº de Ordem 2261/2006
Fls. Nº 083 Livro Nº 009
Data 04/09/06 Hora 14:35
Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Julho/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 02 de Agosto de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	238.074,70
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA-LC 87/96	6.136,84
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	3.712,34

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	12.346,50
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	990,23
SAÚDE BUCAL	5.100,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	173,56
CAMPANHA VACINAÇÃO IDOSO	90,10
PAB - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	9.025,25
PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	6.300,00
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	16.200,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
CONVENIO MERENDA ESCOLAR	8.588,80
CONVENIO MERENDA CRECHE	664,40
CONVENIO FNDE	1.242,41
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	57.769,73

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
2ª Região Militar
14ª Circunscrição de Serviço Militar
4ª Delegacia de Serviço Militar
180ª J. S. M.
HOLAMBRA SP

Holambra, 03 de Julho de 2006.

CONVITE

A JUNTA DO SERVIÇO MILITAR DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA-SP TEM A HONRA DE CONVIDAR VOSSA SENHORIA PARA A SOLENIDADE DE **JURAMENTO A BANDEIRA** E ENTREGA DE CERTFICADOS DE DISPENSA DA INCORPORAÇÃO AOS JOVENS NASCIDOS NO ANO DE 1988 E ANTERIORES, QUE SERA REALIZADA NO DIA **21 DE JULHO PROXIMO AS 09:00 HORAS** NA DEPENDENCIA DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR, LOCALIZADA **NA RUA CAMPO DE POUSO, 612 A - CENTRO – HOLAMBRA SP.**

CELSO CAPATO
PREFEITO MUNICIPAL

WAGNER GALVÃO
SECRETÁRIO DA 180ª JSM

ILMO SR.
WILSON BARBOSA
VEREADOR

PROTOCOLO
Nº de Ordem 2251/2006
Fls. Nº 031 Livro Nº 009
Data 11/07/06 Hora 13:00
Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Ofício Especial/06-GPM Holambra, 05 de Junho de 2.006.

A(o) Ilmo(a). Sr(a).
WILSON BARBOSA
VEREADOR(A) DA CAMARA MUNICIPAL
Holambra - SP

Prezado Senhor,

Pelo presente, e em conformidade à Recomendação do Ministério Público Federal/ Procuradoria da República em Campinas, informamos Vossa Senhoria de todos os recursos financeiros federais recebidos por esta Prefeitura até a presente data no corrente exercício, conforme consta das certidões inclusas emitidas pelo Depto de Contabilidade Municipal.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO
Nº de Ordem 360/2006
Fls. Nº 078 Livro Nº 009
Data 06/06/06
Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Maio/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 05 de Junho de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	272.859,79
COTA PARTE DO ITR	64,81
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	3.118,67

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	13.552,87
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	1.980,46
SAÚDE BUCAL	5.100,00
PAB - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	23.734,08
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	16.200,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
CONVENIO MERENDA ESCOLAR	7.027,20
CONVENIO MERENDA CRECHE	785,20
CONVENIO FNDE	4.969,64
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	55.236,56

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Abril/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 04 de Maio de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	2.478.623,42
COTA PARTE DO ITR	28,34
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	2.827,42

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	11.798,12
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	900,00
SAÚDE BUCAL	10.200,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	323,44
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	16.200,00
PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE - PACS	16.200,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
CONVÊNIO PNATE (TRANSPORTE ESCOLAR)	14.128,48
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	22.067,56

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Março/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 18 de Abril de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	220.836,13
COTA PARTE DO ITR	150,63
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	3.294,28

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	11.140,40
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	990,23
PAB FIXO	8.408,83
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	161,71
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	32.400,00
PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE - PACS	5.400,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
MERENDA ESCOLAR	7.027,20
MERENDA CRECHE	543,60
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	55.516,09

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Fevereiro/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 06 de Março de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	233.750,60
COTA PARTE DO ITR	168,04
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	2.896,87

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	11.104,22
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	990,23
PAB FIXO	8.408,83
PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	5.100,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	38.082,37

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	
UNIÃO	
CONVÊNIO P/ AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SAÚDE	32.000,00

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Janeiro/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 02 de Março de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	271.778,95
COTA PARTE DO ITR	998,68
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	2.723,18
CONVÊNIO CEX (COMP. ESFORÇO EXPORTADOR)	11.382,83

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	10.557,74
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	990,23
PAB FIXO	8.408,83
INCENTIVO AÇÕES VIGILÂNCIA SANITÁRIA	161,71
PROGRAMA AGENTES COMUNITARIOS	10.800,00
PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL	10.200,00
PROGRAMA SAUDE DA FAMÍLIA PSF	32.400,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	73.343,41

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

Ofício Especial/06-GPM Holambra, 07 de Julho de 2.006.

A(o) Ilmo(a). Sr(a).
WILSON BARBOSA
VEREADOR CAMARA MUNICIPAL
Holambra - SP

Prezado Senhor,

Pelo presente, e em conformidade à Recomendação do Ministério Público Federal/ Procuradoria da República em Campinas, informamos Vossa Senhoria de todos os recursos financeiros federais recebidos por esta Prefeitura no mês de Junho de 2006, conforme consta das certidões inclusas emitidas pelo Depto de Contabilidade Municipal.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos a oportunidade para apresentarmos os nossos protestos de elevada estima e consideração.

CELSO CAPATO
Prefeito Municipal

PROTOCOLO
Nº de Ordem 2273/2006
Fls. Nº 080 Livro Nº 009
Data 10/07/06 Hora 15:45
Secretaria

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000

C.N.P.J. 67.172.437/0001-83

Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

CERTIDÃO

Venho por meio desta certificar o montante de **Recursos Federais** recebidos durante o mês de Junho/06. Seguem abaixo os valores separados por categoria.

Sendo só para o momento, coloco-me a disposição para qualquer eventual esclarecimento.

Estância Turística de Holambra, 06 de Julho de 2006.

MÔNICA APARECIDA DOMINGOS DE LIMA
Aux. Depto. Contadoria

RECURSOS FEDERAIS **Valores em R$**

TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	
COTA PARTE FPM	265.541,58
TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA-LC 87/96	36.821,06
COTA PARTE DO FUNDO ESPECIAL	3.457,18

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SUS	
TRANSFERÊNCIAS DO SUS	12.312,48
TETO FIN. EPIDEMIOLOGIA/CONTROLE DE DOENÇAS	990,23
SAÚDE BUCAL	5.100,00
PAB - PISO DE ATENÇÃO BÁSICA	9.372,37
PROGRAMA DE AGENTES COMUNITÁRIOS DA SAÚDE	6.300,00
PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	16.200,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	
FNDE	
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA SAÚDE	70.000,00
CONVENIO MERENDA ESCOLAR	8.588,80
CONVENIO MERENDA CRECHE	664,40
CONVENIO FNDE	1.242,41
TRANSFERÊNCIAS QSE (QUOTA SALÁRIO EDUCAÇÃO)	21.895,81

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CIRCULAR Nº 001/2006

Ficam determinados os horários de atendimento do Setor Jurídico da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, como segue:

DIA DA SEMANA	HORÁRIOS
Segunda – Feira	Das 09:00 às 13:00 horas.
Terça – Feira	Das 15:00 horas até término das Sessões e das reuniões das Comissões.
Quarta – Feira	Das 09:00 às 13:00 horas.
Quinta – Feira	Das 09:00 às 13:00 horas.

Obs.: Os horários acima podem sofrer alterações devido a audiências e viagens, porém serão comunicadas antecipadamente na Recepção.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, aos 13 de fevereiro de 2006.

VEREADOR IRAN DAIER BRUNHANI

Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ

Protocolo nº	Data	Hora
002731/2005	23/08/2005	13:32h

Requerente
Antonio dos Reis Zamarchi

Assunto
MOÇÃO nº 181.
Moção de Apoio aos Presidentes que Integram a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos e as Comissões Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios e da Compra de Votos .

MOÇÃO DE APOIO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SUMARÉ/SP.

Tenho a elevada honra de apresentar a presente Moção de apoio aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos e as Comissões Parlamentar Mista de Inquérito (CPMIs) dos Correios e da Compra de Votos (Mensalão), pelos relevantes trabalhos prestados.

Nos últimos meses a população tem acompanhado pela mídia denúncias de fatos de graves envolvendo Parlamentares do Congresso Nacional, membros do Governo Federal e algumas delas até núcleos do Governo Federal.

Sem dúvidas as proporções e as diversidades de denúncias abalaram a estrutura das instituições políticas essenciais à manutenção do estado democrático de direito.

Abalada resta, sem dúvidas, a imagem da classe política e institucional da República Federativa do Brasil. Aos olhos do eleitor, cidadãos das mais variadas classes sociais, o que se vê é o descrédito e a desconfiança, tanto que em recente pesquisa realizada pelo Data Folha em 06 de junho de 2005, 65% (sessenta e cinco por cento) da população acredita que possa existir corrupção no governo.

Não poderia ser diferente, muito embora as denúncias estejam em fase de apuração, o que se vê no noticiário nacional é a confirmação de fato após fatos e, pior, a cada dia, com a comprovação das denúncias, surgem novos fatos e novas pessoas envolvidas.

Ao longo da história são longas e incontáveis os "esquemas de corrupção" na máquina estatal. Após a abertura política do Brasil, na década de 80, já colecionamos vários escândalos de corrupção divulgados pela imprensa.

Frise-se, aliás, que com a instituição do estado democrático de direito que assegura a participação popular e o direito à informação a população já depôs um Presidente no ano de 1992. Desde então, a realidade brasileira de acesso à informação evolui bastante. Hoje são inúmeros os meios de comunicação e a internet, especificamente, se encarrega de nos municiar de informação quase que em tempo real.

Hoje, mesmo que se queria, setores do poder, não conseguem estacar as informações de relevância nacional; haverá sempre um cidadão, um jornalista, uma pessoa comprometida com o direito à informação relatando o ocorrido; divulgando.

PROTOCOLO 16 - Ago -2005-16:39-006844

Câmara Municipal de Americana
Estado de São Paulo

Gabinete do Vereador Celso Zoppi

MOÇÃO DE APELO N. 801 /2005.

Aprovado por Unanimidade
Americana 18 / 08 / 05
PRESIDENTE Presidente
Sindicato Mecânico-AM
Reg. nº 40112005

AUTORES: Vereadores
Celso Zoppi
Reinaldo Chiconi
Diego De Nadai
Marco Antonio Alves Jorge - Kim
Luciano Corrêa dos Santos
Jonas Santa Rosa
Maria de Lourdes Salvador dos Santos Ginetti

ASSUNTO: "Moção de Apelo ao Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Segurança Pública para a instalação de Delegacia Especializada em Roubo de Cargas no município de Americana"

Adendo do Ver. Celso Zoppi

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores

Os roubos de carga vêm, nos últimos anos, atingindo níveis estratosféricos em nosso município e em toda Região Metropolitana da qual Americana faz parte.

O elevado número de veículos que transitam diariamente em nossas principais rodovias, especialmente a Anhanguera - SP 330 e Luiz de Queiroz - SP 304, principais pontos de escoamento de cargas do Estado de São Paulo para diversos destinos espalhados pelo país, talvez seja o principal atrativo às quadrilhas especializadas neste tipo de roubo, gerando prejuízos incalculáveis, aos comerciantes, transportadoras, seguradoras e ao próprio Estado, que se vê acuado diante da ação dos marginais, perdendo credibilidade junto à população.

Deve-se ressaltar que a Região Metropolitana de Campinas é comprovadamente o local de maior índice de roubos de carga de todo o Brasil.

O Sindicamp (Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Campinas e Região) e a FETCESP (Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo), vêm se manifestando de forma veemente quanto à necessidade de uma atuação mais enérgica das autoridades constituídas, haja vista o temor vivenciado por todos, proprietários e funcionários, e o aumento de gastos com segurança, o que vem gerando um aumento considerável no custo do transporte em geral.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública, vem realizando estudos quanto à possibilidade da criação de Delegacias Especializadas em Roubos de Carga a serem instaladas no interior do Estado.

Inicialmente prevista a criação de quatro novas delegacias, notícias recentes dão conta de que, agora, serão criadas apenas duas e, como não poderia deixar de ser, a Região Metropolitana de Campinas, especialmente o município de Americana, possui todas as condições de logística e estratégia para receber tal procedimento.

Americana encontra-se no coração da Região Metropolitana de Campinas, possuindo rápida ligação com as principais rodovias do Estado, ou seja, além das supra citadas Anhanguera e Luiz de Queiroz, Americana está a poucos minutos das rodovias Bandeirantes e Dom Pedro.

O município dispõe de um aeroporto com pista medindo 1.100m x 18, asfaltada e com balizamento, além de estar a 30 minutos do aeroporto de Viracopos.

Somado a isto, o município possui uma Delegacia Seccional instalada que, além dos recursos provenientes do Governo Estadual, conta com apoio humano e financeiro da municipalidade para o bom desempenho dos trabalhos.

Além da questão estratégica, há que se considerar que Americana sofre diretamente com o roubo de cargas na região e em todo o Estado, pois, no município, estão instaladas algumas das maiores transportadoras de carga do país.

Desse modo, sofrendo as empresas com a falta de segurança, compromete-se a prestação dos serviços e, via de regra, afeta a arrecadação tributária do município.

Assim, servimo-nos da presente moção para apelar ao Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Segurança Pública, para que se digne a considerar os

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS – U.R./3
Rua Dr. José Pinto de Moura, 191 - JD. Novo Botafogo – CEP 13.070-210 – Campinas
Tel : (19) 3242-8089/ 3242-1581/ 3243-0446 / **Fax:** (19) 3241-7469
ur03@tce.sp.gov.br

PROCESSO Nº:	**TC – 1669/ 026/ 03**
CÂMARA MUNICIPAL DE:	**HOLAMBRA**
ASSUNTO:	**CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2003**
PRESIDENTE(S):	**Marcel Donizeti de Souza Campos**
PERÍODO(S):	**01 de janeiro a 31 de dezembro de 2.003**
SUBSTITUTO(S) LEGAL(IS):	**Não houve substituição no período**
COMPOSIÇÃO DA MESA:	• **Presidente..... Sr. Marcel Donizeti de Souza Campos** • **Vice-Presidente..... Srª Solange Maria de Carvalho Mota** • **1º Secretário..... Sr. Andreas Adrianus Antonius Graat** • **2º Secretário..... Sr. Gerson Pedro de Pina**
RELATOR:	**Conselheiro Fúlvio Julião Biazzi**
INSTRUÇÃO:	**U.R./3 – D.S.F. – II**

Senhor Responsável pela U.R./ 3 – Campinas,

Tratam os autos das contas apresentadas a este Tribunal, em face do que dispõe o artigo 33, da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993.

O resultado da fiscalização "in loco" encontra-se apresentado em itens próprios deste relatório, consoante o planejamento dos trabalhos, onde se definiram os exames na extensão considerada apropriada, segundo o princípio da amostragem e de acordo com os objetivos visados.

A fase de "Planejamento da Auditoria" contemplou uma série de elementos visando a racionalização e otimização dos programas de auditoria utilizados.

As fontes de informações utilizadas foram:

- Prestação de contas do exercício em exame, encaminhada pelo Órgão;
- Resultado da instrução do acompanhamento efetuado nos Acessórios 1 e 3;
- Análise da documentação encaminhada pelo órgão no decorrer do exercício, por força das Instruções vigentes, bem como das denúncias e dos expedientes diversos, pertinentes ao exercício em exame;

- Revisão dos três últimos relatórios de auditoria e análise das ressalvas e recomendações efetuadas;

- Registro das recomendações e/ou determinações efetivadas por ocasião da última conta anual apreciada;

- Análise das informações constantes do banco de dados à disposição da Auditoria, assim como, daquelas obtidas por intermédio do SIAP, PFIS, "sites" de interesse.

1 - PLANEJAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Da análise da legislação do município, verificamos que a Lei Orçamentária Anual contemplou os requisitos obrigatórios previstos no artigo 165, §§ 5º a 8º, da Constituição Federal.

2 - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - DAS RECEITAS

Apresentamos o quadro demonstrativo do duodécimo previsto e realizado no exercício em análise e nos últimos três exercícios, bem como a projeção para o próximo exercício, conforme:

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA RECEITA				
Exercício	**Receita Prevista (R$)**	**Receita Realizada (R$)**	**Resultado (R$)**	**%**
2.000	377.360,00	259.184,34	(118.175,66)	(31,32)
2.001	377.360,00	265.026,44	(112.333,56)	(29,77)
2.002	453.100,00	317.351,57	(135.748,43)	(29,96)
2.003	532.000,00	387.666,00	(144.334,00)	(27,13)
2.004 (projeção)	480.000,00			

Verifica-se que a Réceita foi superestimada em quase 30%. Fato idêntico vem sendo objeto de comentário desde o relatório das contas do exercício de 1.999.

O resultado deficitário, de quase 30%, deveu-se ao não repasse dos duodécimos pela Municipalidade, conforme quadro a seguir:

MÊS	ORÇADO – R$	REPASSADO – R$	DIFERENÇA

Janeiro	44.333,34	27.000,00	(17.333,34)
Fevereiro	44.333,34	28.000,00	(16.333,34)
Março	44.333,34	30.000,00	(14.333,34)
Abril	44.333,34	25.000,00	(19.333,34)
Maio	44.333,33	44.333,00	(0,33)
Junho	44.333,33	35.000,00	(9.333,33)
Julho	44.333,33	27.000,00	(17.333,33)
Agosto	44.333,33	30.000,00	(14.333,33)
Setembro	44.333,33	25.000,00	(19.333,33)
Outubro	44.333,33	37.000,00	(7.333,33)
Novembro	44.333,33	35.000,00	(9.333,33)
Dezembro	44.333,33	44.333,00	(0,33)
TOTAL	532.000,00	387.666,00	(144.334,00)

2.2 - DAS DESPESAS

DESPESA TOTAL DO LEGISLATIVO (Artigo 29-A - CF)		
POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO: 7.211 (Censo Demográfico IBGE – 31/12/2.000 – fls. 95)		
RECEITA DO MUNICÍPIO – EXERCÍCIO ANTERIOR (2.002)	R$ 13.960.655,79	
	R$	%
DESPESA DO LEGISLATIVO – EXERCÍCIO EM EXAME (2.003)	R$ 387.666,00	2,8 %
PERCENTUAL MÁXIMO : 8%		
RECEITA DO MUNICÍPIO – EXERCÍCIO ATUAL (2.003)	R$ 14.418.083,71	

Os testes efetuados revelaram a regularidade dos registros.

2.3 - DOS RESULTADOS

2.3. 1 - RESULTADO DA EXECUÇÃO EXTRA-ORÇAMENTÁRIA (Portaria 163 MPOG)

RECEITAS	PREVISÃO	REALIZAÇÃO	%
Transferências Financeiras	532.000,00	387.666,00	72,87
DESPESAS	**FIXAÇÃO**	**EXECUÇÃO**	
Despesas Correntes	412.000,00	357.014,20	86,65
Despesas de Capital	120.000,00	30.651,80	25,54
Total	532.000,00	387.666,00	72,87

2.3.2 - RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E PATRIMONIAL

RESULTADOS	2.002	2.003	%
FINANCEIRO	0,00	0,00	-
ECONÔMICO	37.767,76	23.431,10	-62,04
PATRIMONIAL	68.499,05	91.930,15	34,21

2.3.2.1 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

SITUAÇÃO FINANCEIRA	
ATIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	R$ 0,00
(-) PASSIVO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	R$ 0,00
(=) SUPERAVIT ou DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	R$ 0,00

CONFIRMAÇÃO	
SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R$ 0,00
(-) Variações Passivas	R$ 0,00
(+) Variações Ativas	R$ 0,00
(+) Superavit da Execução Orçamentária Ou (-) Déficit da Execução Orçamentária	R$ 0,00
(=) Superávit Ou Déficit Financeiro do Exercício	R$ 0,00
DIFERENÇA	R$ 0,00

CONFIRMAÇÃO	
Superávit Ou Déficit Financeiro do Exercício Anterior	R$ 0,00
(+) Superávit Economico do Exercício ou (-) Deficit Econômico Do Exercício	R$ 0,00
(+) Diminuição do Ativo Permanente ou (-) Aumento do Ativo Permanente	R$ 0,00
(+) Aumento do Passivo Permanente Ou (-) Diminuição do Passivo Permanente	R$ 0,00
(=) Superávit ou Déficit Financeiro do Exercício	R$ 0,00
DIFERENÇA	R$ 0,00

3 – LICITAÇÕES

Durante o exercício examinado , a Câmara Municipal de Holambra realizou apenas 01 (uma) licitação na modalidade "convite", e 01 (uma) contratação através de dispensa de licitação.

- **Processo**: C.M.E.T.H. – 109/ 2.003
  Licitação: nº 001/ 2.003
  Objeto: Contratação de serviços advocatícios, com a finalidade de prestar assessoria e consultoria jurídica, na análise das proposições submetidas à apreciação da Câmara Municipal.
  Vencedor: Advº João Batista Costa – OAB nº 108.200
  Valor: R$ 32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
  Data da assinatura: Contrato nº 010, de 03 de outubro de 2.003
- **Processo**: nº 006/ 2.003

Dispensa de Licitação: nº 001/ 2.003, com base no artigo 24, inciso X da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Locação de espaço em imóvel, localizado à Rua Rota dos Imigrantes, 425, Centro, cuja área compreende 133,00 m^2 , correspondente às salas 01 a 05 e 12, destinadas ao funcionamento do Legislativo Municipal

Contratada: Carpintaria Bernardo Ltda.

Valor: R$ 1.870,00 (hum mil, oitocentos e setenta reais), a ser pago até o dia 15 (quinze) de cada mês, com desconto de 15% (quinze por cento), se o pagamento ocorrer até o dia 09 do mês subseqüente ao vencido, acrescido das despesas rateadas com água, energia elétrica, esgoto, seguro, IPTU e limpeza da área comum.

Vigência: de 1º de fevereiro de 2.003 a 31 de janeiro de 2.004, e havendo interesse na prorrogação para períodos subseqüentes, as partes assinarão aditamento qianto ao novo prazo e atualização do valor mensal, com base no IGP-M/ FGV do período.

Autorização: Ato da Mesa nº 006, de 01 de fevereiro de 2.003

Analisadas as licitações, bem como os pagamentos e recolhimentos realizados, não constatamos irregularidades.
(Relações às fls. 38/39 do Anexo)

Verificamos, ainda, a realização de processos de contratações com dispensa e ou inexigibilidade de licitação, com base no disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93, cuja análise, por amostragem, não apresentou irregularidades.

Até a data da realização de nossa fiscalização (julho/2004), o Órgão não havia aderido à Bolsa Eletrônica de Compras.

4 – CONTRATOS

Procedemos a seguinte verificação:

4.1 - CONTRATOS REMETIDOS AO TRIBUNAL

Não houve contrato celebrado cujo valor incidisse no limite de obrigatoriedade de remessa a este Tribunal.

4.2 - CONTRATOS EXAMINADOS "IN LOCO"

Em cumprimento ao disposto no artigo 51, inciso XXIV, das Instruções nº 2, foram encaminhadas as relações dos contratos ou atos jurídicos análogos de valor inferior ao limite estipulado no artigo 55, inciso I, destas Instruções que analisados por amostragem, não apresentaram irregularidades.

(Relação às fls. 40/ 44 do Anexo)

4.3 - EXECUÇÃO CONTRATUAL

Selecionamos da relação mencionada no item anterior, os seguintes contratos:

- **N° do Contrato:** nº 055/ 2.003
  Base legal: artigo 24, II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores
  Data assinatura: 01 de maio de 2.003
  Contratada: Tradição Assessoria Contábil Ltda.
  Valor: R$ 650,00 mensais
  Objeto: Serviços relativos à Contabilidade Pública do Legislativo, na forma da Lei Federal nº 4.320/64.
  Vigência: 08 (oito) meses : de 01 de maio a 31 de dezembro de 2.003.
  Autorização: Ato da Mesa nº 008, de 08 de maio de 2.003.

- **N° do Contrato:** nº 104/ 2.003
  Base legal: artigo 24, II da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores
  Data assinatura: 11 de setembro de 2.003
  Contratado: Advº Milton de Jesus Facio – OAB 108.040
  Valor: R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo R$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinqüenta reais) até 25 de setembro e o restante em 25 de outubro de 2.00
  Objeto: Defesa da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, no mandado de segurança impetrado pelo Vereador José Marcos de Souza contra o Ato da Mesa nº 1685/2.003, que tramita pela 1ª Vara Cível de Mogi Mirim
  Vigência: até o encerramento do processo
  Autorização: Ato da Mesa nº 017, de 11 de setembro de 2.003.

Constatamos a regularidade das execuções contratuais, quanto ao cumprimento das cláusulas pactuadas.

5 - ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTOS

Informamos que nos termos da Ordem de Serviço SDG nº 02/98, a auditoria procedeu à instrução do Processo Acessório–1, TC–1669/ 126/ 03, que acompanha este relatório de contas, e constatou o cumprimento da Ordem Cronológica de Pagamentos.

6 - PESSOAL

LIMITE PARA GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO (Artigo 29-A, § 1º - CF)

RECEITA PREVISTA	R$ 532.000,00
RECEITA REALIZADA[1]	R$ 387.666,00
RECEITA EFETIVAMENTE REALIZADA[2]	R$ 387.666,00
DESPESAS COM FOLHA DE PAGAMENTO	R$ 192.579,38
DESP. FOLHA PAGTO./ RECEITA PREVISTA	36,2%
DESP. FOLHA PAGAMENTO / RECEITA REALIZADA	49,67%
DESP. FOLHA PAGTO./ REC. EFETIVAMENTE REALIZADA	49,67%
PERCENTUAL MÁXIMO	70%

[1] Transferências recebidas do Executivo
[2] Transferências recebidas do Executivo descontadas as devoluções

6.1 - QUADRO DE PESSOAL

Demonstramos o quadro de pessoal existente no encerramento do exercício:

Natureza do Cargo	Existentes		Ocupados		Vagos	
	2.002	2.003	2.002	2.003	2.002	2.003
Efetivo	11	11	04	05	07	08
Em comissão	02	02	01	-0-	01	02
Total	13	13	05	05	08	10

Temporários	2.002	2.003	Posição 31/ 12/ 2.003
Nº de Contratados	01	-0-	-0-

Vereadores	2.002	2.003
Nº de Vereadores (*)	09	09

(*) Declaração às fls. 60 do Anexo

Cumprido o disposto no §6º do artigo 39 da Constituição Federal e do artigo 51, inciso XXVII das Instruções nº 2 (publicação dos valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos).

Publicação efetuada no Jornal da Cidade, de 09 de janeiro de 2.004 (fls. 45 do Anexo).

6.2 - ADMISSÃO DE PESSOAL

No exercício fiscalizado foi admitida servidora, por meio de concurso público, cuja matéria está sendo tratada no processo TC- 3489 / 003/ 04.

Verificamos, ainda, que o Órgão não efetuou contratações de funcionários por prazo determinado (sem prévia realização de concurso/processo seletivo)

6.3 - REGIME PREVIDENCIÁRIO

Constatamos a existência de Entidade Previdenciária (**Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos de Holambra**), Autarquia criada pela Lei Municipal nº 127, de 20 de maio de 2.002.

A matéria encontra-se tratada nos autos do **TC-10.306/ 026/ 03** distribuído ao Excelentíssimo Sr. Conselheiro Eduardo Bittencourt Carvalho.

No exercício fiscalizado não foram concedidas aposentadorias e/ou pensões.

A Entidade Previdenciária será a fonte de custeio dos inativos (quando vierem a existir), com recursos próprios.

6.4 - ENCARGOS SOCIAIS

Constatamos que os recolhimentos dos Encargos Sociais se encontravam na seguinte situação:

Credor	Situação
I.N.S.S.	Recolhimentos Efetuados
F.G.T.S.	Recolhimentos Efetuados
Previdência Municipal (I.P.M.H.)	Recolhimentos Efetuados
PIS/ PASEP	Recolhido pela Prefeitura
Contribuição Sindical	Não recolhida

(Declaração às fls. 57 e docs. Às fls. 58/59 do Anexo)

7 - REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS

A remuneração dos Vereadores e do Presidente da Câmara foi fixada pela Lei Municipal nº 354, de 30 de junho de 2.000 (cópia às fls. 62/63 do Anexo).

O artigo 3º fixa o subsídio mensal dos Vereadores em R$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais), e o subsídio mensal do Presidente da Câmara em R$ 1.800,00.

O parágrafo 1º do artigo 3º determina que o Vereador que deixar de comparecer à sessão ordinária, ou, em comparecendo, não participar de todas as votações plenárias, terá descontado 70% (setenta por cento) do subsídio mensal (desconto proporcional ao número de sessões havidas no mês).

O parágrafo 2º do mesmo artigo reza que o vereador que deixar de comparecer à reunião ordinária da Comissão ou Comissões Permanentes das quais for membro terá descontado, proporcionalmente ao número de reuniões havidas no mês, 30% do subsídio mensal.

Às fls. 81 do Anexo, Certidão emitida pela Câmara Municipal informando que:

a-) o Município possui 09 vereadores;
b-) são 03 (três) Sessões Ordinárias mensais, totalizando, no exercício de 2.003, 33 Sessões;
c-) foram realizadas 08 (oito) Sessões Extraordinárias.

A citada Certidão discrimina ainda, as ausências justificadas (portanto, remuneradas) e as injustificadas (conseqüentemente, descontadas).

População do município	**7.211 habitantes**
Subsídio dos deputados estaduais	**R$ 9.635,40**
20% sobre o subsídio dos deputados – limite (E.C. 25/2000)	**R$ 1.927,08**
Valor fixado para o Presidente da Câmara (*)	**R$ 1.800,00**
Valor fixado para os Vereadores	**R$ 1.200,00**

De acordo com os cálculos elaborados não constatamos pagamentos a maior que o fixado, verificando-se, ainda, o cumprimento dos limites legais (docs. às fls. 68/80 do Anexo)

Foram apresentadas as declarações de bens nos termos da Lei Federal 8.429/92, regulamentada pelo Decreto Federal nº 978/93.

8 - TESOURARIA, E BENS PATRIMONIAIS

Pelos testes efetuados, na extensão considerada necessária, em ordem.

(Termos arquivados nesta U.R./3 – Campinas)

8.1 – ALMOXARIFADO

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra não possui almoxarifado, uma vez que os materiais adquiridos são de pequena monta e para consumo imediato (Declaração às fls. 88 do Anexo).

9 - LIVROS E REGISTROS

Pelos testes efetuados, na extensão considerada necessária, em ordem.

(Termos arquivados nesta U.R./3 – Campinas)

10 - DENÚNCIAS / REPRESENTAÇÕES / EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a existência de denúncia e/ou representação impetrada(s) contra a Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra.

Da mesma forma, não foram instaurados, no exercício de 2.003, sindicâncias, processos administrativos ou CEI (declarações às fls. 89/ 91 do Anexo)

11 - ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra tem cumprido, regularmente, as Instruções e Recomendações deste Tribunal.

12 - ATENDIMENTO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ACESSÓRIO 3 – TC -1669./ 326/ 03

A seguir informamos o apurado, após a fiscalização "in loco", no tocante ao cumprimento da Lei Complementar nº 101/00:

TÍTULO	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	**VERIFICADO (R$)**
✓ Exercício de 1.999	8.017.950,47
✓ Exercício de 2.000	8.676.077,53
✓ Exercício de 2.001	10.036.877,58
✓ Exercício de 2.002	12.484.623,34
✓ Exercício de 2.003	14.376.319,08

GASTOS COM PESSOAL	VERIFICADO – R$	% RCL.	% PERMITIDO
Despesa com Pessoal e Reflexos – 1.999	174.326,32	**2,17**	
Despesa com Pessoal e Reflexos – 2.000	181.937,30	**2,10**	**2,39**
Despesa com Pessoal e Reflexos – 2.001	208.195,43	**2,07**	**2,31**
Despesa com Pessoal e Reflexos – 2.002	215.654,55	**1,73**	**2,28**
Despesa com Pessoal e Reflexos – 2.003	192.579,38	**1,34**	**1,90**
Despesas c/ Inativos e Pensionistas – 2.003.	0,00	**0,00**	
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	**VERIFICADO – R$**		**%**
Receita	387.666,00		

Despesa	387.666,00
Resultado da Execução	0,00

DÍVIDA E ENDIVIDAMENTO	2.002 (R$)	2.003 (R$)	%
Dívida Consolidada (Fundada)	0,00	0,00	
Restos a Pagar	0,00	0,00	
Disponibilidades Financeiras	0,00	0,00	

TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO PÚBLICA	
1. Publicidade dos Relatórios e Demonstrativos, conforme Acessório 3	**Sim**

CONCLUSÃO

Observada a instrução processual aplicável à espécie, para posterior Julgamento a que se refere o artigo 33 da Lei Complementar nº 709/93, encaminhamos os presentes autos, contendo a conclusão de nossos trabalhos.

À consideração de Vossa Senhoria.

U.R./3 – Campinas, em 26 de novembro de 2.004.

Fátima Aparecida Dias de Carvalho
Agente da Fiscalização Financeira
Responsável p/ U.R./ 3.4

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Fl. n.º 25
Proc. TC-1669/026/03

PROCESSO: TC – 1.669/026/03

CÂMARA MUNICIPAL DE: HOLAMBRA

ASSUNTO: CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2.003

RESPONSÁVEL: MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS – Presidente
Período: de 01.01 a 31.12.2003

RELATOR: DR. FÚLVIO JULIÃO BIAZZI

INSTRUÇÃO POR: UR.3 - DSF-II

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

Tratam os presentes autos das contas relativas ao exercício de 2.003, da ***CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA***, cujo relatório de inspeção "in loco" encontra-se às fls. 12/24.

As ocorrências detectadas pela Auditoria desta Unidade Regional encontram-se resumidas no tópico 'Conclusão'. Os trabalhos desenvolvidos e seus resultados são ratificados por esta Diretoria. Cabe-nos ressaltar, que a Auditoria observou as disposições contidas no Manual de Fiscalização, elaborando o correspondente relatório em conformidade com o modelo nele previsto.

Isto posto, submetemos o processo à elevada apreciação de Vossa Excelência, acompanhado de 01 (um) anexo e dos expedientes TC-1.669/126/03 (Acessório 1 – Ordem Cronológica de Pagamentos) e TC-1.669/326/03 (Acessório 3 – Lei de Responsabilidade Fiscal).

Propomos, finalmente, que o responsável pelas contas seja autorizado a retirar cópia do Relatório de Auditoria do processo principal e dos Acessórios mencionados nesta Unidade Regional.

UR.3-Campinas, 23 de dezembro de 2.004.

Otávio de Oliveira Azevedo
Responsável pelo Expediente
Unidade Regional de Campinas - UR.3

DESPACHO DO CONSELHEIRO RELATOR FULVIO JULIÃO BIAZZI

Data: 18-01-05.
Processo: TC-1669/026/03.
Interessada: Câmara Municipal de Holambra.
Responsável: Marcel Donizeti de Souza Campos, dd. Presidente.
Assunto: Contas da Câmara, exercício de 2003.

O processo TC-1669/026/03 trata da prestação anual de contas da Câmara Municipal de Holambra, relativas ao exercício de 2003.

Tendo em vista as conclusões constantes no relatório de auditoria elaborado pela UR-3 Unidade Regional de Campinas, fls.12/24, e o que dispõe o artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, c.c. o artigo 192 do Regimento Interno deste Tribunal, fica notificado o responsável acima referido, para que tome conhecimento dos termos do relatório da auditoria, e observado o prazo de (**15**) **quinze dias**, apresente suas alegações a respeito, em especial sobre as falhas destacadas às fls.25 dos autos.

Autorizo a retirada de cópia do mencionado relatório junto à UR-3 Unidade Regional de Campinas.

Publique-se.

Voltem os autos por ATJ. Configurada a hipótese prevista no artigo 211 do Regimento Interno, manifeste-se a SDG.

CGCFJB, em 18 de janeiro de 2005.

FULVIO JULIÃO BIAZZI
Conselheiro

PUBLICADO
D.O.E. de 19/01/05

Wilson,
Em vermelho as observações da Dra Mariana do CEPHA. Favor completar as modificações sua advogada.

Projeto de Lei _____ / 2005

Dispõe sobre a proteção e preservação do Patrimônio histórico, artístico, estético, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, documental, cultural e ambiental do município da Estância Turística de Holambra e dá outrasProvidências.

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra aprova, e eu CELSO CAPATO, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1° - Os bens que compõem o patrimônio histórico, artístico, estético, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, documental, cultural e ambiental da Estância Turística de Holambra, denominado, abreviadamente, nesta Lei de Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, serão protegidos e preservados pelo instituto jurídico do tombamento.

Artigo 2° - O Prefeito Municipal, após encaminhamento pelo Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, mediante proposta do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, promoverá o tombamento dos bens móveis e imóveis existentes no território do Município, cuja proteção e preservação sejam de interesse público em razão de seu valor histórico, artístico, estético, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, documental ou ambiental.

Artigo 2° - A Prefeitura Municipal, após encaminhamento pelo Departamento Municipal competente, promoverá o tombamento dos bens móveis e imóveis existentes no território do Município, cuja proteção e preservação sejam de interesse público em razão de seu valor histórico, artístico, estético, paisagístico, arquitetônico, arqueológico, documental e ambiental.

Parágrafo único – Caso o Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura não acolher a proposta do Conselho, por considerá-la inadequada ou inviável, deverá notificá-lo da decisão, por escrito e com as devidas justificativas, no prazo de 30 dias após a protocolação da proposta.

Parágrafo único – Eliminar por inteiro.

Artigo 3° – Compete ao Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura:

I – localizar, identificar e inventariar os bens históricos, culturais e ambientais do Município;

II – instruir os processos de tombamento e os referentes às áreas envoltórias dos bens tombados;

III – propor ao Conselho normas para regulamentação das áreas envoltórias;

IV – fiscalizar e supervisionar todos os serviços necessários à conservação e restauração dos bens históricos, culturais e ambientais do Município.

Artigo 3° - Eliminar por inteiro.

Artigo 4° – O Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, no que se refere ao tombamento de bens históricos, culturais e ambientais, será assessorado, na medida do possível, por técnicos, municipais ou não, nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Preservação Histórica, Educação, Cultura, Documentação e Meio Ambiente, além de outros que se fizerem necessários. SAI

Artigo 4° - Eliminar por inteiro.

Artigo 5° – Os bens tombados não poderão ser destruídos, dissolvidos, mutilados ou alterados, nem reparados, pintados ou restaurados sem prévia autorização do Conselho, sob pena de multa a ser imposta pelo Departamento de Turismo, Esporte e Cultura, equivalente a até 50% (cinqüenta por cento) do seu valor, neste incluído o do terreno, se for o caso, sem prejuízo de outras sanções a que o infrator esteja sujeito. SAI

Artigo 5° - Os bens tombados não poderão ser destruídos, dissolvidos, mutilados ou alterados, nem reparados, pintados ou restaurados sem prévia autorização da Prefeitura Municipal, sob pena de multa a ser aplicada por ela, sem prejuízo de outras sanções a que o infrator esteja sujeito.

Artigo 6° – Na hipótese de alienação dos bens referidos no artigo anterior, pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, a União, o Estado e o Município terão, nessa ordem, direito de preferência para sua aquisição, obedecendo o processo estabelecido para a espécie, pelo Decreto-Lei n° 25, de 30 de novembro de 1937. SAI

Artigo 6° - Eliminar por inteiro.

Parágrafo primeiro – A alienação gratuita, a cessão de uso ou, quando for o caso, a remoção de qualquer bem tombado deverá ser devidamente justificada e submetida à apreciação do Conselho, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sob pena de nulidade do ato. SAI

Parágrafo primeiro – Eliminar por inteiro.

Parágrafo segundo – Os bens pertencentes ao Município, quando tombados, poderão ser alienados ou transferidos para uma outra entidade, mediante apreciação prévia do Conselho. SAI

Parágrafo segundo– Eliminar por inteiro.

Artigo 7º – Os bens tombados ficam sujeitos à inspeção periódica do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental, e do Departamento Municipal de ~~Turismo, Esporte e Cultura~~ (Departamento Municipal competente).

Artigo 8º – Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem móvel tombado, ou posse ilícita, quando imóvel, o proprietário deverá comunicar a ocorrência ao Conselho em 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 50% (cinqüenta por cento) do valor do bem. SAI

Artigo 8º - Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem móvel tombado, ou posse ilícita, quando imóvel, o proprietário deverá comunicar a ocorrência ao Conselho e ao Departamento Municipal competente em 30 (trinta) dias, sob pena de multa.

Artigo 9º – O proprietário que, comprovadamente, não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação de que o bem tombado necessite, deverá oportunamente comunicar esse fato ao Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (Departamento Municipal competente), sob pena de multa.

Parágrafo primeiro – O Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (Departamento Municipal competente) poderá projetar e executar obras de conservação de bens tombados, independentemente de comunicação ou anuência do proprietário, uma vez comprovada a urgência das mesmas.

Parágrafo segundo – Qualquer projeto de obras, reforma ou intervenção, tanto em bens tombados quanto nas suas respectivas áreas envoltórias, somente poderá ser aprovado e executado pelo Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura (Departamento Municipal competente), após parecer justificado a favor ou contra do Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental do Município.

Parágrafo terceiro – Serão juntadas cópias de todos os pedidos recebidos, referentes a um mesmo bem, em um único volume, que ficará apenso ao processo de tombamento e documentará todas as intervenções ocorridas no bem. SAI

Parágrafo terceiro – Eliminar por inteiro.

Artigo 10 – Para evitar prejuízo à visibilidade ou ao destaque de qualquer edificação ou sítio tombado, nenhuma obra de construção ou demolição poderá ser executada na área compreendida num raio de 100m (cem metros) sem que o projeto da obra seja previamente aprovado pelo Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental. SAI

Artigo 10 – Para evitar prejuízo à visibilidade ou ao destaque de qualquer edificação ou sítio tombado, nenhuma obra de construção ou demolição poderá ser executada na área compreendida num raio de 100 (cem) metros.

Artigo 11 – Nenhuma obra de construção ou demolição na área envoltória de bens tombados, seja edificações, loteamentos ou locação e colocação de propaganda-painéis,

dísticos, cartazes ou semelhantes poderá ser autorizada ou aprovada pelo Município, quando estiver em desacordo com os padrões de ordem estética fixados pelo Conselho.

Artigo 11° - Eliminar por inteiro.

Parágrafo único – A fixação dos padrões referidos neste artigo será feita por decreto, mediante proposta do Conselho.

Parágrafo único – Eliminar por inteiro.

Artigo 12 – A regulamentação do uso das áreas envoltórias dos bens tombados pelo Município da Estância Turística de Holambra, que estabelecerá os critérios que deverão ser obedecidos pelas novas construções, deverá necessariamente constar das resoluções de tombamento.

Artigo 13 – O Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Departamento Municipal competente) manterá "livro-tombo", no qual deverão ser inscritos todos os bens e objetos tombados, com a descrição e características peculiares de cada um, para sua perfeita identificação.

Artigo 14 – Acolhida a proposta do Conselho, o Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura abrirá um processo próprio para cada tombamento constituindo-se de:

Artigo 14 – O Departamento Municipal competente abrirá um processo próprio para cada tombamento constituindo-se de:

I – resolução de Tombamento, assinada pelo Prefeito Municipal, e sua publicação no jornal de maior circulação do Município;

II – cópia da ficha cadastral do imóvel com o levantamento métrico-arquitetônico e memorial descritivo;

III – resenha histórica e documentação fotográfica relacionada ao bem;

IV – delimitação rigorosa do bem a ser preservado, bem como a sua área envoltória, se for bem imóvel.

V – para projetos de imóveis localizados em área envoltória a localização do imóvel em relação ao bem tombado;

VI – a documentação apresentada pelo Conselho na protocolação da proposta.

VI – Eliminar por inteiro.

Artigo 15 – O tombamento de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito privado, inclusive ordens e instituições religiosas, far-se-á voluntária ou compulsoriamente, devendo os autos respectivos ser averbados no respectivo Cartório de Registro Público. SAI

Artigo 15 – O tombamento de bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito provado far-se-á voluntária ou compulsoriamente, devendo os autos respectivos ser averbados no respectivo Cartório de Registro Público.

Artigo 16 – O tombamento de bens de que trata esta lei tem início com a abertura do processo respectivo, após deliberação do Conselho, tomada "ex-officio", ou por provocação do proprietário ou de qualquer interessado. SAI

Artigo 16 – *O tombamento de bens de que trata esta lei tem início com a abertura do processo respectivo, tomada "ex-officio", ou por provocação do proprietário ou qualquer* interessado.

Parágrafo primeiro – A deliberação do Conselho propondo a abertura de processo de tombamento assegura a preservação do bem até decisão final, devendo a proposta ser imediatamente comunicada à competente autoridade policial, sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa, para os devidos fins. SAI

Parágrafo primeiro – Eliminar por inteiro.

Parágrafo segundo – A abertura do processo de tombamento, quando da iniciativa do proprietário, ou a notificação deste nos demais casos, susta, desde logo, qualquer projeto ou obra que importe mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame.

Parágrafo terceiro – Os pedidos de aprovação de projeto para execução de obras de conservação, restauração e outras formas de intervenção em bem tombado, ou nas suas áreas envoltórias, deverão ser encaminhados ao Protocolo Geral da Prefeitura Municipal, por intermédio de requerimento do Conselho ou do interessado. SAI

Parágrafo terceiro – Eliminar por inteiro.

Artigo 17 - Ao protocolar na Prefeitura uma proposta de tombamento, o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental deverá apresentar proposta contendo ao menos as seguintes informações: SAI.

Artigo 17 – Ao protocolar na Prefeitura uma proposta de tombamento, o interessado deverá apresentar proposta contendo ao menos as seguintes informações:

I – identificação e endereço residencial e postal do proprietário do imóvel;

II – localização do bem a ser tombado e sua descrição a mais detalhada possível;

III – estado de conservação: bom, regular, ruim ou péssimo;

IV – atual utilização ou função;

V – documentação fotográfica datada;

VI – indicadores das características principais que justifiquem o tombamento, dando informação preliminar sobre o valor do bem, do ponto de vista mais relevante em cada caso: da história, da identidade sócio-cultural, da significação para a memória, para o desenvolvimento do conhecimento, para a preservação da qualidade de vida e da paisagem natural e urbana do município, ou por manter uma relação significativa com outro bem preservado oficialmente.

Artigo 18 – Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes imediatamente notificados para, no prazo de 30 (trinta) dias da data da notificação, se o quiserem, contestar a medida junto ao Departamento Municipal de Turismo, Esporte e Cultura. SAI

Artigo 18 – Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes imediatamente notificados para, no prazo de 30 (trinta) dias da data da notificação, se o quiserem, contestar a medida, não cabendo outro recurso após decisão do Prefeito Municipal.

Parágrafo único – Da decisão do tombamento em que tiver havido impugnação, caberá recurso ao Prefeito Municipal, dentro de um prazo de 30 (trinta) dias, não cabendo outro recurso após decisão do Prefeito Municipal. SAI

Parágrafo único – Eliminar por inteiro.

Artigo 19 – O bem imóvel tombado será obrigatoriamente inscrito no Cartório da Circunscrição de Registro Imobiliário a que pertença. SAI

Artigo 19 – Eliminar por inteiro.

Artigo 20 – Será facultada aos proprietários a transferência do potencial construtivo de imóveis preservados por lei municipal, na forma a ser posteriormente estabelecida em legislação específica.

Artigo 21 – As denúncias de irregularidades praticadas em bem tombado, ou em suas áreas envoltórias, deverão ser encaminhadas ao Protocolo Geral da Prefeitura, instruídas com: SAI

Artigo 21 – As denúncias de irregularidades praticadas em bem tombado, ou em suas áreas envoltórias, deverão ser encaminhadas ao Departamento Municipal competente, instruídas com:

I – petição circunstanciada do denunciante, na qual conste sua identificação e endereço;

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE Á POPULAÇÃO

Assunto: *Sessão Itinerante*

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Sessão Itinerante a realizar-se aos 20 de março de 2007, com início às 9 horas, na Escola São Paulo, Rua Verônica nº. 176 – Centro.

Sua presença é muito importante para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Atenciosamente.

VEREADOR WILSON BARBOSA
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE Á POPULAÇÃO

Assunto: *Sessão Itinerante*

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Sessão Itinerante a realizar-se aos 20 de março de 2007, com início às 9 horas, na Escola São Paulo, Rua Verônica nº. 176 – Centro.

Sua presença é muito importante para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Atenciosamente.

VEREADOR WILSON BARBOSA
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE Á POPULAÇÃO

Assunto: Sessão Itinerante

A Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra tem a honra de convidar Vossa Senhoria para participar da Sessão Itinerante a realizar-se aos 20 de março de 2007, com início às 9 horas, na Escola São Paulo, Rua Verônica nº. 176 – Centro.

Sua presença é muito importante para realização dos trabalhos, não deixe de comparecer.

Atenciosamente.

VEREADOR WILSON BARBOSA
Presidente

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

DECLARO TER RECEBIDO O OFICIO ONDE CONSTA A DATA E O HORÁRIO DA SESSÃO ITINERANTE DO DIA 20/03/07, QUE SERÁ REALIZADA NA ESCOLA SÃO PAULO, ÀS 09 HORAS.

NOME	DATA	ASSINATURA
ANTONIO MARCOS FERNANDES	06 03 07	
ASTÉRIO PINTO FILHO	06/03/07	
GERSON PEDRO DE PINA	28.02.07	
IRAN DAIER BRUNHANI	28/02/07	
JOSÉ MARCOS DE SOUZA		
NICOLAU JOÃO BAKKER	28/02/07	
NAIARA REGITANO HENDRIKX	28/02/07	
PEDRO WANDERLEI GALLI	28.02.07	
WILSON BARBOSA		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

CONVITE AOS DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E PARTICULARES, DEPARTAMENTOS, ONGS PARA PARTICIPAREM DA "SESSÃO ITINERANTE", A REALIZA-SE NO DIA 20 DE MARÇO DE 2007, ÀS 09 HORAS NA ESCOLA SÃO PAULO. .

NOMES	***ASSINATURAS***	***DATA***
NEIDE BECKER DE ALMEIDA *DD. Diretora de Educação.* *R. das Primaveras,* *Tel .38021877*		
CRISTINA BELONCE DURANTE *DD. Diretora da EMEB Jardim das Primaveras* *Tel .38021699*		
LÚCIA HELENA BAIÃO *DD. Diretora da EMEB Bairro Palmeiras* *Tel .38025444*		
REGIANE VAN LEEUWEN *DD. Diretora da EMEB Novo Florescer – Bairro Fundão* *Tel .38024123*		
Elisabete *DD. Diretora Da EMEI Joaquim Felipe de Almeida* *Tel. 38021570*	em mãos	07-03-07
RINA VAN SCHAIK *DD. Diretora da Escola Participação* *R. Inácio da Fonseca, s/n* *Tel .38021642.*	Quiste	
ROSÂNGELA MARTINS *DD. Diretora da EESG. Ibrantina Cardona* *R. Jorge Latour,* *Tel . 38021139*		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

SUSANA M. S. ASCÊNCIO *DD. COORDENADORA DA CRECHE COLMÉIA* *R. Leandro Gonçalves,* *Tel 38024121*		
EVANILDA GOUVEIA DE OLIVEIRA *Coordenadora Creche Colméia*		
GERALDO EYSINK *COLÉGIO VAN GOGH-COC* *AL. MAURICIO DE NASSAU,* *TEL. 38022945*	Magaly Gonçalves Souza Staff	
IZILDA CRISTINA REINELT *ASSOCIAÇÃO DOE VIDA* *Praça dos Pioneiros* *Tel . 38022009*		06/3/07
ODUVALDO SILVA PINTO *ASSOCIAÇÃO COMERCIAL ACE* *Av. Rota dos Imigrantes,* *Tel. 38022020*	Heloísa M. Santos	06/03/07
MARIA JOHANNA G.K.G. TIMMERMANS *ASSOCIAÇÃO PRINCIPE BERNARDO* *Al. Mauricio de Nassau, 241* *Tel. 38022100*	Valquíria Nunes	
[redacted]		
JOHANNES MARIA VAN OENE *COOPERATIVA INSUMOS* *Tel. 38021333/38021617*		06/03/07
COOPERATIVA ABATEDOURO ***ÉRICO POZZER*** *Av. Rota dos Imigrantes,*		06/03/07

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

FRANCISCO SCHOENMAKER *CMDU E SUPREMA* *Terra Viva*		06-03-07
FAUSTO FILIPINI *CONSELHO TUTELAR* *Praça dos Pioneiros*	Marcilene Campagnoli Conselheira Tutelar	06/03/07
CELSO CAPATO *PREFEITO MUNICIPAL* *Estância Turística de Holambra*		06/03/07
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA *VICE-PREFEITO* *Prefeitura de Holambra*		06/03/07
MARCELO GRANDINETTI ADELINO *DELEGACIA CIVIL* *R. Jorge Latour, 39* *Tel 38021677*		06/03/07
ANDREAS BOERSEN *FLORANET* *Estr. HBR 40* *Tel .38029900*		06/03/07
GUARDA CIVIL ***ALCIR CAETANO*** *Rua Solidagos,* *Tel 38021722*		06/03/07.
CLÉA SYLVIA SABINO DE SOUZA *INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – IPMH* *R. Campo de Pouso,* *Tel 38023022*		
WAGNER GALVÃO *JUNTA MILITAR* *Tel 38022736*		06.03.07

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

RENATO LIBANORI *Departamento de Esportes* *38024711*	Fabiana K. Koni	06/03/07
MANOEL EVANDRO DA SILVA *Dep. De Obras* *3828000*	Fabiana Koni	06/03/07
CHARLES LOPES *Dep. Agricultura* *38021231*	Fabiana Koni	06/03/07
CATARINE SITTA *Dep. De Cultura* *38022704*	Ivone Ferreira da Silva	
NADIR MARQUES DA SILVA *NAOTT* *38024349*		06-03-07
MONICA AP. DOMINGUES DE LIMA *Contadoria* ***38028000***	Fabiana Koni	06/03/07
OSMAR CANDIDO ALVES *COOPERPLANTAS*		06/03/07
POLICIA MLITAR ***CABO CLOVES GONÇALVES*** *38021103*		06/03/07
LEILA PACHECO *JORNAL DA CIDADE* *R. LAZINHO FOGAÇA,* *TEL. 3802*	Em mão	06/03/07
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL *Rua das Primaveras (TRANSWEEL)*	G.B. Weel	
EMERSON RODRIGUES *Associação de Estudantes Universitários* *Estância Turística de Holambra*		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

EDINEIDE INÁCIO DA SILVA FERREIRA *Promoção Social* *Estância Turística de Holambra*		6/03/07
POLIANA PERES CHAIB *DEPARTAMENTO DE SAÚDE* *Estância Turística de Holambra*		06/03/07
SHEILA M. MARTINS ARNAUT *Diretora da EMEB Parque dos Ipês* *Estância Turística de Holambra*		
Alessandra de Wit *Departamento de Turismo* *Estância Turística de Holambra*	Fabriana Roni	06/03/07
CRISTINA NADER *Creche Casulo* *Estância Turística de Holambra*		
MICHELI BELONCI *Creche Casulo* *Estância Turística de Holambra*		
LUCILA CAROLINA BELONCE *Creche Favo de Mel* *Estância Turística de Holambra*		
KEILA RENATA DE SOUZA *Creche Favo de Mel* *Estância Turística de Holambra*		
TÂNIA SCHOENMAKER SCHUT *Creche Abelhinha* *Estância Turística de Holambra*		
LUCIANA COSTELA *Creche Abelhinha* *Estância Turística de Holambra*		
KEES SCHOENMAKER *Presidente da Cooperativa Veiling* *Estância Turística de Holambra*		

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S.P.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra

Estado de São Paulo

CNPJ 67.172.312/0001-53

Tel.: (19) 3802-1625
Telefax: (19) 3802-1487

COMUNICADO A POPULAÇÃO

WILSON BARBOSA – na qualidade de Vereador e Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, no uso das atribuições que mim são conferidas, e com fundamento na Resolução nº. 119/2007, comunico que a partir do mês de março de 2007 as Sessões Ordinárias serão as primeiras, segundas e terceiras semanas de cada mês, iniciando a sua realização todas às terças-feiras, com início às 19 horas, conforme previsto na Resolução nº. 119/2007.

Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, 21 de fevereiro de 2007.

VEREADOR WILSON BARBOSA
Presidente

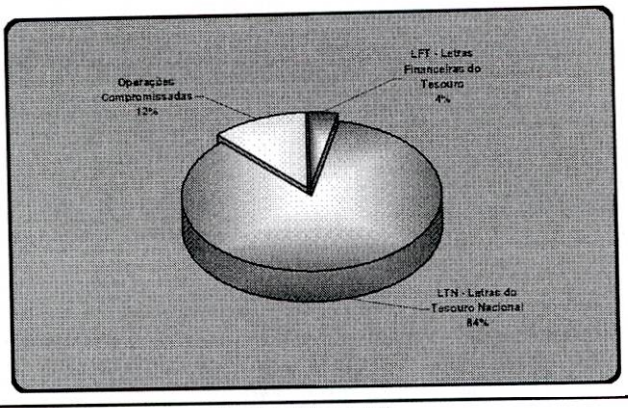
Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

NOSSA CAIXA GOVERNOS RF

Posição em : **29/12/2006**

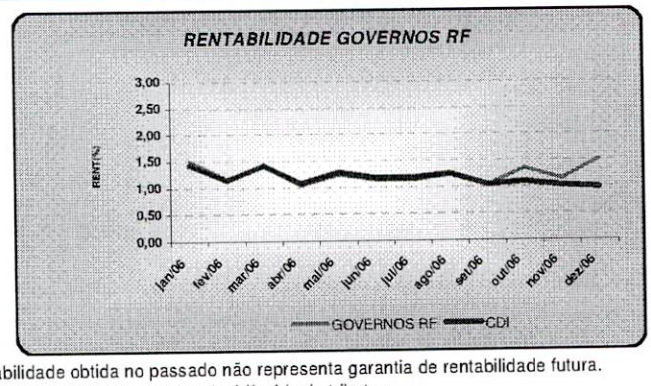
Composição da Carteira

ATIVOS	%
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	4
LTN - Letras do Tesouro Nacional	84
Operações Compromissadas	12



Rentabilidade (%)

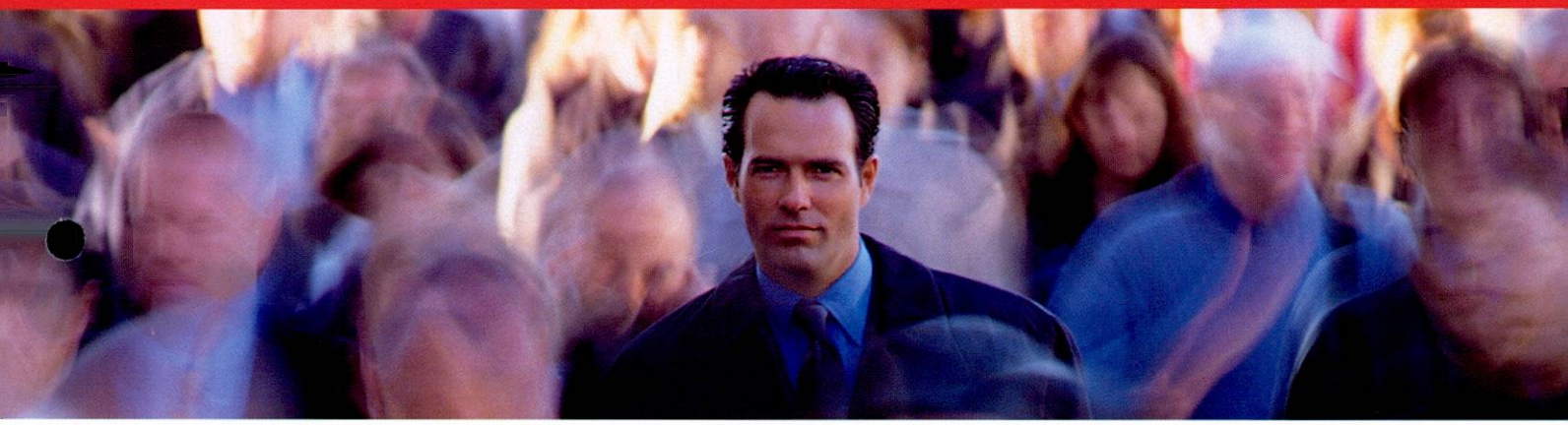
Mês	GOVERNOS RF	CDI
jan/06	1,50	1,43
fev/06	1,16	1,14
mar/06	1,39	1,42
abr/06	1,04	1,08
mai/06	1,23	1,28
jun/06	1,14	1,18
jul/06	1,13	1,17
ago/06	1,22	1,25
set/06	1,03	1,05
out/06	1,34	1,09
nov/06	1,14	1,02
dez/06	1,51	0,98
Ano 2006	15,88	15,05
Últ.12 meses	15,88	15,05



A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura.
A rentabilidade acima indicada não é líquida de tributos.
A data-base para cálculo de rentabilidade é o último dia útil de cada mês, conforme determinação da ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento).
Para avaliação da performance do Fundo de Investimento é recomendável uma análise de período de, no mínimo 12 (doze) meses.

Os fundos de Investimento não contam com garantia do administrador do Fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro, ou ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do Prospecto e do Regulamento do Fundo de Investimento ao aplicar seus recursos.



BANCO DO POVO PAULISTA

Programa de crédito produtivo popular, o Banco do Povo Paulista é uma alternativa de política pública para emprego e renda.

Foi desenvolvido pelo governo do Estado de São Paulo, com o objetivo de colocar recursos à disposição do cidadão que exerce uma atividade econômica como microempresário formal ou informal, e não tem acesso ao crédito no sistema bancário tradicional. Contribui para ampliação da renda familiar e geração de empregos.

O Banco do Povo Paulista é implantado no município em parceria entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) e a prefeitura municipal interessada. A operacionalização financeira do programa é feita pela Nossa Caixa.

FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO

A Nossa Caixa atua também como agente financeiro oficial de fundos de desenvolvimento, que contribuem para a promoção do desenvolvimento social e econômico dos municípios, para a solução de problemas de infra-estrutura urbana, para a melhoria da renda da população, para a preservação sustentada do meio ambiente e para a melhoria da gestão financeira e de investimentos sociais das prefeituras.

Entre os fundos, podemos citar:

- FDMBS - Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista;
- FVR - Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira;
- FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista - Linha de financiamento / Subvenção de prêmios de seguro / Aval.

CONCURSOS PÚBLICOS

Com um sistema de controle e arrecadação de taxas de inscrição, a Nossa Caixa oferece mecanismos eficientes para realização e controle das inscrições de concursos públicos das prefeituras e empresas, autarquias e fundações municipais, por um processo totalmente informatizado e com acesso pela internet, no site oficial do Banco.

A prefeitura formaliza contrato com a Nossa Caixa, e esta, por sua vez, torna disponível no site do Banco a ficha de inscrição eletrônica aos candidatos do concurso. Preenchida a ficha de inscrição, o Banco Nossa Caixa envia eletronicamente os dados para a prefeitura/empresa, que poderá então acompanhar todo o andamento das inscrições para o processo seletivo.

LOTERIA PAULISTA

Seleção de municípios para sediar a extração da Loteria Paulista, com a realização de eventos culturais e ações sociais nos municipios contemplados.



COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA

O Banco Nossa Caixa, em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, facilita a gestão do recebimento da dívida ativa dos municípios. Com o sistema de cobrança do Banco Nossa Caixa, a prefeitura pode enviar aos munícipes os boletos bancários para recebimento dos tributos municipais em atraso (IPTU, ISS, licenças para funcionamento de estabelecimentos comerciais, etc.). O sistema incentiva o contribuinte ao pagamento, pois oferece uma ampla rede de agências bancárias.

PCM - PROGRAMA COMUNITÁRIO DE MELHORAMENTOS

O Banco Nossa Caixa participa do desenvolvimento e expansão dos municípios paulistas. Pela parceria entre a Nossa Caixa, prefeitura, associações e munícipes, o PCM permite a concessão de uma linha de crédito à população, a fim de viabilizar a execução de obras de melhoramentos de infra-estrutura de interesse do município, o que proporciona melhor qualidade de vida aos cidadãos e valorização das regiões beneficiadas.

Este programa permite que a prefeitura integre a comunidade na solução dos problemas que fazem parte do dia-a-dia das cidades:
pavimentação das ruas, reparo ou construção de guias, sarjetas, redes de captação e distribuição de água potável, redes de coleta e destinação de esgoto, escoamento de águas pluviais, aquisição de hidrômetros, instalação de rede de iluminação pública, etc.

ARO - ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA

Operação de crédito que permite a antecipação de parte da receita orçada do município para o exercício em curso. Os recursos atendem às necessidades de caixa da prefeitura municipal e ainda viabilizam investimentos em infra-estrutura e na área social, pagamento em dia do funcionalismo e demais ajustes financeiros.

Observação: a concessão de ARO está sujeita a autorização da Secretaria do Tesouro Nacional. A legislação federal impede sua concessão no último ano de mandato do prefeito.

CONVÊNIO DE CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS AOS FUNCIONÁRIOS

Por convênio firmado com o Banco Nossa Caixa, a prefeitura facilita a vida dos seus servidores ao possibilitar a concessão de crédito pessoal, com débito das prestações mensais direto no holerite do funcionário. Este processo é realizado sem burocracia e com taxas de juros diferenciadas.

NOSSA SALA - A SALA VIP DOS PREFEITOS





A SALA DO PREFEITO NA NOSSA CAIXA

A NOSSA SALA é um ambiente privativo e diferenciado para uso dos prefeitos como ponto de apoio administrativo, quando de suas viagens de trabalho à capital.

O espaço é exclusivo e dotado de microcomputadores com acesso à Internet, impressoras, telefone, fax e outros itens, sendo possível, portanto, a recepção e transmissão de mensagens, a realização de trabalhos administrativos e a impressão de materiais. Também oferece serviço de secretaria para controle e suporte ao trabalho do prefeito durante a sua permanência no Banco.

Trata-se de um ambiente seguro e informatizado que integra soluções para as necessidades da autoridade municipal, e confere rapidez e eficiência às suas ações e ao seu trabalho em São Paulo.

VANTAGENS PARA AS PREFEITURAS

- Unidade de trabalho com localização estratégica no centro financeiro de São Paulo;
- Proximidade física da Nossa Sala com Secretarias e outros órgãos do Estado;
- Ambiente seguro e confortável para reuniões e despachos de trabalho, no interesse do município;
- Acesso a todas as informações e à tecnologia que a Nossa Caixa oferece aos municípios.

A Nossa Caixa também oferece a NOSSA SALA em Brasília, para apoio aos prefeitos em viagens de trabalho à capital federal.

Para maior comodidade, agende a utilização por telefone.

NOSSA SALA em São Paulo:
Endereço: Rua Álvares Penteado, 131- 7º andar
Centro - São Paulo - SP
TEL.: (11) 3111-6626
CEP: 01012-001

MAPA de Localização no Site

NOSSA SALA em Brasília:
SCRW - W3 SUL - QUADRA 504 - BLOCO B - LOJAS 54/55 - BRASILIA - DF
TEL.: (61) 3323-3282
CEP: 70331-525

Para mais detalhes, contate-nos: municipios@nossacaixa.com.br



ADMINISTRAÇÕES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS TÊM MAIS VANTAGENS

A Nossa Caixa oferece atendimento diferenciado às administrações municipais para facilitar a gestão financeira dos municípios.

Pelo convênio firmado entre o Banco Nossa Caixa e a Prefeitura, os valores referentes a salários e pensões são creditados diretamente em contas com programas exclusivos para atendimento aos servidores municipais.

Economia, agilidade e controle são os benefícios para os órgãos municipais, que podem contar com:

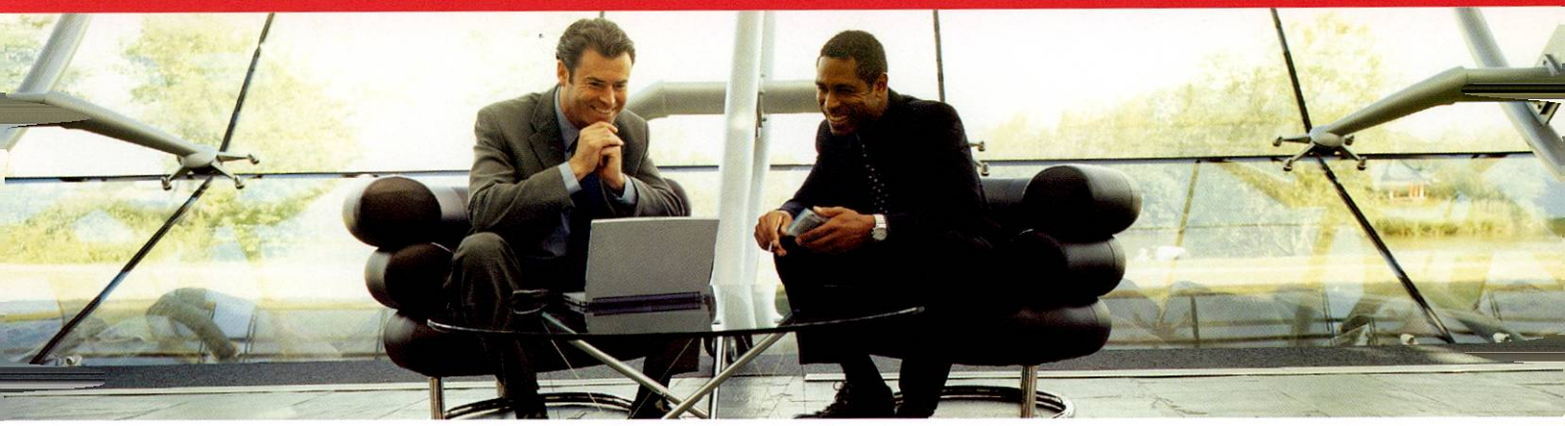
- Apoio no suporte técnico para a geração e transmissão de arquivos de pagamento;
- Praticidade na geração e envio dos arquivos, com créditos efetivados nas datas estabelecidas;
- Facilidade na gestão da Folha de Pagamento com o acesso a relatórios de retorno.

Ao fazer o convênio de Folha de Pagamento, sua Prefeitura vai oferecer aos seus servidores um Banco moderno e sólido, com as vantagens exclusivas do Programa do Banco do Funcionário Público. Neste programa, os servidores têm taxas e condições diferenciadas em diversos produtos, como o Empréstimo Consignado e o Financiamento Imobiliário, entre outros.

Além disso, sua administração vai oferecer aos funcionários:

- Facilidade: ampla rede de pontos de atendimento da Nossa Caixa;
- Comodidade: crédito diretamente em conta corrente;
- Segurança no pagamento de salários, por não haver manuseio/circulação de papel-moeda;
- Atendimento personalizado com o Programa Banco do Funcionário Público.

Os funcionários públicos também têm diversas outras vantagens: Empréstimos e Financiamentos, Aplicações Financeiras, Cartões de Crédito, Débito Automático, Seguros e Previdência Privada.



PAGAMENTO AOS FORNECEDORES

Para facilitar a gestão do fluxo de caixa dos municípios, a Nossa Caixa oferece um sistema que permite a integração de todo o controle de contas a pagar. O controle financeiro proporcionado permite:

- Soluções diferenciadas para atender as necessidades dos órgãos compradores;
- Economia: racionalização nos trâmites administrativos;
- Agilidade: créditos efetivados diretamente nas contas dos fornecedores e prestadores de serviço;
- Controle: relatórios para acompanhamento de todos os créditos efetivados.

Além disso, o Banco Nossa Caixa oferece atendimento diferenciado aos fornecedores dos órgãos públicos.

APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A Nossa Caixa administra os recursos disponíveis da prefeitura e oferece taxas competitivas nas mais diversas aplicações no mercado financeiro, com fundos especiais para a gestão de recursos públicos:

- Fundos de Investimento;
- Depósito a Prazo Fixo (CDB/RDB);
- Depósito a Prazo de Reaplicação Automática (DRA).

ARRECADAÇÃO DE IPTU

A Nossa Caixa facilita a arrecadação financeira da prefeitura e coloca à disposição dos municípios cadastrados toda sua rede de agências para recolhimento do IPTU pelos contribuintes. Os valores arrecadados são repassados automaticamente à conta corrente da prefeitura.

CONFECÇÃO DE CARNÊS DE IPTU

A Nossa Caixa pode confeccionar os carnês de IPTU para a prefeitura, em formato de documento de arrecadação com códigos de barras - padrão Febraban. Este serviço está disponível para todos os municípios parceiros da Nossa Caixa.

REPASSE DE ICMS/IPI

A Nossa Caixa, na condição de agente financeiro oficial do Estado de São Paulo, centraliza a arrecadação do ICMS e o repasse da cota estadual do IPI, creditando automaticamente em conta corrente da prefeitura a parte que lhe couber.

Continua→



PORTFOLIO DE PRODUTOS PARA MUNICÍPIOS. A NOSSA CAIXA OFERECE MAIS VANTAGENS.

Nestas lâminas, você encontrará breves descrições dos serviços que podemos prestar à sua administração municipal. E, ao longo de nossa futura convivência, você perceberá que a NOSSA CAIXA pode fazer ainda mais.

Afinal, é por você que estabelecemos nossa missão: ser uma instituição moderna e eficiente, que busca permanentemente a excelência no atendimento ao público, oferecendo produtos e serviços de qualidade.

Na condição de único banco oficial do Estado, a Nossa Caixa gera dividendos para São Paulo, o que contribui para os programas de desenvolvimento que beneficiam os municípios paulistas.

A NOSSA CAIXA contribui também para o desenvolvimento social e econômico do Estado, garantindo o acesso da população aos meios financeiros.

Com mais de 88 anos de história, a NOSSA CAIXA vem cumprindo seu papel de banco público, ao efetuar pagamentos das empresas estatais, gerir fundos do Estado, administrar a conta do Tesouro Paulista, aplicar recursos nas áreas de agricultura e pecuária e efetuar pagamento de funcionários públicos.

A NOSSA CAIXA é o primeiro banco a aderir ao NOVO MERCADO da BOVESPA, segmento de companhias que se comprometem com as melhores práticas de governança corporativa.

Atualmente, a NOSSA CAIXA é a décima-primeira instituição financeira do País em ativos totais e ocupa a nona posição em depósitos totais*. Além disso, é o quinto maior banco no Estado de São Paulo em número de agências, e está presente em todos os 645 municípios paulistas. Como maior banco público estadual do País, a responsabilidade da NOSSA CAIXA é ainda maior, mas o trabalho contínuo e integrado entre a diretoria e os seus empregados permanece com os mesmos objetivos: qualidade, competência e transparência.

* Fonte: Ranking dos 50 Maiores Bancos em 2005 (1° semestre), elaborado pelo Banco Central do Brasil.

P/ Wilson

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

Al. Maurício de Nassau nº 444 - Cep 13.825-000 - Holambra - SP - PABX (19) 3802-8000
C.N.P.J. 67.172.437/0001-83
Home Page: www.holambra.sp.gov.br/ E.mail - holambra@holnet.com.br

GUARDA CIVIL MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Oficio: 02/07

Holambra, 04 de Janeiro de 2007.

Gostaria de agradecer a preocupação de vossa senhoria com esta corporação e informar que nossas viaturas no total de três percorrem aproximadamente cerca de 500 Km por dia, as áreas rurais e urbanas do município prestando apoio as Polícias Civil e Militar, atuando na ronda escolar, preservação do patrimônio público e principalmente no auxílio à população holambrense.

Trabalhamos com quatro equipes de seis guardas cada, sendo um plantonista, restando apenas cinco para três viaturas, impossibilitando a utilização das motos com mais freqüência.

Duas das motos não são equipadas adequadamente para o serviço de ronda, colocando em risco a segurança do guarda, ficando a disposição da Prefeitura quando houver necessidade.

Gostaria também de informar que estamos sempre a disposição para esclarecer qualquer dúvida que surgir.

Na oportunidade apresento, protestos de estima e distinta consideração.

Alcir Caetano
Comandante da G.C.M.H.

Ilmo Sr.
Vereador da Estância Turística de Holambra
Asterio Pinto Filho

PROTOCOLO
Nº de Ordem 004/2006
Fls. Nº 01 Livro Nº 009
Data 04/01/07 Hora 10:05
Secretaria

Holambra - SP, 19 de Janeiro de 2007.

Ilmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal Wilson Barbosa

Pensando em oferecer soluções que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida, a SICREDI realizará um encontro com especialistas em Previdência Privada em nossa cidade.

Este evento será de grande importância para você, pois serão repassadas informações valiosas e decisivas para seu plano de Previdência Individual. E quem ainda não iniciou seu plano previdenciário, conhecerá o quanto é importante, barato e seguro possuir um.

Com todas as dicas deste evento, temos absoluta certeza que você mudará os rumos de sua previdência e aumentará, em muito, sua rentabilidade e qualidade de vida no futuro.

Caso queira convidar alguém para o evento, fique à vontade.

Cordialmente,

Equipe SICREDI Holambra SP

Dia: 25 de Janeiro de 2007 (Quinta-Feira)

Local: Clube Holambra

Horário: 19h

SICREDI Holambra SP
Av. Rota dos Imigrantes, 963 – Centro - CEP: 13825-000 - Fone (19) 3802-2978/3802-1655
www.sicredi.com.br

ASH
Associação de Saúde Holambra

ANS-36.078-3

Câmara Municipal de Holambra

Prezado Sr. presidente

Wilson Barbosa

Após nosso contato de 09/janeiro, enviamos proposta para que a Câmara Municipal possa proporcionar o plano de saúde ASH aos seus colaboradores, garantindo a qualidade, o conforto e a facilidade de atendimento na sede em Holambra e em toda rede credenciada.

O Plano de Saúde ASH é um plano particular, sem finalidade lucrativa, tendo como objetivo exclusivo o bem estar do associado.

O contrato é feito por família, sendo: Titular e dependentes (podendo ingressar como dependente o cônjuge, filhos naturais ou adotivos) e Individual.

O valor da mensalidade é individual de acordo com a faixa etária, sendo que viabilizamos ***um desconto anual de 5% com a entrada de um nº maior que 10 pessoas.*** Favor enviar lista de interessados e seus dependentes com as respectivas idades para calcularmos o valor já com o desconto !!!

O pagamento à Associação pode ser feito via empresa, sendo feito apenas um adendo ao contrato para que o colaborador se torne responsável pelo pagamento caso se desligue da empresa contratante.

A empresa poderá optar em pagar porcentagem do benefício ao colaborador ou não, sendo possível deduzir na folha de pagamento a porcentagem acordada.

Aproveite esta oportunidade para estimular seus colaboradores, pois a saúde é primordial para o ser humano viver bem e produzir mais e melhor !!!

Agradecemos a atenção e aguardamos vosso contato,

atenciosamente

Edna R. v. Ham v. d. Broek
Gerente Administrativo - ASH

Michele L. Jackel
Cel: 19-81761550
Dpto. Comercial - ASH
Associação Saúde Holambra

Alameda Maurício de Nassau, 241 – CP: 130 - Centro – Holambra / SP CEP: 13.825.000
Fone/fax: 19- 38022049 / http: www.saudeholambra.com.br / e-mail: ash@holnet.com.br

Curso 284
professor

ALEXANDRE DI PIETRA

Contabilista; Graduando em Direito Chefe do setor de Contabilidade e Tesouraria na Câmara Municipal de Santa Isabel-SP; Titular do escritório "Di.Pietra - Contabilidade"; É Professor do curso: "Tesouraria para pequenas e médias empresas", na mesma cidade; Membro do Conselho Fiscal da ASSECON - Associação dos escritórios de contabilidade (Jacareí-São José dos Campos); Concluiu o curso de aperfeiçoamento/ capacitação "Lato Sensu" na Escola de Administração Pública IBRAP; Autor de trabalhos e artigos publicados sobre o tema.

Cursos em:

Campinas
Ribeirão Preto
Marília
São Paulo (duas turmas)
Belo Horizonte
Salvador
Curitiba

Programação fevereiro - março / 2007

NÃO VÁ PARA O CURSO SEM ANTES EFETUAR SUA RESERVA/INSCRIÇÃO.

Pagamento não é inscrição - entre em contato conosco.

ATENÇÃO:
O IBRAP se reserva o direito de cancelar ou alterar datas, locais e/ou programas, quando não houver um número mínimo de participantes para a montagem das turmas, não se responsabilizando pela eventual viagem/participação daquele que não efetuou sua inscrição com antecedência.

A / ENC. CONTABILIDADE

IBRAP

Consultorias IBRAP !
Utilize a ferramenta certa para um bom resultado na sua Administração.

DESTAQUES

Construção civil & Cooperativas
(Obras públicas)

As conseqüências pela não retenção

Pagamentos indevidos e à maior (aos credores)

O Tribunal de Contas e a despesa imprópria

Tesouraria - Contabilidade Pública

Abordagem prática
(exemplos)
Classificação e procedimentos
Análise do objeto contratado
Documentos fiscais
As Retenções casos práticos

CONSULTORIA IBRAP

Conheça nossos serviços:

Tributos: I.S.S.Q.N.-I.P.T.U.-Taxas // Licitações - Registro de Preços - Pregão // Rec. Humanos - Reestruturação Administrativa - Plano de Carreira // Contabilidade e Orçamento // Jurídico // Reestruturação do Transporte escolar // Legislativo: Revisão de Regimento interno

- Ligue para nós - 16 3612-1807 -

IBRAP - Instituto Brasileiro de Administração Pública
Rua: Ceará, 2168 - Jardim Mosteiro
14 085 520 - Ribeirão Preto - S. Paulo
Fone / Fax: 16 3612-1807
www.ibrap.org.br - ibrap@ibrap.org.br

Diretoria de Planejamento-MKT 15120401007

Mala Direta Postal
1.74.24.0032-6 - DR/SPI
IBRAP
....CORREIOS....

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
....CORREIOS....

CÂMARA MUNICIPAL
R. RUA DOS IMIGRANTES, 425

Curso 284
Curso teórico com abordagem prática

Retenções na Fonte

- Específico para Administração Pública -
- As retenções tributárias na Tesouraria Pública -

I.S.S./I.R.R.F./I.N.S.S./C.S.L.L./P.I.S./COFINS

Prefeituras / Câmaras / Autarquias e Fundos Municipais / Fundações / Sociedades de economia mista / Consórcios / Empresas Públicas de forma geral

curso 284

Retenções na Fonte

São recentes as leis que exigem as "retenções" de tributos por parte dos entes públicos e chama atenção, não só pelo crescimento desse mecanismo fiscal, mas também pelo emaranhado de princípios e normas tributárias que envolvem a matéria, causando insegurança àqueles que necessitam fazer sua aplicação prática.

Vários fatores comprometem a aplicação dessas normas, porém, com a chegada da Lei de Responsabilidade Fiscal, passou a ser imperativa a correta interpretação e aplicação prática das retenções; principalmente pela vinculação do gestor público ao princípio constitucional da legalidade e da responsabilidade administrativa dos servidores.

O objetivo do presente curso é apresentar as hipóteses de retenções dos tributos: ISS, IRRF, INSS e CSLL/PIS/COFINS no âmbito municipal, demonstrando como calcular e seus procedimentos.

programação

INTRODUÇÃO
- Conceitos tributários-Gerais
- Características comuns das hipóteses de retenção

DESTINAÇÃO DOS TRIBUTOS RETIDOS
- Para onde vão ? Para quem ficam ?
- Direito do município, do Estado ou da União ?

CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS RELATIVAS ÀS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO

I.S.S. - RETENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
- Introdução
  - As Leis Tributárias Municipais
  - Transferência da responsabilidade
  - Cuidados com a bitributação
- Pagamentos às Pessoas Jurídicas - PJ
  - Caso específico (alguns) - da Lista de Serviços
  - Caso geral (todos) - da substituição
    - Substituição do prestador pelo tomador na base territorial dos Municípios
  - Nova hipótese - Importação
- Pagamentos às Pessoas Físicas - PF
  - Autônomos
  - Sociedades profissionais

I.R.R.F. - RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE
- Pagamentos às Pessoas Jurídicas
  - Atividades de natureza intelectual - 1,5%
  - Atividades terceirizadas - 1,0%
  - Casos de não retenção
- Pagamentos às Pessoas Físicas
  - Rendas da prestação de serviço autônomo
  - Tabela progressiva
  - Cálculo do valor retido

I.N.S.S. - RETENÇÃO DE 11% PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL
- Pagamentos às Pessoas Jurídicas
  - Empreitada
  - Cessão de mão-de-obra
  - Tabela de incidências
- Pagamentos às Pessoas Físicas
  - Da prestação de serviço autônomo e sócios de empresas
  - Da remuneração
  - Tabela progressiva
- Considerações finais
  - SRF + SRP* = Receita Federal do Brasil
  - *Secretaria da Receita Previdenciária

ASPECTOS LEGAIS NO TOCANTE AO TEMA
- Lei nº 8.666/93 e suas alterações (Lei das Licitações)

I.S.S. - Imposto Sobre Serviços
- Lei Complementar nº 116/03
- O Decreto-Lei nº 406/68 (Antiga Lei do I.S.S.)

I.R.R.F. - Imposto de Renda Retido na Fonte
- Decreto 3.000/99 (RIR/99)

I.N.S.S. Instituto Nacional do Seguro Social
- Leis nº 9.711/98 // 9.876/99
- Decreto nº 3.265/99
- Ordem de Serviço nº 209/99
- Instruções Normativas nº 69/02 // 71/02 // 80/02 (microempresas, cooperativas e sistema de compensação)
- Lei nº 10.666/2003
- Decreto nº 4.729/2003
- Instruções Normativas nº 89/2003 // 100/03 // 105/04 // 03/05 (revoga a IN nº 100/03)

C.S.L.L. (PIS / COFINS / CONTRIBUIÇÃO SOCIAL) - RETENÇÃO DE 4,65%
- Lei Federal 10.833 de 29 de dezembro de 2003
- Necessidade de convênio pelos municípios

MATERIAL COMPLEMENTAR
- Apostila - CD-ROM com a integra de toda a legislação atualizada citada
- Certificado de Participação

carga horária/datas-locais

- 12 (doze) horas-aula / 1 dia e meio
- 1º dia - das 8h30min às 12horas e das 13h30min às 18horas;
- 2º dia - das 8horas às 12horas.

A) EM CAMPINAS 09 de fevereiro
PARK TOWER HOTEL
Rua Duque de Caxias, 443 - Fone: (19) 3737-5400

B) EM RIBEIRÃO PRETO 12 de fevereiro
HOTEL PLAZA INN MASTER
Rua Álvares Cabral, 1120 - Fone: (16) 2102-6000

C) EM MARÍLIA 13 de fevereiro
TENDA HOTEL
Rua Sete de Setembro, 35 - Fone: (14) 3402-5151

D) EM SÃO PAULO 14 de fevereiro
SAN RAPHAEL HOTEL
Largo do Arouche, 150 - Fone: (11) 3334-6000

E) EM BELO HORIZONTE 13 de março
ROYAL CENTER HOTEL
Rua Rio Grande do Sul, 856 - Fone: (31) 2102-0000

F) EM SALVADOR 14 de março
SOL VICTORIA MARINA HOTEL
Av. Sete de Setembro, 2068 - Fone: (71) 3336-7736

G) EM SÃO PAULO 15 de março
SAN RAPHAEL HOTEL
Largo do Arouche, 150 - Fone: (11) 3334-6000

H) EM CURITIBA 16 de março
TÍVOLI HOTEL
Rua Ébano Pereira, 139 Fone: (41) 3224-011

Os hotéis, local do curso, estarão promovendo desconto especial aos participantes

A DESTINAÇÃO DOS TRIBUTOS RETIDOS
- Para onde vão ? Para quem ficam ?
- Direito do município, do Estado ou da União ?

Inscrições

INVESTIMENTO POR PARTICIPANTE:

R$ 412,00 (quatrocentos e doze reais)

Deduzir 1,5% de IRRF -Lei Federal 9064/95 - Artº. 6 ***Após o cálculo NÃO DESCONTAR valores menores que R$ 10,00 (dez reais) - Lei Federal 9430/96 - Artº. 67

No preço estão inclusos: Almoço, café, água e todo o material didático de apoio.

ORDEM DE PAGAMENTO PARA:

IBRAP - INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LTDA. - CNPJ- 01.600.715/0001-48

Banco do Brasil S/A
Agência 2891-6 Conta nº 10.810-3

Banco Banespa S/A
Agência 467 - Conta nº 13.000300-0

(Os comprovantes do pagamento serão entregues no dia do curso)

Ao efetuar o depósito, favor encaminhá-lo, via fax, ao IBRAP indicando: sua organização, o curso, data e local.

Pagamento não é inscrição - entre em contato conosco.

INSCRIÇÕES COM RESERVAS ANTECIPADAS -É indispensável a inscrição prévia.

- Para garantir sua participação faça RESERVA / INSCRIÇÃO com antecedência, quando será confirmado o curso. Nesta oportunidade você receberá um número de Protocolo de Confirmação de Reserva (PCR).

Central de Atendimento
Fone/Fax: (16) 3612-1807

COMENDA JK 2007

Exmo Sr Vereador
WILSON BARBOSA
HOLAMBRA

Fundação Presidente Juscelino Kubitschek

Rua Dr. Jorge Teotônio Teixeira, 55 Centro Viçosa MG CEP 36570-000
comendajk@gmail.com

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLICIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO
2005- 1º CENTENÁRIO POLÍCIA CIVIL DE CARREIRA
DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA DE MOGI GUAÇU

POLÍCIA CIVIL S.P. 100 ANOS
UM SÉCULO A SERVIÇO DA LEI

Ofício nº. 046/2007-wgb.-

Mogi Guaçu, 31 de janeiro de 2007

Senhor Vereador,

Com este, comunico a Vossa Excelência que, nesta data, assumi a titularidade desta Delegacia Seccional de Polícia de Mogi Guaçu, colocando-me à inteira disposição de Vossa Excelência nesta Unidade Policial.

Sirvo-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus elevados votos de estima e de distinta consideração.

AILTON ANTONIO PINHEIRO
Delegado Seccional de Polícia

PROTOCOLO
Nº de Ordem 060/2007
Fls. Nº 003 Livro Nº 009
Data 09/02/07 Hora 10:50
Secretaria

A Sua Excelência o Senhor
WILSON BARBOSA
DD. Presidente da Câmara Municipal da
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA/SP

Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal

Estado de São Paulo

« PLENÁRIO VEREADORA HERMENGARDA LEME MARINELLI - DADÁ »

Gabinete da Presidência

Espírito Santo do Pinhal, 06 de fevereiro de 2007.

Of. nº 174/07

Senhor Presidente,

A Câmara Municipal de Espírito Santo do Pinhal vem através do presente, convidar Vossa Excelência para a Sessão Solene do Legislativo, que será realizada no dia 09 de fevereiro vindouro, às 19 horas, em sua sede, situada à rua Cap. João Batista Mendes Silva, 176, Centro, em homenagem ao **Jubileu de Ouro** da presença dos **Padres Assuncionistas** em Espírito Santo do Pinhal, como reconhecimento por todo trabalho apostólico em prol das comunidades religiosas desta cidade.

A presença de Vossa Excelência em muito contribuirá para o brilhantismo e sucesso da Solenidade, razão pela qual colho o ensejo para apresentar-lhe protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Vereador **JOSÉ GILBERTO VIOLA**
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador ***WILSON BARBOSA***,
DD. Presidente da Câmara Municipal de
Holambra-Sp.

TERMO DE RESPONSABILIDADE

SEBASTIÃO TARCISO MANSO, brasileiro, portador do RG. 8.972.063-5, CPF: 037.516.568-77, residente e domiciliado na Avenida dez, nº. 1.432, município de Orlândia – SP.

DECLARA-SE, para os devidos fins, responsável pela guarda, conservação e devolução dos seguintes livros de registro:

- LEIS ORDINÀRIAS 2006 (2 MAÇOS)
- COMPLEMENTARES 2006;
- EMENDAS À LEI ORGÂNICA 2006;
- RESOLUÇÕES 2006
- ATAS DAS SESSÕES 2006.

Os quais somam no total de 6 maços contendo documentos do ano 2006, nesta data, para realização dos serviços de digitalização de imagens dos referidos documentos.

DECLARA-SE, outrossim, responsável por qualquer evento que se dê causa a dano, inutilização total ou parcial, extravio e desaparecimento dos livros retirados.

Estância Turística de Holambra, aos 8 de fevereiro de 2007.

SEBASTIÃO TARCISO MANSO
Declarante

webmail

Data: 10:02 8th Jan 2007
Remetente: kim@camara-americana.sp.gov.br
Para: camaraholambra@camaraholambra.com.br
Assunto: Presidência

Prezado Wilson Barbosa

Parabéns pela sua eleição como presidente da Câmara Municipal de Holambra para o biênio 2007/2008.
Estou certo que Holambra vai ganhar muito com a sua gestão.

Tenho conversado com alguns colegas que foram eleitos presidentes e estão dispostos
a conversar, em uma reunião informal, para aproveitarmos as boas propostas de cada
mesa diretora.
O poder legislativo municipal está com uma tarefa cada vez mais importante a ser
cumprida, principalmente após a aprovação dos Planos Diretores nos termos do Estatuto das Cidades.
Estamos com a responsabilidade nas mãos. Nossa região tem muitas questões em comum.
Gostaria de fazer uma boa gestão, compartilhando das suas idéias e sugestões.
Estamos programando um encontro onde contaremos com a sua indispensável participação.
Em razão do recesso das Câmaras e eventual viagem dos Presidêntes, solicitamos sua sugestão quanto ao melhor dia e horário para nosso bate papo, através do email kim@camara-americana.sp.gov.br, ou pelo telefone 19-3472.9750 / 3472.9716, com Kim ou Thaís.

Um forte abraço

Até breve

Marco Antonio Alves Jorge - Kim
Presidente da Camara Municipal de Americana

© Copyright 2002 Richard Heyes

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

São Paulo, 22 de dezembro de 2006

Ofício Circular - GPTCESP

Senhor Presidente.

Encaminho para conhecimento e providências, cópia da **DELIBERAÇÃO** editada por este Tribunal, sobre a impossibilidade de qualquer alteração, no curso da legislatura, do subsídio dos Senhores Vereadores.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos de distinta consideração.

ROBSON MARINHO
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
IRAN DAIER BRUNHANI
DD. Presidente da Câmara Municipal de
HOLAMBRA - SP
rs-1

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete da Presidência

D E L I B E R A Ç Ã O
(TC-A-41972/026/06)

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, considerando a ação do Congresso Nacional na fixação dos subsídios para a legislatura que se inicia em 2007;

Considerando que a extensão desse reajuste causaria significativos reflexos na despesa pública municipal,

Considerando, ainda, que no âmbito do E.Tribunal de Justiça deste Estado não se admite o reajuste de subsídio, durante a legislatura, nem mesmo quando fixado em percentual em relação aos Deputados Estaduais,

RESOLVE EDITAR DELIBERAÇÃO, do seguinte teor:

1 - Advirtam-se as Câmaras Municipais sobre a impossibilidade da incidência do reajuste do subsídio da Vereança, por ofensa aos princípios constitucionais da anterioridade e economicidade.

2 - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

São Paulo, 19 de dezembro de 2006.

ROBSON MARINHO
Presidente e Relator

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Ofício nº 551/MS/SE/DICON/SP **SAO PAULO/SP, 24 de Março de 2004**

Senhor Prefeito

Encaminhamos, anexo, cópia do Relatório de Verificação "In Loco" n.º 68-1/-04, referente ao convênio n.º 2276/2002, para conhecimento e atendimento das recomendações formuladas, no prazo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento deste ofício.

As dúvidas serão esclarecidas no(s) telefone(s):
(11) 32424870.

Atenciosamente,

VANIA F. DE CARVALHO CERDEIRA
CHEFE DA DIVISÃO DE CONVENIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Prefeito
CELSO CAPATO
Entidade: **PREF MUN HOLAMBRA**
Endereço: **ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU - 444**
Compl.:
Bairro: **CENTRO**
Cidade: **HOLAMBRA** UF: **SP**
CEP: **17780-000**

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO "IN LOCO" Nº 68-1/2004

PREF MUN HOLAMBRA

CONVÊNIO: 2276 / 2002
PROCESSO Nº.: 25000.075520/2002-77
AÇÃO: EMENDA
MUNICÍPIO: HOLAMBRA/SP
OBJETO: AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HOLAMBRA/SP

SAO PAULO/SP, 24 de Março de 2004

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

Entidade	PREF MUN HOLAMBRA
Endereço	ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU - 444
Telefone	018 - 38028000 R:
CNPJ/MF	67.172.437/0001-83
CIDADE	HOLAMBRA/SP
Dirigente Atual	CELSO CAPATO
CPF/MF	029.456.798-41
Cargo	PREFEITO
Endereço	ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU - 444
Telefone	018 - 38028000 R:
Inicio da Gestão	01/01/2001
Ex-Dirigente	ANTONIO MARINO BRANDAO DE ALMEIDA
CPF/MF	719.072.388-91
Cargo	PREFEITO
Endereço	RUA CAMPO DAS PALMAS, 344, - CENTRO HOLAMBRA/SP
Telefone	19 - 8201321
Período da Gestão	01/01/1997

Período de realização do acompanhamento: 16/03/2004 **à** 17/03/2004

Equipe técnica

NOME	CPF
ANTONIO CARLOS FARIA	006.855.868-63
CELIA HARUMI HIRANO	052.571.268-26

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

I - INTRODUÇÃO

Trata o relatório do resultado dos trabalhos de verificação " IN LOCO", em cumprimento ao que determina o OFÍCIO/MS/SE/DICON/SP 382 de 09/03/2004.

II - OBJETIVO

Em conformidade ao que dispõe o Decreto nº 3964 de 10/10/2001, IN/STN nº 01/97 e de acordo com as Normas de Financiamento de Convênios e Contratos do Ministério da Saúde e demais legislação pertinente, os trabalhos foram realizados com vistas a acompanhar, orientar e prestar cooperação técnica à execução física e financeira do objeto pactuado nos termos de convênio e/ou aditivos, com o propósito de avaliar a aplicação dos recursos financeiros transferidos pelo Ministério da Saúde.

III - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1 - DO CONVÊNIO

Convênio	2276 / 2002		**SIAFI Nº.**	457543
Valor	**MS**			R$ 64.000,00
	Contrapartida			R$ 12.800,00
	Total			R$ 76.800,00
Vigências	**Inicial**	05/07/2002	**Final**	30/06/2003
Processo nº.	25000.075520/2002-77			
Ação	EMENDA			
Objeto	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HOLAMBRA/SP			

2 - DO(S) TERMO(S) ADITIVO(S)

Nº	Objeto	Dt Public.	Dt Fim Vig.	Vl. Concedente	Vl. Contrapartida
1	EX-OFICIO	18/07/2002	25/01/2004	0,00	0,00

3 - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Levantamos através do SIAFI as transferências efetuadas pelo Ministério da Saúde, conforme abaixo demonstramos:

ORDEM(ENS) BANCÁRIA(AS)

NUMERO	DATA LIB.	VALOR	DATA CRED.
400048	30/01/2003	R$ 64.000,00	17/02/2003
T O T A L		R$ 64.000,00	

VISITA ATUAL

RECEITAS		DESPESAS	
Visita Anterior	R$ 0,00	Pagamentos	R$ 76.800,00
Valor MS	R$ 64.000,00		
Merc. Financeiro	R$ 2.945,90		
Contrap. Pactuada	R$ 12.800,00		
Contrap. Extra			
Conta Específica		Saldo	R$ 0,00
TOTAL	R$ 79.745,90	TOTAL	R$ 76.800,00
A Devolver		Devolvido	R$ 2.945,90

IV - VERIFICAÇÃO "IN LOCO"

1 FINANCEIRO

1 . 1 DOS COMENTÁRIOS INICIAIS

Antes, cumpre informar que trata este relatório de primeira visita realizada nessa Entidade, no intuito de acompanhar a execução física e financeira do convênio, no município de Holambra, onde verificamos o convênio nº 2276/2002, cujo objeto, é Aquisição de Unidade Móvel de Saúde. Fomos atendidos pela Sra. Fabiana Radtke Rossi - Chefe de Expediente e Secretaria da Prefeitura, pelo Sr. José Carlos Rospendovski - Chefe de Divisão de Saúde, Sra. Daniela Aparecida Milhares - Presidente da Comissão de Licitação e pelo Sr. Euclides Cândido - responsável pelo setor de Almoxarifado e Patrimônio, os quais nos forneceram as informações pertinentes e necessárias, bem como apresentaram a documentação solicitada.

1 . 2 DO ORÇAMENTO

Os recursos financeiros, transferidos pelo Ministério da Saúde, foram inseridos no orçamento municipal, mediante a Lei nº 442 de 13/12/2002, publicado em 20/12/2002.

1 . 3 DOS DADOS DA CONTA BANCÁRIA

Os recursos financeiros, transferidos pelo Ministério da Saúde, foram movimentados em conta corrente específica do convênio, Banco nº 001, Agência nº 03143-7 e conta corrente nº 10.557-5.

Os extratos bancários, apresentados pela Entidade, demonstram

adequadamente a execução financeira do convênio.

Os saldos existentes na conta corrente específica do convênio, bem como os constantes nos respectivos demonstrativos financeiros, encontram-se devidamente conciliados.

As verbas transferidas pelo Ministério da Saúde foram aplicadas no mercado financeiro, através da conta corrente específica do convênio.

1 . 4 DA LICITAÇÃO

A Convenente realizou um procedimento licitatório para a execução do convênio, conforme demonstramos no Quadro-Anexo B.

Para a realização da despesa decorrente da execução do convênio, a Convenente observou a legislação aplicável à licitação, conforme demonstrado no Quadro-Anexo B.

1 . 5 DAS DESPESAS DO CONVÊNIO

A despesa foi realizada de acordo com a correspondente especificação, constante no Plano de Trabalho Aprovado conforme Quadros - Anexos A e C.

O preço praticado com a execução do convênio está dentro da média de mercado.

No tocante ao cumprimento da fase de empenho e liquidação da despesa que foi realizada, observou-se o que preceitua a Lei nº 4.320/64.

A documentação comprobatória da despesa está atestada pelo técnico responsável, identificada com o número do convênio e atende à legislação vigente.

1 . 6 DA CONTRAPARTIDA PACTUADA

A contrapartida foi utilizada em 76,98%, correspondendo R$ 9.854,10, dos recursos previstos, sendo que o saldo existente no valor de 2.945,90, foi devidamente devolvido à conta do FNS/MS.

1 . 7 DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Entidade apresentou Prestação de Contas antes da realização dos trabalhos de verificação "in loco".

A Prestação de Contas apresentada pela Entidade refere-se à comprovação final dos recursos financeiros previstos nos Termos de Convênio e/ou Aditivo e transferidos pelo Ministério da Saúde.

A Prestação de Contas apresentada foi analisada conforme o Parecer Gescon de Diligência nº 6.779 de 04/12/2003, e Parecer de Não Aprovação nº 135 de 16/01/2004, após o qual foi providenciada a devolução do saldo da contrapartida.

2 FISICO

2 . 1 DAS METAS FÍSICAS/ETAPAS/FASES-PROGRAMAS/PROJETOS

As Metas/Etapas/Fases foram executadas totalmente de acordo com a quantidade e períodos programados, conforme demonstrado no Quadro A - Anexo.

No ato da verificação "in loco" constatou-se que para executar totalmente o convênio não foi necessário suplementar recursos financeiros.

Constatou-se que a Convenente solicitou reformulação para alterar as metas físicas/etapas/fases, tendo em vista que (SIC), achou por bem, adquirir duas ambulâncias de pequeno porte, contudo diante da morosidade na resposta do MS e preocupado com o período de execução do convênio, resolveu cumprir o Plano original aprovado, embora posteriormente a aquisição, a resposta do MS tenha sido de aprovação quanto a reformulação solicitada.

A Convenente executou o convênio conforme Plano de Trabalho aprovado, não necessitando, assim, de remanejamento de elemento de despesas.

No período em que foi executado o acompanhamento "in loco", o convênio já se encontrava com o prazo de vigência expirado.

2 . 2 DA EXECUÇÃO DO OBJETO

No ato da verificação "in loco", constatou-se que foi adquirida a unidade móvel especificada no Plano de Trabalho aprovado.

A unidade móvel adquirida com recursos financeiros do convênio está em conformidade com as especificações descritas no Plano de Trabalho aprovado.

A unidade móvel está sendo, efetivamente, utilizada de acordo com os objetivos propostos no Plano de Trabalho aprovado.

No ato da verificação "in loco", foi apresentado o respectivo documento do veículo adquirido com recursos financeiros do convênio, em nome do Convenente.

A plaqueta de identificação foi afixada no equipamento/material permanente adquirido.

O Técnico José Carlos Rospendovski, Chefe de Divisão de Saúde. nos forneceu as informações referentes à execução do convênio.

2 . 3 DO ALMOXARIFADO/PATRIMÔNIO

A Entidade dispõe de um sistema de controle de entrada e distribuição do(s) veículo(s) adquirido(s) com recursos do convênio, e, quando da verificação "in loco", constatou-se seu adequado funcionamento.

Muito embora o Termo de Responsabilidade seja emitido somente no período de inventário junto as unidades, o que ocorre anualmente.

2 . 4 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que tange à avaliação da execução do objeto pactuado no convênio, e diante das constatações evidenciadas neste Relatório de Verificação "in loco", pode-se afirmar que o Programa/Projeto foi executado em 100(Cem)%, Uma vez que o bem adquirido está de acordo com as especificações e encontra-se em serviço atendendo a pacientes do SUS.

Os objetivos propostos foram alcançados, conforme previsto no Plano de Trabalho aprovado.

Os trabalhos realizados pela Equipe de acompanhamento "in loco" foram concluídos e alcançaram resultados satisfatórios, de acordo com os objetivos propostos.

V - CONSTATAÇÕES

Desta forma, diante dos fatos apontados no presente relatório, podemos afirmar que houve as seguintes impropriedades, irregularidades e/ou outras situações:

Há que observar que a entidade utiliza um método de emissão do Termo de Responsabilidade somente durante os levantamentos inventariais que ocorrem periódicamente e que esses Termos são para efeito global dos equipamentos existentes nas unidades inventariadas, quando deveriam ocorrer na distribuição dos equipamentos adquiridos.

Solicitou alteração do Plano de Trabalho aprovado, de 1 para 2 ambulâncias, não tendo aguardado resposta do MS e realizando aquisição conforme plano de trabalho original conforme consta já justificado em resposta ao Parecer Gescon nº 6779/2003.

Contrapartida aplicada a menor em 76,98%, sendo que o saldo de R$2.945,90 (dois mil e novecentos e quarenta e cinco reais e noventa centavos), já foi devolvido à conta do FNS, conforme solicitado em Parecer Gescon nº 135/2004.

VI - RECOMENDAÇÕES

Diante das Constatações, evidenciadas neste relatório, formulamos as seguintes recomendações:

Recomendamos a Convenente com relação aos Termos de Responsabilidade referente aos equipamentos adquiridos através de convênio com o MS, que os mesmos para efeitos de segurança, deverão ser emitidos no ato da distribuição, para que não haja um período de vacância quanto a responsabilidade da guarda e utilização dos mesmos.

Orientamos a Convenente que em futuros convênios deverá aguardar resposta do MS/Dicon quando solicitar alterações nas metas físicas/etapas/fases.

VII - CONCLUSÃO

Diante dos fatos evidenciados, neste relatório, apresentamos as sugestões de providências que deverão ser adotadas, com vistas a possibilitar o saneamento e/ou as correções pertinentes e necessárias:

Notificar o gestor para atendimento de recomendações inseridas no relatório de verificação "IN LOCO".

É o que nos cabe relatar.

À consideração superior.

SAO PAULO/SP, 24 de Março de 2004

ANTONIO CARLOS FARIA
006.855.868-63
MATRÍCULA 592.468

CELIA HARUMI HIRANO
052.571.268-26
MATRÍCULA 602.775

De Acordo.

FRANCISCO MAKOTO OHASHI
CHEFE DO SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

VANIA F. DE CARVALHO CERDEIRA
CHEFE DA DIVISÃO DE CONVENIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

ANEXO - A

DAS METAS/ETAPAS/FASES - PROGRAMAS/PROJETOS EXECUTADOS

Meta	Etapa	Especificações	Programado				Executado			Diferença	
			Indicador Físico		Período			Período			
			Unid.	Qtde.	Início	Término	Qtde.	Início	Término	Qtde.	%
1	1	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE	EQUIP	1	07/2002	05/2003	1	05/2003	05/2003	0	0

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

ANEXO - B

DA LICITAÇÃO

Modalidade	Nº Mod.	Dt. Abertura	Descrição do Objeto da Licitação	Datas		Nº Processo
				Adjudicação	Homologação	
CONVITE	18/03	30/04/2003	Aquisição de Unidade Móvel de Saúde.	30/03/2003	30/04/2003	024/2003

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

ANEXO - B 1

DA LICITAÇÃO - OBSERVAÇÃO

CNPJ Vencedora	Nome Vencedora	Nº Contrato	Datas		Valor	Observação
			Inicial	Final		
02.332.985/0001-88	Klass Comércio e Representação Ltda.	66/03	07/05/2003	07/05/2003	R$ 76.800,00	Unidade Móvel adquirida conforme especificações do plano original aprovado.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

ANEXO - C

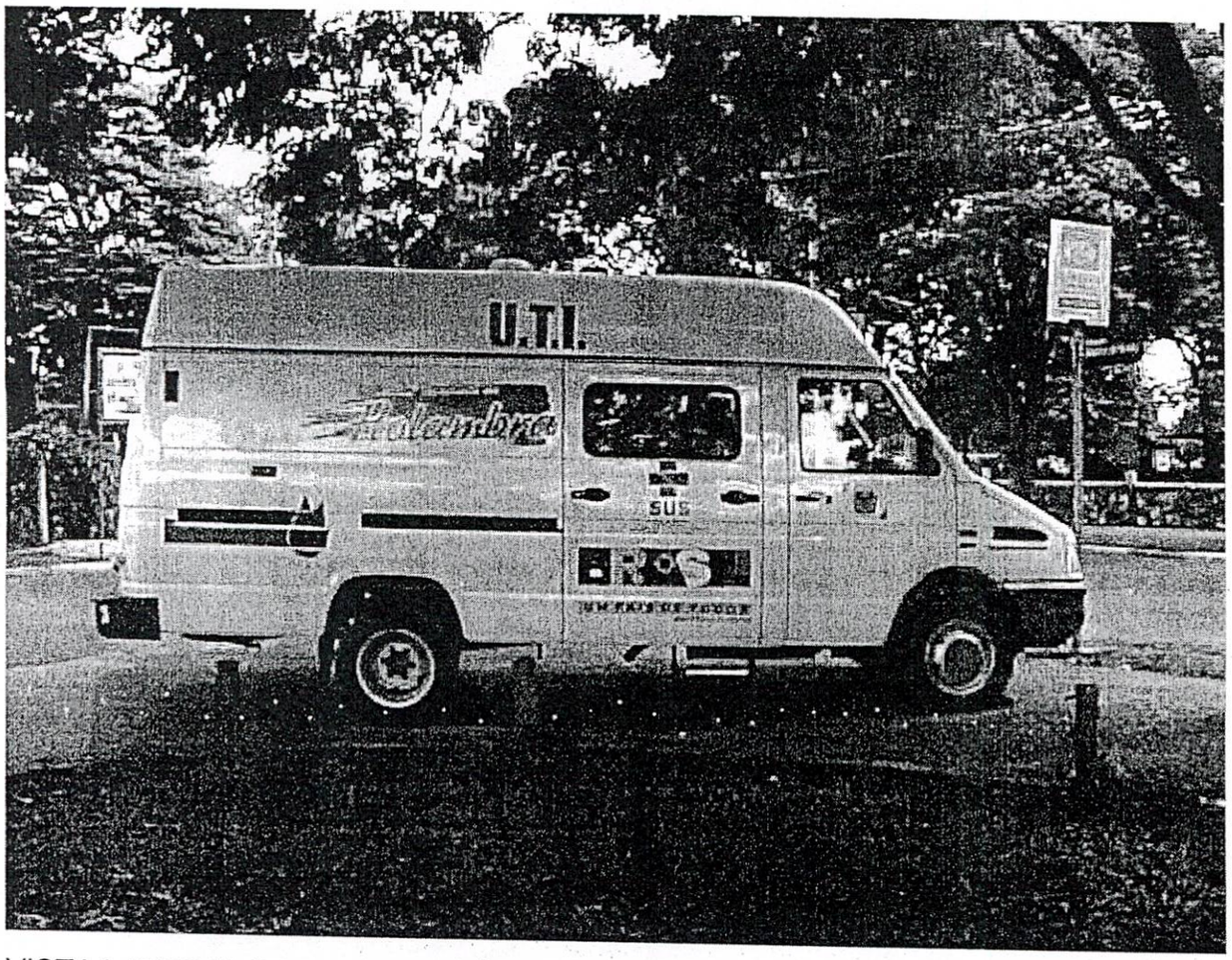
PLANO DE TRABALHO - PLANO DE APLICAÇÃO

DESPESA	APROVADO			EXECUTADO				
	Concedente	Contrapartida	Total	Concedente	Contrapartida	Merc. Fin.	Outros	Total
EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 64.000,00	R$ 12.800,00	R$ 76.800,00	R$ 64.000,00	R$ 9.854,10	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 73.854,10
Total	**R$ 64.000,00**	**R$ 12.800,00**	**R$ 76.800,00**	**R$ 64.000,00**	**R$ 9.854,10**	**R$ 0,00**	**R$ 0,00**	**R$ 73.854,10**

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

ANEXO

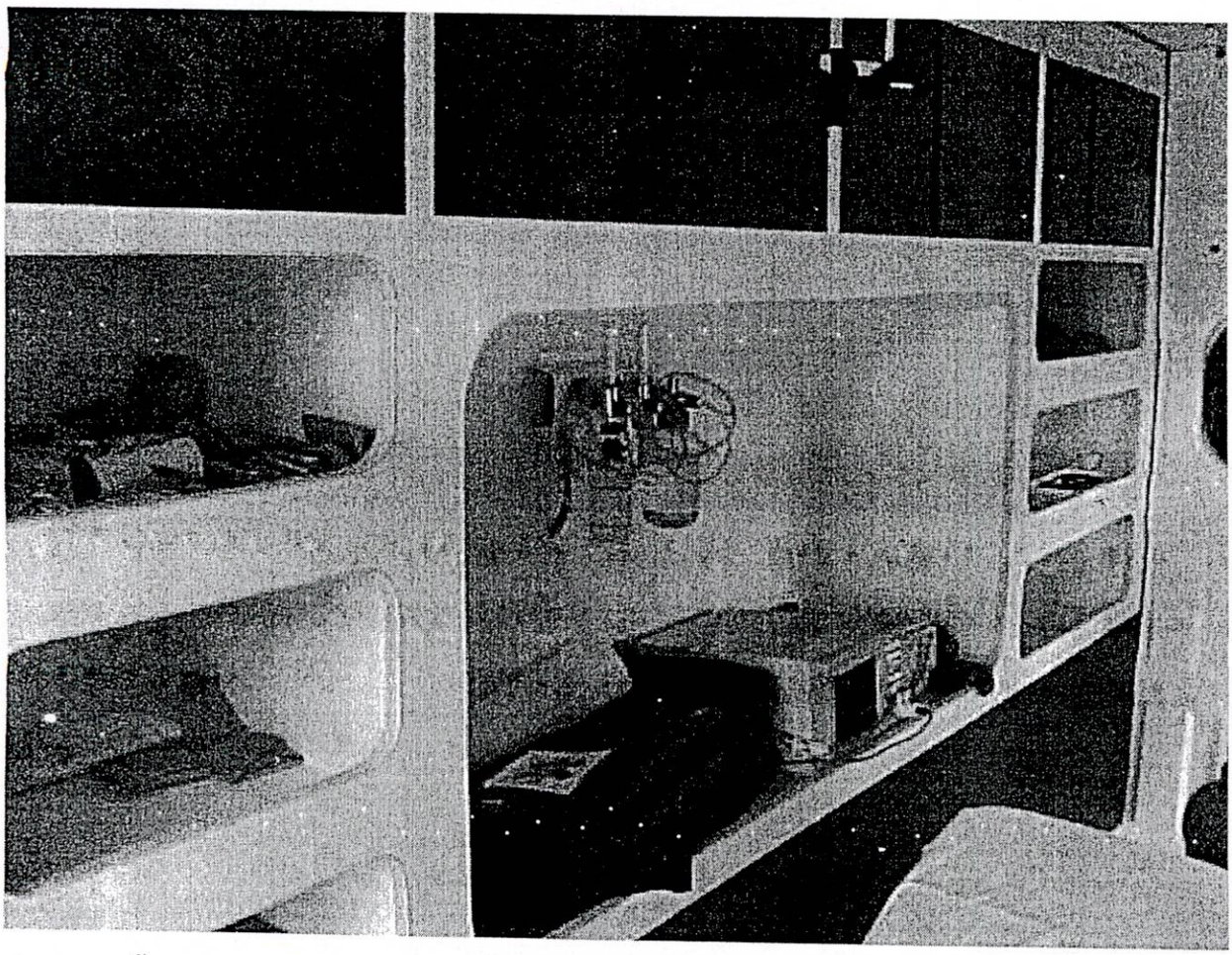
DAS FOTOGRAFIAS



VISTA LATERAL DA UNIDADE MÓVEL - CV 2276/02



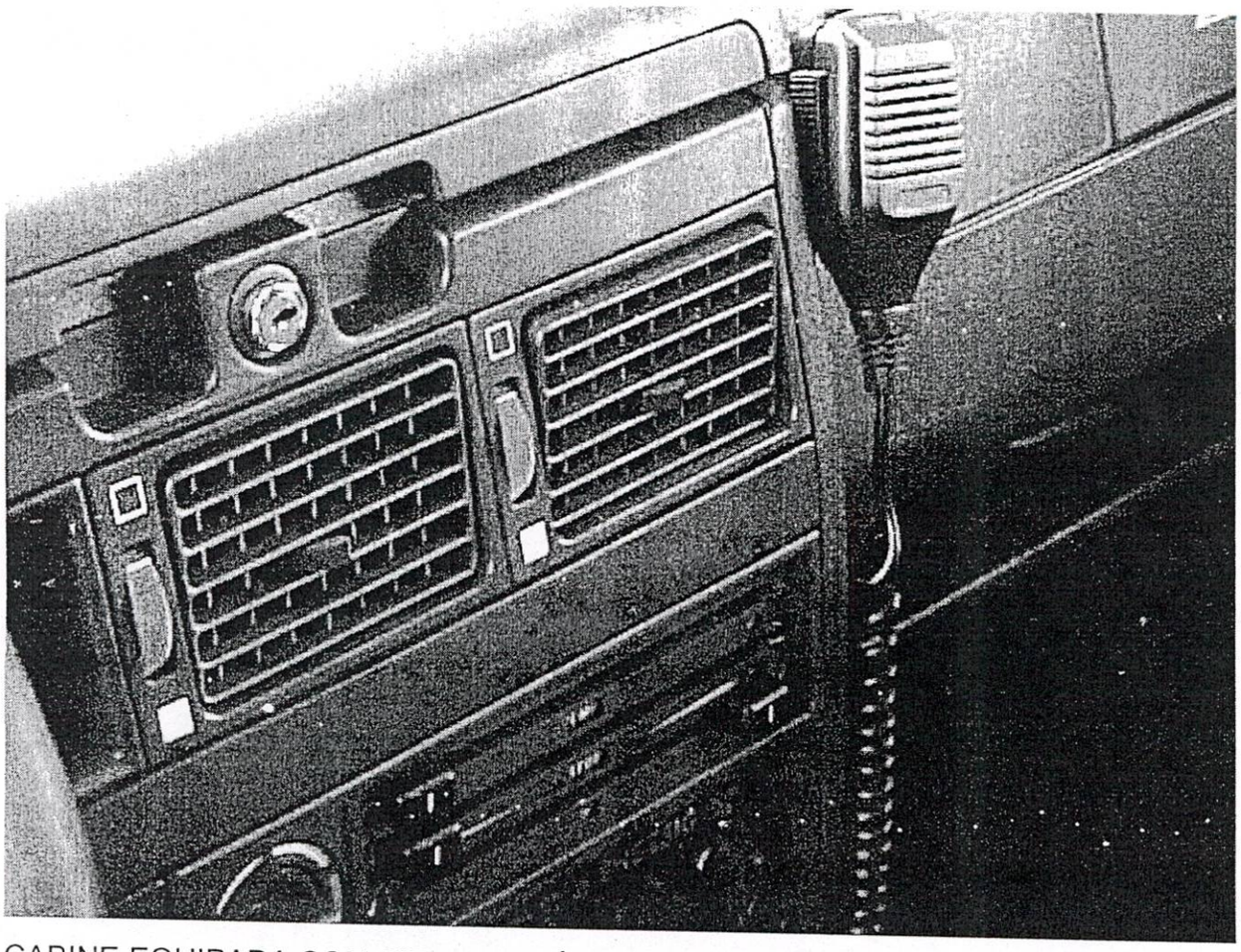
IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS NO VEÍCULO - CV 2276/02



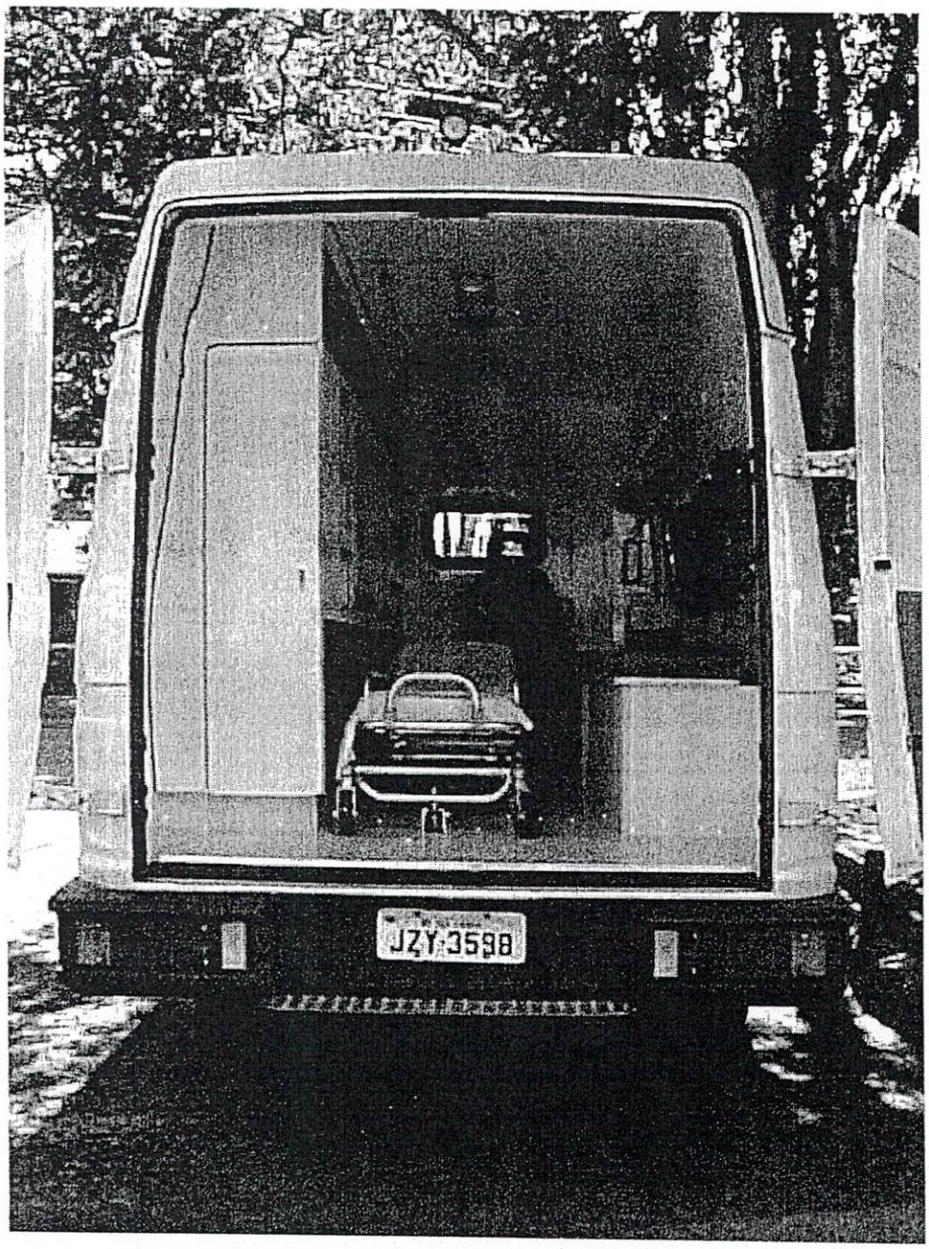
ADPTAÇÃO NO INTERIOR DO VEÍCULO - 2276/02



VISTA LAT. TRASEIRA DA UNIDADE MOVEL - CV 2276/02



CABINE EQUIPADA COM SIRENE E RÁDIO - CV 2276/02



INTERIOR ADAPTADO DO VEÍCULO - CV 2276/02



VISTA FRONTAL C/PLACA DE IDENTIFICAÇÃO -CV-2276/02

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

Ofício nº 731/MS/SE/DICON/SP SAO PAULO/SP, 15 de Abril de 2004

Senhor Prefeito

Comunicamos que a prestação de contas referente aos recursos repassados através do Convênio nº 2276/2002 foi aprovada, conforme o exposto no Parecer nº 1395, de 15/04/2004, cópia anexa, sendo o respectivo processo arquivado.

Atenciosamente,

VANIA F. DE CARVALHO CERDEIRA
CHEFE DA DIVISÃO DE CONVÊNIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Prefeito
CELSO CAPATO
PREF MUN HOLAMBRA
Endereço: **ALAMEDA MAURICIO DE NASSAU - 444**
Complem.:
Bairro: **CENTRO**
Cidade: **HOLAMBRA / SP**
C.E.P.: **17780-000**

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

PARECER GESCON Nº 1395 de 15/04/2004

Entidade: 67.172.437/0001-83 PREF MUN HOLAMBRA
Convênio: 2276 / 2002 **Siafi:** 457543 **Vigência de:** 05/07/2002 **a** 25/01/2004 **UF:** SP
Vl. Concedente: 64.000,00 **Vl. Contrapartida:** 12.800,00 **Vl.Total:** 76.800,00
Processo N.º 25000.075520/2002-77 **Parcela Nº:** 1
Objeto: AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HOLAMBRA/SP

Dispõe os autos de reanálise da prestação de contas do Convênio supracitado, decorrente das justificativas e/ou documentação encaminhada pelo Gestor, em cumprimento ao Parecer Técnico nº 135, de 16/01/2004, encaminhado através do Ofício nº 88, de 16/01/2004, cujos recursos foram repassados e utilizados, conforme abaixo se demonstram:

ORDEM BANCÁRIA

Número	Data	Valor (R$)
400048	30/01/2003	64.000,00
TOTAL		64.000,00

RECEITAS (R$)		DESPESAS (R$)	
Saldo Anterior	0,00	Pagamentos	76.800,00
Valor MS/FNS	64.000,00		
Rend. Merc.Financeiro	2.945,90		
Contrapartida Utilizada	9.854,10	Saldo	0,00
Contrapartida Extra	0,00		
TOTAL	76.800,00		
Saldo Contrapartida	2.945,90		
A Devolver	0,00	Devolvido	2.945,90

PLANO DE TRABALHO - Plano de Aplicação

NATUREZA DA DESPESA		VALOR APROVADO (R$)		VALOR EXECUTADO (R$)	
Código	Especificação	FNS/MS	Contrapartida	FNS/MS	Contrapartida
08	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	64.000,00	12.800,00	66.945,90	9.854,10
	TOTAL	64.000,00	12.800,00	66.945,90	9.854,10

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

PARECER GESCON Nº 1395 de 15/04/2004

Entidade: 67.172.437/0001-83 PREF MUN HOLAMBRA
Convênio: 2276 / 2002 **Siafi:** 457543 **Vigência de:** 05/07/2002 **a** 25/01/2004 **UF:** SP
Vl. Concedente: 64.000,00 **Vl. Contrapartida:** 12.800,00 **Vl.Total:** 76.800,00
Processo N.º 25000.075520/2002-77 **Parcela Nº:** 1
Objeto: AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HOLAMBRA/SP

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

META/ETAPA		SOLICITAÇÃO				RECOMENDAÇÃO			APROVAÇÃO			EXECUÇÃO
M / E	Especificação	TA	QTDE	DT. INICIO	DT. FINAL	QTDE	DT. INICIO	DT. FINAL	QTDE	DT. INICIO	DT. FINAL	QTDE
1/1	AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE	0	1	06/2002	12/2002	1	07/2002	05/2003	1	07/2002	05/2003	1

Examinando a documentação apresentada a título de atendimento da diligência, verificamos:

Embora tenha o Gestor solicitado reformulação do Plano de Trabalho aprovado e este tenha sido autorizado pelo Ministério da Saúde, executou o objeto do convênio de acordo com o plano original. Porém, justificou que o procedimento somente ocorreu devido a demora no recebimento da resposta do pleito por parte do Ministério.

MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL/SP
DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO

PARECER GESCON Nº 1395 de 15/04/2004

Entidade: 67.172.437/0001-83 PREF MUN HOLAMBRA
Convênio: 2276 / 2002 **Siafi:** 457543 **Vigência de:** 05/07/2002 **a** 25/01/2004 **UF:** SP
Vl. Concedente: 64.000,00 **Vl. Contrapartida:** 12.800,00 **Vl.Total:** 76.800,00
Processo N.º 25000.075520/2002-77 **Parcela Nº:** 1
Objeto: AQUISICAO DE UNIDADE MOVEL DE SAUDE - HOLAMBRA/SP

Quanto ao mérito da questão que se apresenta, constatamos que as impropriedades ocorreram mais por inobservância de exigências formais, que não comprometeram o objetivo pretendido pela administração, pois não restou configurada malversação na aplicação dos recursos públicos, nem tampouco prejuízo ao Erário, merecendo, portanto parecer favorável à APROVAÇÃO da prestação de contas.

Esclarecemos que este processo ficará sujeito ao desarquivamento para consultas ou exames posteriores, caso ocorra alguma necessidade pertinente.

SAO PAULO/SP, 15 de Abril de 2004

ANTONIO CARLOS FARIA

Visto:

A(o) Sr(a) CHEFE DA DIVISÃO DE CONVÊNIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO em 16/04/2004.

FRANCISCO MAKOTO OHASHI
CHEFE DA SEÇÃO DE ACOMP. E ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

DIVISÃO DE CONVÊNIOS E GESTÃO em 16/04/2004

1. Ciente e de acordo.
2. Proceda-se como sugerido neste parecer.
3. À SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS, para ciência e demais providências ao seu cargo.

VANIA F. DE CARVALHO CERDEIRA
CHEFE DA DIVISÃO DE CONVÊNIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

SERVIÇO DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS em 16/04/2004

1. Ciente
2. Encaminhe-se ao Gestor interessado.

FRANCISCO MAKOTO OHASHI
CHEFE DA SEÇÃO DE ACOMP. E ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

À

Câmara Municipal

ESTA É A MINHA PRIMEIRA FORMATURA.
Venha comemorar comigo esta maravilhosa conquista,
pois sua presença me dará muita alegria.

Data: 10 de dezembro de 2006
Horário: 14 horas
Local: Clube Fazenda Ribeirão

Convite

A Educação de Jovens e Adultos

e demais formandos de 2006 da EMEB "Jardim Flamboyant" sentem-se honrados em convidar V.S. e Exma. Família para a solenidade de formatura. A realizar-se no dia 13 de dezembro de 2006, às 19 horas, em nossa escola.

Formandos

Ana Lúcia Antonio
Antônio Rafael da Silva
Diego Luan Rosa Palma
Edivanda Lucilda S. Segantini
Elecivaldo Bispo de Azevedo
Eric Crepton dos Santos Mariano
Francisco Pedro de Lima
Leandro Rodrigues da Silva Lima
Marizete Carvalho Inocêncio
Odair José de Castro

BRASIL: PARAISO DA SACANAGEM..... SE VOCÊ FEZ APOSTAS, FOI ENGANADO!!!

A Polícia Federal desconfiou que estivesse havendo algum tipo de fraude na MEGA SENA.
Mal começaram as investigações e.... pegaram várias pessoas envolvidas no esquema, entre eles, funcionários, auditores, e muito peixe grande, ligados diretamente ao governo.
Era muita gente envolvida no esquema.
Eles fraudavam o peso da bolinha, fazendo sempre dar os números que eles quisessem como já havia acontecido no jogo 'TOTO BOLA', e botavam 'laranjas' para jogar, em diferentes estados. Você que achava
Estranho a Mega Sena acumular tantas vezes seguidamente, e quando saia o prêmio apenas uma pessoa ganhar, e geralmente em algum lugar bem distante...só podia ter algum tipo de fraude mesmo.!!! Disseram que tinha membro da quadrilha com 4 Bilhões em contas de paraísos fiscais, o que menos possuía tinha 8 milhões. Isso é uma sacanagem com o povo, que trabalha demais, muitos até deixam de comer alguma coisa para fazer uma fezinha. O que muito me admira é que quase não houve divulgação!!!!!!
Na TV,só passou uma vez no Jornal da Record, e na BAND.
Na certa foram censurados...
Com certeza, o governo não quer perder a bocada que ele fatura a cada semana com os jogos. e nem quer mais CPI...
Espalhem, isso não pode ficar assim não. Vamos nos unir e dar fim a essa grande rede de corrupção que envolve o nosso país.
Colabore com a DIVULGAÇÃO e ajude a desmantelar essa corja de corruptos que levam 45% do seu salário em impostos e ainda tem coragem de levar >mais...
Passe para todos da sua lista de contatos...
O BRASIL precisa saber!!!

Dr. Wagner Digenova Ramos
Depto Jurídico
PAVESIO ADVOGADOS ASSOCIADOS
Rua Marechal Deodoro, 279
Centro - Suzano, SP, Brasil
CEP: 08674-070
55 11 4746-2513 (voice)
55 11 4743-3325 (fax)

O único jeito de acabarmos com essa patifaria é ninguém jogar mais em nada aí a CAIXA ECONÔMICA vai ter um puta prejuízo e, talvez só assim fará alguma coisa.
E o que que as autoridades vão fazer agora. Esconder como fizeram quando essa notícia vazou???

DIVULGUE... MAS DIVULGUE MESMO, PARA VER SE ACONTECE ALGUMA COISA!!!

DEPARTAMENTO DE TURISMO

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra

Cidade das Flores

PROJETANDO O FUTURO
COM AS RAÍZES DO PASSADO

Holambra, 05 de Dezembro de 2006.

Ofício/Convite

Ilmo. Sr.

Iran Daier Brunhani
M.D. Presidente da Câmara Municipal dos Vereadores
Holambra – SP

Senhor Presidente:

É com grande orgulho e satisfação que o Departamento de Turismo, convida V.S.a e os demais vereadores a estarem assistindo neste domingo dia **10 de Dezembro de 2006 a partir das 09:00h,** no Centro Esportivo Tubantia, localizado na Alameda dos Eucaliptos, s/nº, nesta cidade, estará realizando o **"VII Torneio Inter Escolas de Hipismo Clássico".**

Este Evento conta com o apoio da *Prefeitura Municipal da Estância Turística de Holambra*, por intermédio do *Departamento de Turismo*.

Na certeza de podermos contar com a habitual atenção, aproveitamos o ensejo para renovar a V. Sa. nossos votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevendo-nos

Cordialmente,

Alessandra Caratti de Wit
Chefe de Divisão de Turismo

PROTOCOLO
Nº de Ordem 385/2006
Fls. Nº 87 Livro Nº 009
Data 07/12/06 Hora 14:38
Secretaria

RETIRADA DE EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Eu, **LEANDRO VENÂNCIO DA COSTA - ME**, CNPJ nº 05.328.859/0001-48, e Inscrição Estadual nº 519.094.380.116, com sede à Rua das Dálias, 336, Jardim São Nilo, Município de Pedreira, Estado de São Paulo, representada pelo seu proprietário Leandro Venâncio da Costa, portador do RG nº 23.307.456-9, fico responsável em retirar e devolver, CPU, patrimônio nº438 , de propriedade da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para manutenção.

Estância Turística de Holambra, aos 08 de janeiro de 2007.

LEANDRO VENÂNCIO DA COSTA
RG nº 23.307.456-9

Recebemos

Holambra, ... de ..... de .....

.....

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.

RETIRADA DE EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE HOLAMBRA

Eu, **LEANDRO VENÂNCIO DA COSTA - ME**, CNPJ nº 05.328.859/0001-48, e Inscrição Estadual nº 519.094.380.116, com sede à Rua das Dálias, 336, Jardim São Nilo, Município de Pedreira, Estado de São Paulo, representada pelo seu proprietário Leandro Venâncio da Costa, portador do RG nº 23.307.456-9, fico responsável em retirar e devolver, CPU, patrimônio nº , de propriedade da Câmara Municipal da Estância Turística de Holambra, para manutenção.

Estância Turística de Holambra, aos 08 de janeiro de 2007.

LEANDRO VENÂNCIO DA COSTA
RG nº 23.307.456-9

Recebemos

Holambra, ... de ..... de .....

.....

Câmara Municipal da Estância Turística de HOLAMBRA S. P.